



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Psicologia

Giselle Leandro de Castro Freitas Fleury

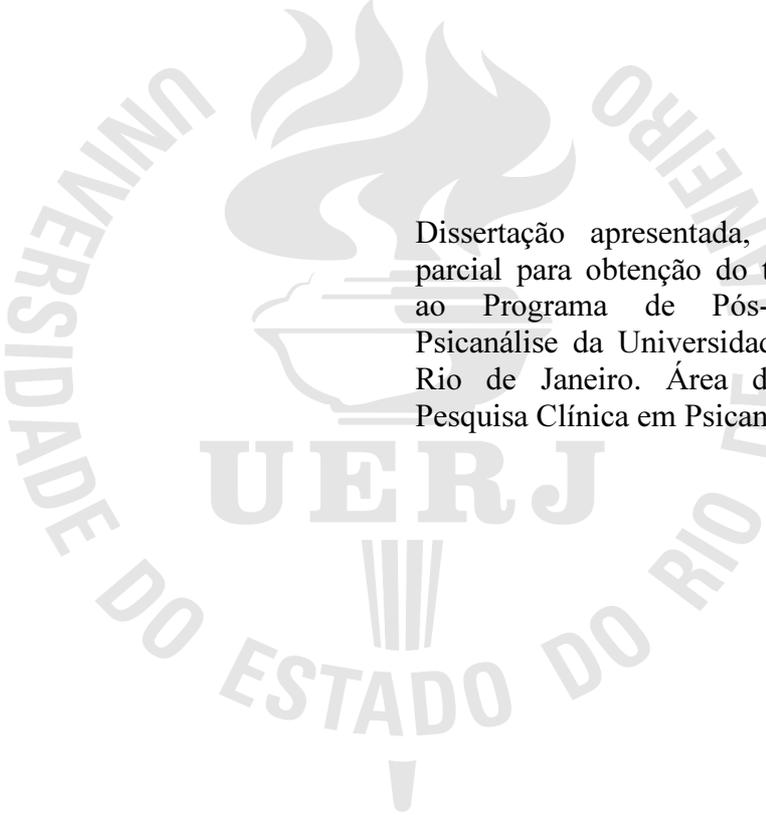
Mães-no-crack: que lugar para a criança?

Rio de Janeiro

2015

Giselle Leandro de Castro Freitas Fleury

Mães-no-crack: que lugar para a criança?



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa Clínica em Psicanálise.

Orientador: Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Caldas

Rio de Janeiro

2015

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

F618	<p>Fleury, Giselle Leandro de Castro Freitas. Mães-no-crack: que lugar para a criança? / Giselle Leandro de Castro Freitas Fleury. – 2015. 129 f.</p> <p>Orientadora: Heloisa Caldas. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia.</p> <p>1. Psicanálise – Teses. 2. Maternidade – Teses. 3. Gozo – Teses. 4. Toxicomania – Teses. 5. Crack (Droga) – Teses. I. Caldas, Heloisa. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. III. Título.</p>
es	CDU 159.964.2

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Giselle Leandro de Castro Freitas Fleury

Mães-no-crack: que lugar para a criança?

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Psicanálise da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Pesquisa Clínica em Psicanálise.

Aprovado em 27 de maio de 2015

Banca Examinadora:

Prof^ª. Dr^ª. Heloisa Caldas Fernandes Ribeiro (Orientador)
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof. Dr. Vinícius Anciães Darriba
Instituto de Psicologia – UERJ

Prof^ª. Dr^ª. Angélica Cantarella Tironi
Pós-doutoranda do Programa de pós-graduação em teoria psicanalítica da
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Rio de Janeiro

2015

DEDICATÓRIA

Às mães-no-crack e aos seus filhos.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora Heloisa Caldas por ter aceitado o desafio de abordar o tema, obrigada pela excelente orientação, apontando os melhores caminhos, dando estímulos para o desenvolvimento deste trabalho.

Aos professores participantes da banca de qualificação e avaliação, Márcia Rosa, Vinicius Darriba e Angélica Tironi. E aos professores do Programa, pelos ensinamentos, dentro e fora da sala de aula.

Aos meus amigos queridos do ICP-RJ, em especial Adriana Lipiani e Júlia Reis, pelo encorajamento e acolhimento.

As minhas queridas companheiras da Secretaria de Prevenção a Dependência Química, Luiza Helena Reis e Marcia de Castro Lopes, pela confiança e pelo apoio recebido.

Aos companheiros do núcleo de Toxicomania da Escola Brasileira de Psicanálise, Selma Pau Brasil e Lenita Bentes, pelo estímulo constante à investigação clínica. Aos colegas do CIEN, Ana Martha Wilson Maia e José Alberto Ferreira por terem me apresentado a potência do trabalho em um laboratório.

Aos colegas de mestrado, em especial Fernanda Saint-Martin pelo companheirismo e pelo inegável apoio quando necessário.

Aos meus colegas da Unidade de pesquisa, em especial Rodrigo Lyra, pela escuta cuidadosa e pela troca sempre instigante.

A minha amada família, Eliza, Nei, Sandra, Tânia, Juliana, Lisa e João pelo apoio incondicional. A Jorge Carvalho, companheiro de todas as horas.

A Romildo do Rêgo Barros pela escuta sempre ética do inconsciente.

À CAPES pelo apoio financeiro.

Os cientistas dizem que somos feitos de átomos mas um passarinho me contou que somos feitos de histórias.

Eduardo Galeano

RESUMO

Fleury, Giselle. *Mães-no-crack: que lugar para a criança?* 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

A partir da constatação do aumento do uso de crack por gestantes no âmbito da assistência materno-infantil, esta dissertação propõe problematizar a decisão de separar mãe usuária de droga e seu filho, efetuada no campo jurídico. Apresentamos dois fragmentos de histórias colhidas no dispositivo de conversação no laboratório do CIEN. O estudo foi iniciado pelo exame das posições de filiação reservadas à criança, no discurso analítico, reconhecidas como objeto fálico e como objeto condensador de gozo. A pesquisa interroga ainda se a solução freudiana pela via da maternidade, como uma saída fálica, responde à questão do desejo na mulher. Ao percorrer a elaboração de Lacan sobre o gozo feminino e as fórmulas da sexualização, verificamos aquilo que vigora para as mães-no-crack, localizado mais além do Édipo, na vertente da devastação. Ao examinar o que está implicado no uso de drogas pelos sujeitos, verifica-se que o recurso ao crack denuncia a degradação do Nome-do-pai e apresenta um modo de gozo autoerótico que exclui a dimensão do Outro, do inconsciente e do desejo; configurando-se como um modo de resposta fora do sintoma, que se aproxima da noção devastação. O lugar que a criança pode encontrar junto à mãe usuária de drogas necessita ser respondida no caso a caso, respeitando o mandamento ético caro ao saber da psicanálise.

Palavras-chave: Psicanálise. Maternidade. Gozo feminino. Devastação. Toxicomania. Crack.

ABSTRACT

Fleury, Giselle. *Mothers-at-crack: what is the place of the children*. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado em Psicanálise) – Instituto de Psicologia, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Following the evident increase in the use of crack by pregnant women, this paper aims at debating the decision, usually taken by the juridical system, to separate the drug addicted mother from her child. It presents fragments of two life stories collected by the CIEN laboratory. The paper examined, initially, the positions determined by analytical knowledge for the child, such as phallic object and condensed pleasure. After studying Lacan's theory on feminine pleasure and formulae of sexuation, the research debates if the Freudian solution regarding maternity as a phallic way out, answers the question of women's desire and that of Mother's-on-Crack. The observation of the use of drugs by the subject shows that chemical dependence is degrading to the Name-of-the-Father, introduces an autoerotic pleasure mode which excludes the Other, the Unconscious and the Desire. The aforementioned suggests that the response to chemical dependence is out of symptom and close to ravage.

Keywords: Psychoanalysis. Maternity. Feminine Pleasure. Ravage. Devastation. Addiction. Crack.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema R.....	36
Figura 2 – Fórmula da metáfora paterna.....	38
Figura 3 – Fórmulas da sexuação.....	52
Figura 4 – Curva de gaus como modelo gráfico da clínica continuísta.....	58
Figura 5 – Os quatro discursos.....	91
Figura 6 – Posições dos discursos de Lacan.....	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIEN	Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança
DNV	Declaração de Nascido Vivo
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ICP-RJ	Instituto de Clínica Psicanalítica – Rio de Janeiro
UERJ	Universidade do Estado do Rio de Janeiro
UTI	Unidade de Tratamento Intensivo

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	A EXPERIÊNCIA DO CIEN EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA	17
1.1	De onde partimos?	17
1.2	O que é o CIEN?	18
1.3	A conversação sobre as mães-no-crack	22
1.4	Que lugar para a criança?	29
1.4.1	A trama edípica e seus efeitos na criança	30
1.4.2	Sua majestade o bebê freudiano	33
1.5	A criança como objeto a	39
2	MATERNIDADE E FEMININO	44
2.1	A maternidade em Freud é uma resposta ao desejo feminino?	44
2.2	A mãe lacaniana na metáfora paterna	48
2.3	O feminino e a lógica fálica: as fórmulas da sexuação	51
2.4	Efeitos do feminino mais além de Édipo	55
2.5	A degradação da função paterna na atualidade	56
2.6	Devastação uma saída fora do sintoma	64
3	A TOXICOMANIA COMO DEVASTAÇÃO: A DROGA ENTRE A MÃE E A CRIANÇA	68
3.1	O uso de drogas e a toxicidade da pulsão em Freud	68
3.2	A tese lacaniana sobre a droga	79
3.3	Toxicomania e gozo feminino: uma relação para além do sintoma	85
3.4	O discurso do capitalista e o laço social intoxicado	91
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
	REFERÊNCIAS	104

INTRODUÇÃO

O interesse sobre o feminino e sua relação com a maternidade norteou minha clínica e me levou a experimentar os efeitos da psicanálise em extensão. Em 2009, iniciamos na maternidade Fernando Magalhães a experiência de trabalho em um laboratório de pesquisa vinculado à rede CIEN-Brasil. O laboratório intitulado “A mulher entre a criança e a mãe” funcionou de 2009 a 2011. A partir das conversações com a equipe em atuação na assistência materno-infantil, fomos apresentadas à problemática do uso de drogas por gestantes.

Tema recorrente em nossos encontros, a constatação do aumento de uso de crack por gestantes impõe diversos questionamentos na assistência materno-infantil. Nossa pergunta título – que lugar para a criança – objetiva problematizar o que está implicado na separação entre a mãe usuária de drogas e seu bebê, assim como a consequente institucionalização da criança. A decisão de separação extrapola os limites de atuação do hospital maternidade e depende do discurso jurídico. Os efeitos da separação, designada pelo juiz através da destituição do poder familiar da mãe, são recolhidos, no entanto, pelo sujeito ainda no hospital e aparecem como um limite aos saberes institucionais.

A pesquisa parte da constatação dos casos de separação entre a criança e a mãe usuária de crack, casos recolhidos através do dispositivo da conversação do laboratório do CIEN. Neste dispositivo encontramos uma ferramenta capaz de romper o silêncio sobre o que se apresenta na forma de impasse sobre a prática. Apresentaremos fragmentos de conversação nos quais recolhemos elementos da história de duas mães, que chamaremos de Luciana e Fernanda. A partir de histórias distintas, observamos um mesmo elemento: um não-lugar para a criança junto à mãe.

O objetivo geral da presente pesquisa é problematizar a separação entre bebê e mãe usuária de crack, prática cada vez mais comum e que extrapola o campo da assistência materno-infantil. Ao mesmo tempo, nos interessa abordar elementos que permitam pensar como favorecer o vínculo entre mãe e filho e construir um caminho para o tratamento do uso de drogas, se a mãe assim desejar.

Em relação à relevância desta pesquisa, observamos que o papel do hospital maternidade é fazer nascer. E concomitantemente, mediante os dispositivos instituídos, como por exemplo, a alta estar condicionada ao aleitamento iniciado, garantir que o bebê será cuidado por sua mãe. Destacamos que a equipe, como um coletivo de “corpos-sujeitos”, sofre com as limitações impostas pelas diretrizes institucionais. Na rotina marcada por

procedimentos e tempos bem específicos, não há espaço para angústia e questionamentos dos atravessamentos aos quais todos os que trabalham na assistência são convocados. Nesse contexto, surge o saber da psicanálise procurando pensar a prática a partir de seus impasses e impossibilidades. Acreditamos que refletir sobre a mulher, seu desejo em relação ao filho, sua relação com o gozo obtido no recurso à droga, é de extrema importância na busca de soluções singulares. Soluções que respeitem o ponto de vista do sujeito no que concerne o papel político e ético da psicanálise.

No contato com a equipe, observamos que alguns profissionais possuem a tendência de ler o uso do crack por gestantes pelo aspecto moral, não incluindo a toxicomania como um sintoma contemporâneo que acomete o sujeito feminino e que demanda a construção de um novo “*ethos*” de cuidado.

Apoiando-se no discurso analítico, esta pesquisa objetiva investigar qual o estatuto dessas mulheres, mães, e sua relação com a criança e o crack. Acreditamos que o exame do tema da maternidade e da toxicomania em psicanálise pode trazer bons argumentos para elucidar a problemática do abuso do crack. Nossa hipótese é que a pesquisa teórica sobre o lugar que a criança encontra reservado no desejo materno, bem como as vicissitudes do gozo feminino e o uso de drogas pelos sujeitos, possa lançar luz sobre certos posicionamentos enrijecidos na assistência materno-infantil e no discurso jurídico. Apostamos que a elucidação dos temas abordados pode orientar a prática dos profissionais envolvidos na assistência materno-infantil bem como problematizar aspectos da clínica das toxicomanias.

Objetivamos construir algumas chaves de leitura para a abordagem do tema da toxicomania em gestantes. Ao investigar o lugar da criança, interrogamos em um primeiro momento o lugar da criança no desejo materno. Na sequência, observamos que o lugar reservado à criança depende das coordenadas subjetivas que atravessam a mãe, sua relação com a castração e a incidência do gozo feminino. Buscando aproximações entre o gozo feminino e a toxicomania somos conduzidos à hipótese de que a toxicomania pode ser compreendida na vertente da devastação, fora do sintoma passível de interpretação.

No primeiro capítulo interrogamos os diferentes lugares reservados à criança em relação ao desejo materno no discurso analítico. Fomos levados, por um lado, a investigar as proposições freudianas e lacanianas que coloca a criança como um substituto metafórico do falo, articulado à incidência da castração materna. Por outro, a interrogar o que podemos recolher na proposição de que, na contemporaneidade, a criança ocupa o lugar de objeto *a* condensador de gozo.

A investigação sobre o lugar da criança remete ao que se passa com a mãe. Investigamos no âmbito teórico da psicanálise, as formulações lógicas do que é uma mãe e seus determinantes. Partimos do questionamento freudiano de que a maternidade é uma resposta ao desejo na mulher e, posteriormente, examinamos a formulação lacaniana do desejo materno na metáfora paterna trazendo apontamentos sobre o feminino e a lógica fálica. Ao apresentar as fórmulas da sexuação, localizamos o que não encontra anteparo na referência fálica, ao lado do *não-todo* próprio ao gozo feminino. A partir da pesquisa sobre o estatuto do gozo feminino, somos conduzidos a investigar os efeitos da degradação paterna presente na atualidade. Para tanto, nos apoiamos na noção de devastação, cunhada por Lacan, para situar o recurso a droga pensado como uma solução fora da lógica fálica, portanto, fora do sintoma.

Por último, ao longo do terceiro capítulo, buscamos investigar como a clínica psicanalítica aborda o uso de drogas. No item intitulado “o uso de drogas e a toxicidade pulsional em Freud”, examinamos, os apontamentos de Freud sobre o uso do tóxico e sua hipótese de que o uso de narcóticos substitui a satisfação sexual. Seguiremos Freud em sua investigação até a formulação de que a libido é, em si mesma, tóxica para o sujeito.

No item intitulado “a tese lacaniana sobre a droga”, somos conduzidos à formulação de Lacan de que a toxicomania favorece, impele, o rompimento com o gozo fálico. Com essa leitura, buscamos investigar aspectos e questões que nos auxiliem na compreensão da operação toxicômana no sujeito.

Alguns teóricos da clínica da toxicomania, como Miller, Tarrab, Salamone e Naparstek, utilizam-se do conceito de devastação para pensar o uso de drogas pelos sujeitos masculinos e femininos. Classificando a toxicomania como uma aflição pior que um sintoma. Essa problemática será abordada no item intitulado, “toxicomania e feminino: um ‘estrago’ para além do sintoma.”

Por fim, em “do discurso do capitalista ao laço social intoxicado” apresentamos a discussão sobre a mutação do discurso do mestre, própria do discurso capitalista, e seu efeito no laço social, que pode se apresentar intoxicado em qualquer discurso. Procuramos apresentar o agente tóxico em cada discurso. Buscando elucidar o que se passa na separação entre a mãe usuária de drogas e seu filho.

Consideramos que o desenvolvimento desta pesquisa no âmbito do mestrado constitui uma primeira abordagem a questão tão complexa. Outras iniciativas futuras de pesquisa são desejáveis para que se possa avançar neste tema. Assinalamos portanto que os resultados deste trabalho são ainda preliminares, baseiam-se em poucas situações clínicas e trazem a

marca de uma pesquisa que não se pretende quantitativa mas qualitativa, como convém à psicanálise. Esperamos continuar a trabalhar e aprofundar aspectos dessa pesquisa em outras oportunidades.

1 A EXPERIÊNCIA DO CIEN EM UMA MATERNIDADE PÚBLICA

1.1 De onde partimos?

O título da presente dissertação – Mães-no-crack: que lugar para criança? – abre um campo de investigação que de modo algum pretende esgotar a questão. O encontro da mãe com o crack, no âmbito da assistência médico-hospitalar e no campo jurídico, resulta na impossibilidade de filiação em muitos casos. O que podemos ler deste modo de subjetivação contemporâneo que a intoxicação engendra, conjugado ao não favorecimento do vínculo entre a mãe e a criança? Neste sentido, apoiando-se no discurso analítico, esta pesquisa objetiva situar o estatuto dessas mulheres mães e a relação com a criança e o crack, orientando-se por algumas questões.

Como ler o uso de crack por gestantes? Como manejar o tratamento do uso/abuso de drogas com o nascimento de uma criança? O que a pesquisa em psicanálise tem a contribuir com a clínica que combina questões relativas ao feminino e à toxicomania? Neste horizonte, que lugar para a criança?

Os sujeitos de nossa pesquisa – as mães-no-crack – encontram-se vestidos de diferentes histórias. Apresentam circunstâncias singulares que as levaram em algum momento a sustentar essa “etiqueta” – usuária de crack – quando vivenciaram a experiência do consumo da droga no momento do nascimento de um bebê e ou sob a exigência dos cuidados com os filhos. Respeitando o mandamento ético, caro ao saber analítico, nossa proposta de investigação não pretende traçar um perfil de causalidade sobre o que levou essas mulheres ao encontro com a droga no atravessamento da maternidade. Buscamos investigar, a partir do referencial teórico psicanalítico, os elementos que podemos situar nesta constelação: crack, feminino, criança e maternidade.

Mães-no-crack é um significante recolhido na vivência de um laboratório do CIEN em uma maternidade pública na cidade do Rio de Janeiro. Fomos surpreendidos pelos impasses vividos na assistência materno-infantil, principalmente no tocante ao aumento do uso de crack por gestantes. Tal fato interroga os limites de atuação do hospital maternidade, uma vez que o uso de crack por gestantes impele a questão de como manejar o abuso de drogas, com o nascimento da criança.

O uso de drogas por gestantes tem sido objeto de questionamentos no âmbito da assistência, isto porque os desdobramentos da relação da mulher com a droga e os efeitos desta relação com a criança, colocam os profissionais que atuam na assistência materno-infantil frente a um problema de enorme complexidade, a separação da criança de sua mãe a partir da constatação do uso de drogas e a conseqüente institucionalização da criança demanda que as ações se articulem nos diferentes equipamentos da rede de assistência médico-hospitalar, na rede de saúde mental e no campo jurídico.

1.2 O que é o CIEN?

O laboratório “A mulher entre a mãe e a criança”¹ funcionou de 2009 a 2011 através de reuniões quinzenais com pediatras, enfermeiros, psicólogos e assistentes sociais que atuavam na assistência às gestantes. Investigávamos questões do feminino e sua relação com a maternidade, procurando relacionar a posição da criança com a sexualidade feminina, tema que despertou o interesse dos diversos profissionais participantes.

O Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Criança – CIEN é uma instância internacional, ligada aos Institutos do Campo Freudiano, cuja rede de trabalho se tece na articulação de profissionais de diferentes campos de saberes e atuação.

Um laboratório do CIEN caracteriza-se por se fundar nos impasses encontrados na *práxis*. Existem laboratórios que trabalham com psicólogos, pedagogos, assistentes sociais, pediatras, com vários profissionais cujo trabalho concerne às crianças. O fundamental é a manutenção desse traço de interdisciplinaridade e a produção de um espaço onde essa convivência múltipla encontre seus pontos de vazio, de impossibilidade.

No contexto do laboratório de pesquisa recolhemos o testemunho dos profissionais que nos falam de diferentes lugares. Não se trata de um espaço de supervisão clínica, nem de formação analítica, mas da oferta de um espaço discursivo que mantenha vivo o traço de união do interdisciplinar, que especifica a conversação na interdisciplinaridade.

Iniciamos o trabalho a partir da demanda da equipe de um espaço de encontro diferente e independente da supervisão técnica. A escolha dos casos trabalhados obedecia a

¹ Laboratório em atuação no Rio de Janeiro, vinculado ao ICP-RJ sob coordenação de Ana Martha Wilson Maia.

livre eleição de cada profissional em atuação na assistência. O caso era relatado e comentado pelos profissionais presentes no formato do dispositivo da *conversação*.

A conversação foi pensada por Jacques-Alain Miller (1998a, p. 88), como um dispositivo diferente da clínica. Em uma conferência intitulada “A singularidade do sintoma”, nos apresenta um importante esclarecimento: “A conversação, tal como eu a entendo, está sempre suportada, fundamentada por esta comunidade de experiência, ou seja, por uma experiência tecida no vínculo social”. O termo conversação para Miller representa o “*happening* conceitual” que aponta o novo vínculo social que se constrói a partir dos psicanalistas. Nos recorda que Lacan, em seu texto “Da psicanálise e suas relações com a realidade” (1967), falou sobre a maldição presente no conjunto dos analistas, aqueles cientistas de um saber a propósito do qual não podem conversar. Trata-se de uma maldição sobre o próprio eixo da conversação, definido a partir da impossibilidade da conversação, uma vez que o real porta sempre um impossível de saber e a linguagem, em sua estrutura, não esgota todo o dizer. Neste sentido, Miller comenta que os analistas têm em comum esse saber impossível de compartilhar, no entanto, devem buscar associar-se uns aos outros, porque segundo Lacan, “o saber não pode ser suportado por somente um” (MILLER, 1998a, p. 88).

A conversação permite aos analistas fugir desta maldição que nos falou Lacan. Quando estamos no esforço da conversação, agimos como se esta maldição pudesse ser anulada. Miller afirma que a possibilidade da conversação se apoia na direção da ignorância, do não-sabido, no limite vacilante entre o saber e o não-saber. O esforço da produção de um laboratório na sustentação da conversação engendra uma experiência de pensamento e de trabalho sobre a prática.

O dispositivo da conversação em funcionamento nas instituições, se empresta como nenhum outro a interrogação aos saberes instituídos. O CIEN nos oferece um aparato privilegiado para debater essas questões.

Lacan, antes dele Freud, nos ensinou que a clínica é soberana em relação ao saber. Deste modo, no centro do dispositivo da conversação há um espaço diferenciado de escuta e fala, que procura encontrar nos furos dos discursos, nos pontos de impossibilidade, uma via para extração de um saber sobre o gozo. O CIEN nos permite localizar esses pontos de encontro com o real, em nossa prática institucional. O bebê que morre, a mãe que não sobrevive, a mãe que abandona, a mãe desamparada, a mãe viciada, o bebê separado de sua mãe. Todos acontecimentos que extrapolam o saber de suas práticas, pois convocam em cada caso, a necessidade de se produzir uma invenção, uma nova nomeação para o gozo, na via da sustentação ética do desejo.

O filósofo italiano Giorgio Agamben (2014) em seu ensaio “O que é um dispositivo?” escrito em 2006, nos oferece uma leitura do termo *dispositivo* em Michel Foucault. Retoma o termo para ampliá-lo e o eleva à categoria fundamental para a compreensão do mecanismo político contemporâneo. Evocamos a reflexão de Agamben, uma vez que ela situa todo o existente em duas grandes categorias, os viventes e os dispositivos. Agamben pretende revelar como o dispositivo atua no que denomina processo de subjetivação. Essa discussão se aproxima do arcabouço teórico da psicanálise pela definição que o filósofo nos traz de dispositivo:

Generalizando posteriormente a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos, chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o Panóptico, as escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas, etc., cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares – e por que não – a *própria linguagem*, que talvez é o mais antigo dos dispositivos, em que há milhares e milhares de anos um primata – provavelmente sem se dar conta das consequências que se seguiriam – teve a inconsciência de se deixar capturar (AGAMBEN, 2014, p. 39-40).

A definição de Agamben nos auxilia na compreensão da conversação como um dispositivo calcado na linguagem, porém acrescentamos que como estamos no campo da psicanálise, o dispositivo da conversação não se empresta a engendrar uma subjetividade ou “fabricar” um sujeito, no sentido usado pelo filósofo. Pelo contrário, se empresta na desconstrução do já sabido, encontra seu motor de trabalho nos pontos de silêncio, nos troços dos discursos, em cada participante que se aventura nesta aposta, ao interrogar sua prática

Os laboratórios do CIEN são os espaços por onde a psicanálise nos apresenta uma experiência diferente da clínica, por onde ela se enraíza no mundo, demonstra a justeza de sua práxis e a pluralidade de sua orientação em relação ao saber. Miller define a aposta no trabalho do laboratório do CIEN como uma aposta em relação ao saber: “a aposta em ato, da dessuposição do saber do Um, do saber suportado por um sozinho. A conversação, em um sentido elevado, eminente, significa que o outro sempre tem algo a dizer. O outro na conversação, o outro que, fundamentada a conversação, encarna o fato de sempre restar algo por dizer” (MILLER, 1998a, p. 96). A dessuposição do saber aqui é correlata a queda das identificações ideais.

Miller, evocando a contribuição de Éric Laurent sobre o estatuto do saber, nos diz que não há outro saber, “que o saber da busca de um sempre por dizer que não se esgota no dito” (MILLER, 1998a, p. 94). A conversação, seria o caminho de um saber que “convoca um mais além do Édipo que se relaciona também com a inexistência do Outro” (MILLER, 1998a, p. 94).

No mesmo texto, Laurent faz referência à ciência vinculando-a com o silêncio. Ele nos diz que a ciência extrai dos efeitos do seu dizer no Outro, pelo silêncio produzido pela cadeia rigorosa de suas letras e cálculos. Neste sentido, os matemas de Lacan são somente uma simulação da ciência, uma vez que à psicanálise não é permitido a demonstração silenciosa, de tal forma que, para nós a conversação talvez seja a possibilidade de instalamos nos outros saberes, o Nome-do-Pai.

O que significa instaurar o Nome-do-Pai nos outros saberes? Em “A Ciência e a Verdade” Lacan formulou uma definição curiosa da psicanálise: “a psicanálise é essencialmente o que reintroduz na consideração científica o Nome-do-Pai” (1966, p. 889). Ela é porta-estandarte de um nome que é o próprio furo, uma vez que “a coisa não tem nome, dá-se um nome à ausência da coisa”. Instaurar o Nome-do-Pai significa sustentar este ponto de vazio. (REGNAULT, 1997, p. 88). O Nome-do-Pai, é este furo que instaura a ordem simbólica.

O CIEN convoca engendrar, a partir dos impasses institucionais, recolhidos nos relatos da prática, a possibilidade de implicar a dimensão do sujeito, trabalho que se desenha nas linhas da *psicanálise aplicada*. Trata-se de uma aposta, uma aposta no vazio, nos furos de discursos, nos mal entendidos, calcada na imprevisibilidade de uma prática que se tece a partir da pergunta: o que podemos frente ao real recolhida de nossa prática institucional?

Neste sentido, Judith Miller (2007) nos apresenta a conversação como o dispositivo que favorece a enunciação, que permite a quem se aventurar nesta aposta sem garantias produzir algo de novo.

A orientação no CIEN está calcada em algumas diretrizes. Uma das mais valiosas, proposta por Lacadée (2007), é a oferta do dom da palavra. O dom da palavra significa o acolhimento do dizer, a partir da sustentação do ponto de vazio. Um espaço de fala, que desperte o sentido, o sentido gozado. Não se trata, portanto de uma fala catártica, que recolhe somente o desabafo, mas de uma fala que procura cingir qual é o ponto de real em jogo. O real em jogo é um limite no saber, encontrar um ponto de não-saber, um ponto de impossível, o que no dispositivo da conversação apresenta-se como a produção de um enigma, um impasse na prática.

O desafio na condução do laboratório é pensar as relações a partir de alguns eixos, como nos propõe Lacadée (2007): afrouxar as identificações, sustentar o dom da palavra, resgatar a causalidade psíquica e localizar na deriva da linguagem qual é a lógica presente. Ao interrogar o saber, recolher algo de novo, de invenção. Não estamos no plano da terapêutica, mas no cerne do que sustentamos como clínica do laço-social.

Na experiência do laboratório observamos três situações que podemos recortar: casos de uso abusivo de drogas previamente identificados, em que a mulher manifesta o desejo de encaminhar a criança para a adoção. Situações em que o uso de drogas é constatado após o nascimento do bebê, no entanto, a mulher manifesta o desejo de permanência com o filho, porém o fato da mãe ser usuária de drogas, resulta na impossibilidade desta permanecer com a criança. Por fim, casos em que a mãe usuária de drogas abandona o bebê aos cuidados do hospital maternidade. Nessas três situações, constatamos que a criança padece de um não-lugar junto à mãe.

A conversação no Laboratório do CIEN tem a peculiar característica de produzir múltiplos e diferentes efeitos nos profissionais que se aventuram em sua prática. A temática do uso de drogas por gestantes e a conseqüente separação, ou em casos mais graves, o abandono da criança, nos impele a trazer a discussão o saber da psicanálise. Este saber porta uma ética que se sustentado no discurso analítico não visa o Bem do sujeito. Como aponta Lacan no *Seminário livro 7* (1959-1960), a psicanálise procura sustentar o que está em jogo na dimensão do desejo. A *práxis* da psicanálise recolhe nos furos do discurso, nos pontos de impossibilidade seu motor de trabalho.

No item subsequente abordaremos dois relatos recolhidos das conversações no âmbito do laboratório. Ali verificamos que a separação entre mãe e filho, em decorrência do uso de drogas, tem sido uma constante que desafia as condutas institucionais vigentes, mobiliza a equipe e fomenta diversos questionamentos.

1.3 A conversação sobre as mães-no-crack

Nosso ponto de partida é o relato de duas conversações. A escrita que tecemos tangencia dois elementos: a mulher-mãe e a constatação do uso do crack. Pontos que precisamos nos debruçar com a finalidade de elucidar o que estaria em jogo nesses casos em que a criança parece ser capturada como resto da *relação sexual que não existe*.

Nosso primeiro relato conta a história de uma mãe que chamaremos de Fernanda. Mãe pela quarta vez, deu à luz a um bebê do sexo masculino, o primeiro filho homem de uma série que se iniciou quando ainda estava na adolescência. Em liberdade condicional, Fernanda cumpre pena pela participação no assassinato do policial que matou seu companheiro, apontado como traficante. As três primeiras filhas, frutos desta relação, foram deixadas aos cuidados da avó paterna.

Fernanda não possuía documentos de registro civil. Por esta razão, mesmo após a alta da mãe, o bebê permanece na maternidade. A ausência de documentação da mãe impede o fornecimento da declaração de nascido vivo (DNV) documento necessário para a emissão da certidão de nascimento do bebê. Na ocasião, Fernanda também precisa de ajuda para encontrar o pai do bebê, que é localizado pelo serviço social. – O pai se coloca à disposição para registrar a criança, desde que seja comprovada a paternidade. Declara não ter o desejo de cuidar da criança.

A equipe interpreta que há uma repetição neste caso: *“– mas o que é engraçado é que a história se repete. Ela foi dada pela mãe a uma família e os três filhos ela acabou deixando com a avó paterna. Ficando só com esse bebê que nasceu agora. É uma situação delicada, pois trata-se de uma paciente que não tem onde ficar, nem trabalha, ou pode arrumar trabalho. Ninguém quer dar trabalho a ex-presidiária, mas é preciso dar um crédito, né?”*

Fernanda é uma mãe que legalmente não existe. Uma mulher que desconhece sua filiação. Quando bebê, foi entregue por sua mãe a uma família, que cuidou dela até os treze anos de idade, depois fugiu. Possui histórico de passagens por instituições de medidas socioeducativas na adolescência. Cumpria pena pela participação no assassinato do policial que matou seu companheiro à época.

A declaração de nascido vivo (DNV), deve ser preenchida no estabelecimento de saúde que assistiu o parto do bebê, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a lei 8.069, de 1990, art. 10 inciso IV é obrigatório ao estabelecimento do serviço de saúde que assistiu o parto fornecer a declaração, onde constam necessariamente, as intercorrências do parto e o desenvolvimento do neonato.

Em caso da mãe sem documento, comum no âmbito das mães usuárias de drogas e ou população de rua, ela deve ser encaminhada ao serviço social do estabelecimento, que entrará em contato com cartório competente e ou conselho tutelar, para que sejam feitos os procedimentos necessários.

Embora Fernanda esteja em acompanhamento, o serviço social não tem como contornar a ausência de documentos, sendo necessário o comparecimento à vara da infância e

juventude para a obtenção de uma declaração de seu registro de nascimento, uma vez que não sabe onde foi originalmente registrada. A regra é esta, não é permitido a liberação da declaração de nascido vivo (DNV) sem a apresentação da documentação da mãe. A tramitação até a vara de infância não é imediata, depende de agendamento e outras condicionantes logísticas, como disponibilidade de carro e segurança para acompanhá-la.

Na enfermaria conjunta, as outras pacientes alertam Fernanda. Se ela comparecer à vara de infância, “eles” vão tirar seu bebê. Irritada e indignada com o impedimento de sair da maternidade com o bebê, e com a exigência de comparecimento à vara de infância, faz ameaças aos profissionais dizendo que vai quebrar tudo e fugir com o bebê.

Na conversação aparece o medo por parte da equipe. Medo de que ela cumpra as ameaças. Fernanda está em liberdade condicional, porém, fora da instituição não tem para onde ir. A ameaça de fuga e violência parece ser uma solução para Fernanda: *“se eu quebrar tudo, volto pro ‘Talavera’² e fico um tempo com meu bebê.”*

Após a primeira audiência com a juíza, Fernanda é encaminhada para um abrigo municipal, mas o bebê permanece sob os cuidados da maternidade. A equipe relata que ela recebeu com isso um “voto de confiança”, mas precisa sustentar o combinado: permanecer abstêmica, conseguir trabalho, cumprir as regras do abrigo, retirar sua documentação para, depois, reapresentar-se para discutir o direito de ficar com seu filho. Qualquer deslize fará com que o bebê seja encaminhado para a adoção.

Uma fala: *“é uma aposta. Do lado de fora (da audiência), a gente orienta: olha, você precisa dizer que quer mudar, quer cuidar de seu bebê, quer arranjar emprego. Isso tudo que você falou para mim aqui você precisa repetir para a juíza lá dentro, não é mentira, né?”*

Pontuamos que esta fala denuncia, não só a instabilidade dos laços sociais, que esta mãe experiência, como também a fragilidade dos recursos institucionais para intervir na questão. Outra fala desvela que o esforço para dar esse crédito que a mãe precisa advém de um posicionamento subjetivo do técnico, que relata burlar a informação do processo para que a mãe que se declara usuária de droga tenha a oportunidade de ficar com o bebê: *“eu acho que nós do serviço social damos o crédito, mas a maioria não dá, por isso quando fazemos o relato que vai para juíza deixamos para colocar no final do processo que a mãe era usuária de crack, ou ex-presidiária, esta informação depõe sempre contra.”*

A precariedade do Outro social está presente no caso apresentado. A mãe é ex-presidiária, desempregada, não conhece sua família de origem e é reincidente no uso de

² Talavera Bruce é a unidade feminina do complexo prisional de Bangu, no Estado do Rio de Janeiro.

drogas. Para ficar com o bebê ela precisa conseguir documentos, arrumar emprego e não ter recaídas. Em um segundo comparecimento à vara de infância e juventude, Fernanda é “convencida” que, nas condições em que se encontrava, entregar o bebê para adoção era um ato de amor. E foi o que ela fez.

A entrega da criança para a adoção pode ser lida como um ato de amor, se o ato da entrega se inscreve como um desejo materno. A proposta de entregar a criança para a adoção parece ter sido colocada como o único recurso possível para Fernanda promover o melhor para sua criança. Ayres, Cardoso e Pereira (2009, p. 131) realizaram uma pesquisa no tema de políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes, e nos diz que na contramão do que entendemos por política pública, cuja definição, “a regulamentação de ações, a médio e longos prazos, que afetam a vida da população e com efeitos prolongados na dinâmica da construção de valores, organização, estrutura e modos de perceber e estar no mundo”; encontramos práticas que longe de operarem transformações da realidade social, mascaram a realidade. Nesta ótica a autora aponta a “política de adoção” que incentiva a destituição do poder familiar ainda nos primeiros meses de vida, respaldada pelo discurso da proteção à criança, um exemplo desta dicotomia entre a ação do Estado e a realidade social dos sujeitos assistidos. Recorda, ainda, que nas pesquisas em abrigos a maioria das crianças institucionalizadas possuem famílias e permanecem ali “devido à precariedade das condições das redes de proteção aos quais estão filiadas.”

Na história de Fernanda, podemos localizar o que nos aponta Ayres, Cardoso e Pereira (2009), a política de adoção como única saída do enfrentamento da precariedade na qual esta mãe se encontrava. Paradoxalmente o Estado respaldado pelo discurso de proteção aos direitos da criança e do adolescente, viola esta proteção, separando mãe usuária de droga e bebê. Na história de Fernanda uma violação que se repete geracionalmente. Como consequência por um lado vemos a institucionalização da criança, por outro, a perda da possibilidade do encaminhamento do cuidado integral à mãe.

Outro relato conta a história de Luciana. Ela não fez o pré-natal desta vez, anteriormente ficara nove vezes gestante. Teve cinco meninas, das quais duas faleceram no primeiro ano de vida. Chegou à maternidade com bolsa rompida há mais de duas horas, tinha pouco líquido amniótico e apresentou um descolamento prematuro de placenta. Tratava-se de um caso de urgência. A menina nasceu com Apgar³ baixo, e com 32 semanas de gestação

³A escala de Apgar é um teste desenvolvido pela médica norte-americana Dra. Virginia Apgar, que consiste na avaliação de 5 sinais vitais do recém-nascido, no primeiro, quinto e no décimo minuto de vida após o nascimento.

pesava 980 gramas. Com esse quadro delicado, a recém-nascida fez todas as complicações possíveis da prematuridade, precisando de uma cirurgia cardíaca. Demandou um longo período de internação, tendo alta da UTI com 84 dias de vida e permaneceu internada na maternidade.

Neste período de quase três meses, Luciana relatou que a filha mais velha teria inventado a uma vizinha que o pai abusava sexualmente dela. A vizinha denuncia o fato ao tráfico que, funcionando como uma lei local, mata seu companheiro. O marido foi morto pelos traficantes e Luciana expulsa da comunidade onde morava acusada de ter acobertado os atos de seu companheiro. Neste contexto é encaminhada pela maternidade para um abrigo municipal.

Estava abrigada, recebendo benefícios sociais e trabalhava como diarista, mas estava em dificuldades financeiras, não conseguindo arcar com o custo do transporte para cumprir a rotina de visitas. Durante o tempo em que a bebê permaneceu sob os cuidados da maternidade, a instituição recebeu a comunicação de que Luciana perdera a guarda das filhas adolescentes, e o direito ao abrigo, pois foi constatada a reincidência no uso de crack. Foi neste contexto de perdas que Luciana voltou a frequentar a maternidade para visitar a filha. Manifestou desejo de ficar com aquela bebê.

A equipe se interroga: como promover a permanência da criança com a mãe? Como permitir que esta mãe, recorrente no uso de crack, expulsa de seu meio social, com recursos materiais escassos, desabrigada, possa ficar com seu bebê? Como garantir que a mãe possa cuidar de seu bebê?

Questões que nos parecem serem colocadas somente do lado da mãe. E o lado da instituição, do Estado, das políticas assistenciais? Há um espaço para interrogar o que se passa? Porquê tantos casos de institucionalização de filhos de usuárias de crack? Seria esta a única via possível? Seria esse o único lugar para as crianças?

Essa discussão extrapola os limites do hospital maternidade. Cabe ao judiciário decidir sobre o futuro desta criança e desta mulher. A maternidade tem a possibilidade e o dever de relatar ao juiz a conduta da mãe com a criança durante a permanência hospitalar.

Durante a conversação, surgem falas que demonstram o que mobiliza os profissionais a discutir este caso: *“as crianças gostavam dela. Não era forjado!”*, *“a aproximação dela com as crianças era importante, era o que alinhava, e lhe foi retirado”*. *“a questão é que esse caso é um caso sobre nuances da Lei”*.

Outro profissional toma a palavra: *“essa história me deixou bem esquisita. Você vê uma pessoa boa, que gosta de seus filhos, as crianças também gostavam dela. E não pode*

fazer nada, nem a gente, nem ela. É uma pessoa que, de repente, se tivesse uma chance poderia ser uma boa mãe. Tem outras que realmente precisam perder seu direito aos filhos. Neste caso fiquei muito triste. Apesar de ser usuária de drogas, ela não merecia tudo isso”.

Luciana buscava encontrar na lei um anteparo, mas não encontra. Ela não pode apelar à polícia, pois na comunidade a polícia não entra. Vai ao traficante pedir pelo marido. Sem sucesso, ele é assassinado. Recorre à maternidade onde a filha está em tratamento e é encaminhada para um abrigo, porém não consegue cumprir as regras de abstinência e pontualidade. Em paralelo perde as guardas de suas filhas encaminhadas pelo juiz ao abrigo e posteriormente à adoção.

Observamos que a reincidência no uso do crack, é pouco comentada. Parece existir um silêncio sobre este ponto. As falas destacam o reconhecimento do amor da mãe pelas crianças e a existência de um vão desejo de cuidar do bebê. O cuidado da mãe com a criança na enfermaria é lido pela equipe como signo de amor. A questão ganha corpo na conversação, surge um comentário: *“são eles (o judiciário) quem dizem quem é ou não é uma boa mãe”*. e mais outro: *“A lei do direito não se baliza pelo particular, a mesma cláusula pode ser usada para contrapor ou refutar... a função do nosso trabalho, que não é o do Direito, é problematizar isso”*.

A lei do Direito é pensada em termos de uma regra universal, o critério principie é o melhor interesse da criança, e a preservação dos direitos de crescer saudável, com acesso a todas as possibilidades culturais, educacionais, promovendo necessidades básicas orgânicas e afetivas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – promulgado nos termos da Lei 8.089 de 13 de Julho de 1990, estabelece no capítulo III o direito à convivência familiar e comunitária. O artigo 19 decreta: *“Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes”*.

Na letra da lei está colocado de saída a separação entre mãe usuária de drogas e seu bebê. O ECA objetiva resguardar o melhor interesse da criança. Considera um direito da criança ser cuidada pela família natural ao mesmo tempo que busca preservar a criança do convívio com pessoas dependentes de substâncias entorpecentes. O fato da mãe ser usuária de drogas separa a priori, e em todos os casos a mãe da criança. Observamos uma contradição: a criança tem o direito à convivência familiar ao mesmo tempo que é obrigatoriamente separada

da própria mãe usuária. Seria esse o argumento legal que impõe a separação entre mãe e bebê e impede que a questão seja discutida caso a caso?

A psicanálise se ocupa de outros determinantes. Orienta seus encaminhamentos no caso a caso. Pensamos que o ato do juiz, com o auxílio da ferramenta da lei, separa no real o que no simbólico não pôde se efetuar, consequência do fracasso da metáfora paterna. Na contemporaneidade lemos a degradação da função paterna. Neste contexto, como a criança pode se inserir no desejo da mãe, que faz uso de drogas? Questão que será comentada no item seguinte.

A conversação recolhe: *“é um caso complicado, tem uma devastação, ela não sabe, as coisas vão acontecendo e ela é tomada. A gente não sabe onde a droga entra. Vai acontecendo um monte de coisas que coloca ela à margem, à deriva”*.

O reconhecimento da devastação na mulher engessa o saber da equipe. Ela não encontra meios de promover um tratamento que permita que a experiência com a droga possa ser subjetivada. A psicanálise se orienta em buscar do lado do sujeito esse ponto de *não saber onde a droga entra*. Um não saber que a equipe traz como limite de trabalho. As condutas institucionais para o tratamento do uso de drogas e a retomada dos laços sociais rompidos são questões que ecoaram. Demonstram como se perde a possibilidade de fazer um melhor encaminhamento.

Promover um tratamento que permita que a experiência com a droga possa ser subjetivada não seria uma saída para preservar a convivência mãe bebê, se a mãe assim desejar?

Os dois relatos abordados evidenciam o que nos aponta Márcia Rosa (2014, p. 3) que, em um caso de toxicomania trabalhado por ela, demonstrou que “a precariedade do Outro social” impossibilita um campo organizador de gozo pelas vias do ideal (família, marido, filhos, trabalho), o que parece vigorar nos casos de nossas mães-no-crack.

A conversação no laboratório nos remete à temática dos limites dos discursos institucionais e ao fato deles excluírem a dimensão do sujeito e suas parcerias sintomáticas. De um lado temos uma criança sem mãe, de outro uma mãe que, apartada da criança, recorre ou permanece na droga. Fecha-se um ciclo. O parecer do juiz promove ou reforça a condição da mãe usuária em não gerir sua vida de forma a poder zelar por si e pela criança.

Nos dois relatos abordados verificamos que a permanência da criança junto à mãe não é autorizada pelo discurso jurídico. Soma-se a isso as limitações encontradas no campo da assistência para confirmar o desejo da mãe de permanecer com a criança, pois a posição da

equipe pauta-se em critérios subjetivos como, por exemplo, o amor da mãe pela criança, ou melhor, o desejo de que esse amor possa se realizar através da criança.

Mais ainda, parece existir uma crença de que, pela maternagem, a mulher possa repensar suas condutas e escolhas sintomáticas. O que estaria na base deste pensamento que aloja a criança neste lugar privilegiado, idealizado e ao mesmo tempo a deixa sem lugar?

Independente da solução o que vemos é a criança não encontrar um lugar junto à mãe e seus inúmeros desdobramentos. A criança parece de um não-lugar junto à mãe. Podemos interrogar se este não-lugar é efeito desta injunção contemporânea, da degradação paterna que modifica o estatuto do desejo na mãe e conseqüentemente o lugar para a criança?

A partir dessa discussão sobre o estatuto do desejo na mãe, buscaremos no próximo item situar que lugar para a criança. Iniciaremos nossa abordagem pelo exame da criança freudiana, tomada como equivalente metafórico do pênis, e sua articulação na fantasia feminina. Para posteriormente, a partir da afirmação de Laurent de que a criança ocupa na contemporaneidade o lugar máximo de objeto “a” liberado, examinar os efeitos das posições da criança no desejo materno e na civilização.

1.4 Que lugar para a criança?

A conseqüente institucionalização da criança filha de mãe usuária de drogas, é um desafio no âmbito da articulação e elaboração de políticas públicas de proteção aos direitos das crianças e adolescentes. Aparentemente o lugar reservado à criança filha de mãe usuária de droga é o limbo institucional a espera de adoção. No discurso analítico, nosso desafio é pensar para além da realidade observada no âmbito do laboratório e nas práticas políticas, que lugar para a criança.

Para esses casos em que se constata o uso de drogas pela mãe, em que a única interferência é a separação mãe criança e o encaminhamento para a adoção das crianças, pensamos que a decisão no jurídico, vem em ato garantir uma função de separação no real, ali onde não houve separação simbólica, entre mãe e criança, uma vez que a mãe não conseguiu ficar com a criança.

Freud calçou sua pesquisa sobre a sexualidade humana, na constatação e investigação sobre a sexualidade infantil, além de ter-lhe atribuído um lugar privilegiado na trama edípica. Em um primeiro momento examinaremos a criança no Édipo freudiano, os efeitos desta

amarração para a criança. Posteriormente abordamos a contribuição de Lacan, para situarmos o lugar para a criança no desejo materno e na civilização contemporânea.

A relação de cada um com o Outro sexo, a paternidade, os embrolhos da maternidade e da feminilidade. Que vicissitudes da pulsão e da castração formam parte das coordenadas que recebem um filho?

1.4.1 A trama edípica e seus efeitos na criança

Para refletir sobre o lugar da criança em Freud, o eixo teórico a ser privilegiado será a importância do complexo de Édipo e de Castração para a assunção da sexualidade e a constituição do sujeito. A noção que nos é particularmente valiosa é a equivalência proposta por Freud entre pênis e o filho na fantasia da menina como consequência da inveja do pênis. Ao examinarmos a trama edípica, somos conduzidos a pensar o lugar da criança, o desejo de um filho relacionado à castração, sob a égide de coordenadas fálicas.

O complexo de Édipo constitui um dos pilares da teoria psicanalítica, podemos ler no momento ápice da trama edípica a edificação da constituição do sujeito. Nesta trama a criança é objeto central da pesquisa freudiana. Apesar de apresentar somente um texto em 1924 que inclui o complexo no título, a elaboração sobre o tema do Édipo é antiga na pesquisa freudiana, abordada em diferentes textos no período de 1900 a 1933.

Freud elaborou a maneira pela qual os dois sexos formulam seus respectivos complexos de Édipo através do complexo de castração. Tanto no menino quanto na menina, o complexo é deflagrado pela visão da ausência do pênis. Freud (1923, p. 158) afirma na *Organização genital*, que a angústia de castração recai sobre o falo, “o que está presente, portanto, não é uma primazia dos órgãos genitais, mas uma primazia do falo”, o que é demonstrado pelo fato de que para ambos os sexos, entra em consideração apenas o órgão genital masculino.

Neste momento de sua pesquisa Freud desconhece o que se passa do lado das meninas, entretanto, está convencido que nesta fase do desenvolvimento infantil, “a criança chega à descoberta de que o pênis não é uma possessão comum a todas as criaturas”, tal falta é compreendida como resultado da castração. Freud é cuidadoso em nos lembrar que, “o significado do complexo de castração só pode ser compreendido corretamente se sua origem na fase da primazia fálica for também levado em consideração” (FREUD, 1923, p. 160).

Freud defende a tese de que o objeto original de amor é a mãe para ambos os sexos, no entanto, enfatiza que o abandono da mãe como objeto de amor, pela menina é condição central para a entrada desta no Édipo. Para elas o primeiro passo na fase fálica é a visão do órgão sexual masculino, identificado como correspondente superior ao seu órgão sexual. A partir deste ponto “caem vítimas da inveja do pênis” (FREUD, 1923, p. 280). O menino neste primeiro momento diante da visão do órgão genital da menina, “não vê nada, ou rejeita”, sendo necessário a junção de uma ameaça de castração, para ressignificar a visão da ausência do pênis, o que determina para o menino duas direções: “horror” em relação à criatura mutilada, ou “desprezo triunfante por ela”.

A inveja do pênis impele a menina a assumir uma nova posição, diante da visão da ausência do órgão, a menina vivenciará um destino diferente do menino. A angústia de castração promove o declínio do Édipo no menino enquanto que, para a menina, ela é a possibilidade de ingresso no complexo. Tal argumento foi amplamente desenvolvido por Freud no artigo de 1925, formulado para preencher a lacuna deixada na investigação sobre o desenvolvimento do Édipo nas meninas.

Nas meninas, o complexo de Édipo é uma formação secundária. As operações do complexo de castração o procedem e o preparam. A respeito da relação existente entre os complexos de Édipo e de castração, existe um contraste fundamental entre os dois sexos. Enquanto, nos meninos, o complexo é destruído pelo complexo de castração, nas meninas ele se faz possível e é introduzido através do complexo de castração (FREUD, 1925, p. 285).

Esta dissimetria essencial, colocada nesses termos na *distinção anatômica*, foi comentada anteriormente em 1924, quando Freud afirma que “a diferença essencial de que a menina aceita a castração como fato consumado, ao passo, que o menino teme a possibilidade de sua ocorrência” (1924, p. 198). A maneira como a criança entra e sai do Édipo é estruturante e produz diversos efeitos. Uma das consequências desta dissimetria entre meninos e meninas, abordada por Freud, é a fragilidade da estrutura superegógica das meninas. Uma vez que nelas o temor da castração não tem efeitos, não encontra as bases de estabelecimento do superego.

Esta mesma ideia aparece no texto *Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos* (1925), acentuando o menor censo de justiça nas mulheres, pautado na ideia da ausência de motivos para a saída do complexo de Édipo nas meninas somado à diferença do efeito do complexo de castração, que convida as meninas a entrarem na trama edípica ao passo que expulsam os meninos.

Não posso fugir à noção (embora hesite em lhe dar expressão) de que, para as mulheres, o nível daquilo que é eticamente normal é diferente do que ele é nos homens. Seu superego nunca é tão inexorável, tão impessoal, tão independente de suas origens emocionais como exigimos que o sejam nos homens (FREUD, 1925, p. 286).

Retomando a questão da fase fálica nas meninas, Freud em 1924 pelo reconhecimento da distinção anatômica e seus efeitos no inconsciente aponta que a menina se vê forçada a abandonar a masculinidade, retratada pela manipulação da zona genital, para assumir novas linhas que conduzem à feminilidade. Antes da entrada no complexo de Édipo, a libido da menina desliza “para uma nova posição ao longo da linha da equação pênis-criança.” Em 1924, na dissolução do complexo de Édipo, ele formula a resposta da menina à inveja do pênis como o que ativa o desejo de um filho.

A renúncia ao pênis não é tolerada pela menina sem alguma tentativa de compensação. Ela desliza – ao longo de uma equação simbólica, poder-se-ia dizer – do pênis para um bebê. Seu complexo de Édipo, culmina em um desejo, mantido por muito tempo, de receber do pai um bebê como presente – dar-lhe um filho. (FREUD, 1924, p.198).

O Complexo de Édipo nas meninas é abandonado justamente pela impossibilidade de realização do desejo de possuir um filho do pai. Porém estes dois desejos – possuir um pênis e um filho permanece investido no inconsciente e segundo Freud “ajudam a preparar a criatura do sexo feminino para seu papel posterior” (FREUD, 1924, p.198). Por meio da desilusão a menina sai do Édipo e se depara com a questão lançada por Freud do acesso à feminilidade pela via da maternidade.

O desejo do filho é uma reivindicação fálica, relacionado ao complexo de castração. A formulação freudiana vincula maternidade à castração. O desejo de um filho é derivado da inveja do pênis, portanto, sectário da função fálica. Freud situa a maternidade como uma das saídas para a castração, ancorada na falta estruturante da mulher. A criança teria o potencial de ser um substituto da falta do pênis. Tal posição fomentou durante muitos anos o trabalho dos analistas pós-freudianos, que afirmavam que na relação mãe e filho, haveria uma harmonia complementar.

O retorno a obra freudiana efetuado por Lacan permite situar o que é relevante na relação da mãe com o filho. No *Seminário livro 4: a relação de objeto* (1956-57), Lacan se deteve sobre a elaboração freudiana quando pontua a necessidade de uma distinção capital entre pênis e falo. “Uma coisa é o pênis, que é assim mesmo uma função imaginária, na medida em que é imaginariamente que se incorpora. Outra coisa é o falo na medida em que

falta à mãe, e que está para além desta e de sua potência de amor” (1956-57, p. 179). Na relação de objeto o falo é o elemento terceiro entre a mãe e a criança, sendo assim é em torno de um objeto imaginário que giram os personagens da trama edípica.

A questão de fundo deste seminário talvez seja uma tentativa de responder como se constitui um objeto de desejo. O enquadre privilegiado das chamadas relações de objeto é a relação do filho à mãe na trama edípica, revisitada por Lacan na construção da noção da falta de objeto. Toda elaboração busca dar conta da noção de falta de objeto, esta falta se estrutura em três níveis: castração, frustração e privação. Lacan (1956-57, p. 54) formulou que a castração é uma falta fundamental, que se situa como dívida na cadeia simbólica. A frustração só é apreensível no nível do imaginário, como dano imaginário. A privação é uma falta no real, um limite uma “hiância real”.

Fundamental para o sujeito criança é a relação de sua mãe à própria falta e seu posicionamento como mulher. Lacan introduz a elaboração sobre as faltas de objeto, através do exame da noção de frustração. A dialética da frustração demonstra que na psicanálise, é impensável a harmonia entre filho e mãe, ou entre sujeito e objeto. A potência do Outro materno é ferida para dar lugar, a uma dupla falta. Do lado da criança, a presença-ausência da mãe, aponta a impossibilidade de ser o que completa a mãe, uma vez que o interesse materno é o falo. Do lado da mãe, a falta fálica induz o desejo para além da demanda de filho.

Vimos como a posição lógica que a criança pode assumir no desejo materno depende da articulação do complexo de castração na mulher. Isso porque, a criança tem valor de falo, se ela é identificada com o significante do desejo materno, já que o falo é o correlato da falta do objeto essencial para a mulher. Tais formulações serão retomadas no capítulo dois, quando reexaminaremos a solução freudiana da maternidade como resposta para o desejo feminino.,

1.4.2 Sua majestade o bebê freudiano

Outra referência importante para pensarmos o lugar da criança, encontra-se na formulação freudiana de 1914 sobre o Narcisismo. Verificaremos, em Freud, como a criança, a partir do seu valor fálico, é capturada em uma posição idealizada privilegiada no sistema narcísico dos pais. Em Lacan, examinaremos a formulação do esquema “R”, onde a criança em um plano imaginário, se inscreve no desejo como *ideal do eu*.

A expressão – sua majestade o bebê – foi formulada por Freud em 1914 no curso de suas elaborações sobre o narcisismo. Constitui a representação do lugar da criança, demonstrando seu valor na estrutura familiar. *”His Majesty the baby”* é a frase no original. O editor das obras completas, em nota, menciona que talvez seja uma referência a um conhecido quadro da era eduardiana⁴, pertencente à Academia Real, que trazia este título. Mostrava dois policiais londrinos interrompendo o trânsito intenso para deixar uma babá atravessar a rua empurrando um carrinho de bebê.

No texto de 1914, Freud comentava a relação dos pais com a criança como um exemplo de desenvolvimento libidinal em torno do amor objetal, o que significa que o autoerotismo infantil, pela entrada desta nova ação psíquica, que é o narcisismo, encontra meios de se realizar pela via do Ideal. Assim Freud atribui à criança um lugar privilegiado no sistema narcísico dos pais, a toma como um meio egoico para alcançar refúgio as opressões da realidade. Afirma que “o amor dos pais, tão comovedor e no fundo tão infantil, nada mais é senão o narcisismo dos pais renascido, o qual, transformado em amor objetal, inequivocamente revela sua natureza anterior” (FREUD, 1914, p. 98). A transformação da satisfação obtida sob o regime autoerótico das pulsões para uma satisfação que se regule pelos ideais civilizatórios, por exemplo, o de formar uma família, implica uma substituição das pulsões pelo regime dos ideais. A atitude afetuosa para com os filhos representa uma revivescência e reprodução do narcisismo dos pais. Podemos notar na supervalorização da criança pelos pais, que Freud reconhece como um “estigma narcisista”, uma “compulsão” a atribuir à criança todas as perfeições. Tal fato estaria na base da negação da sexualidade infantil e na atitude de, em nome dela, renovar as reivindicações aos privilégios há muito por eles abandonados.

A criança terá mais divertimento que seus pais, ela não ficará sujeita às necessidades que eles reconheceram como supremas na vida. A doença, a morte, a renúncia ao prazer, restrições à sua vontade própria não a atingirão; as leis da natureza e da sociedade serão ab-rogadas em seu favor, ela será mais uma vez realmente o centro e o âmago da criação – “Sua Majestade o bebê”, como outrora nós mesmos imaginávamos (FREUD, 1914, p. 98).

Freud nos diz que a criança teria a condição de realizar “os sonhos dourados que os pais jamais realizariam”. O menino, no lugar do pai, se tornará um herói e a menina, como uma princesa, se casará com um príncipe “como compensação para sua mãe.”

⁴ A era eduardiana, ou período eduardiano, corresponde ao período de 1901 a 1910 no reino Unido, durante o reinado do rei Eduardo VII.

O que estaria na base dessa formulação freudiana da criança como ideal do eu do casal parental? Sob esse aspecto, Barroso (2007, p.4) responde que “trata-se do regime de gozo paterno, segundo o qual é a política do ideal do eu que governa os laços de família com base na estrutura edípica enquanto matriz organizadora do destino das pulsões, tanto para o sujeito masculino como para o sujeito feminino.”

Cabe aqui o questionamento se na contemporaneidade o mito edípico funciona como matriz organizadora do destino das pulsões no sujeito. Consideramos, de acordo com Bleger (2011, p. 131), que no início do século XXI o sujeito se encontra diante da fraqueza da ordem simbólica, sem a soberania do Pai e sem uma referência clara ao Édipo.

Jaques Lacan (1960, p. 827) em “Subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano”, dirá que o Édipo, “não pode manter-se indefinidamente em cartaz em formas de sociedade nas quais se perde cada vez mais o sentido da tragédia”.

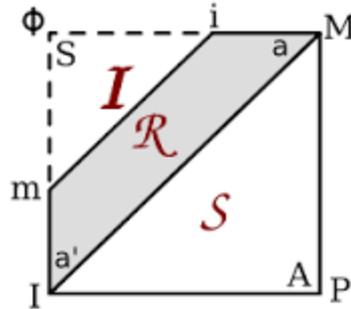
O lugar da criança como *Ideal do eu*, foi formulado por Lacan em 1958, em “uma questão preliminar” na elaboração do esquema R. Esse esquema, desenvolvido nas bases da geometria Euclidiana⁵ revela os três significantes que nos permite identificar o Outro no complexo de Édipo. Seu desenho se estrutura a partir de dois triângulos, o triângulo imaginário e o triângulo simbólico, e entre eles uma faixa do real. O triângulo simbólico é formado pelos termos I (a criança como desejada), M (significante do desejo primordial, a mãe) e P (pai como significante do Nome-do-Pai) representantes significantes do sujeito no Édipo.

A criança no plano do imaginário, aparece como *ideal do eu*, estabelece com a mãe uma relação de engodo. A criança no nível especular acrescenta as suas dimensões de corpo, o modelo da imagem materna aqui é trabalhado nos termos do objeto primário.

O ternário imaginário, formado pelos vértices *i*, *m* e ϕ , localiza-se do lado do significado onde está o sujeito *S*, posicionado pelo significante fálico (ϕ). Lemos que *i* e *m* representam os dois termos imaginários da relação narcísica, o eu (*moi*) *m* e a imagem especular (*i*). Esses dois termos em articulação com o falo nos servem de guia para entendermos como se dá a identificação paterna no Édipo e a construção da fantasia.

⁵ Na matemática, geometria euclidiana é a geometria em duas ou três dimensões baseada nos postulados de Euclides de Alexandria. O texto de “Os Elementos” foi a primeira discussão sistemática sobre geometria e o primeiro texto a falar sobre teoria dos números. Foi também um dos livros mais influentes na história, tanto pelo seu método quanto pelo seu conteúdo matemático.

Figura 1 – Esquema R (LACAN 1958b, pg. 559)



O esquema R apresenta uma articulação entre o campo simbólico e o imaginário, necessária para o estabelecimento de uma neurose, por esta razão formula esse esquema para pensar o que se passa estruturalmente nas psicoses. Essa articulação é sustentada, pelo vértice do triângulo simbólico, (P) o pai, e o elemento do vértice imaginário o falo. A posição do falo no vértice do triângulo imaginário é homóloga à posição do pai (P), no lugar do Outro (A), no vértice do triângulo simbólico. A ligação entre um plano e outro, Lacan a explica nos termos da metáfora paterna.

No Seminário 4, Lacan (1956-57) acrescenta ao triângulo mãe-criança-falo, um quarto elemento, o Pai, tal como ele aparece na metáfora paterna. O pai, não como o pai de família, mas como um significante privilegiado, o significante do Nome-do-Pai.

Lacan nos questiona no início do *Seminário 4*, ao elaborar o “esquema do fetichismo”, como a criança vem ocupar mais ou menos a posição da mãe com relação ao falo. Nos diz que do lado da mãe há a exigência do falo que a criança simboliza ou realiza mais ou menos, no entanto, do lado da criança, ela nada sabe disso. Há um momento em que a criança é capaz de perceber que o que sua mãe deseja nela, satura e se satisfaz através dela, é sua própria imagem fálica, dela mãe, e não dela criança. Este momento é descrito em termos de frustração no *Seminário livro 4*. A frustração responde pelas primeiras fixações nos diz Lacan (1956-57, p. 63). E introduz a questão do real, na medida em que a frustração incide sobre um objeto real – o seio materno – relaciona-se à anatomia imaginária do desenvolvimento do sujeito.

Existem duas vertentes na frustração, de um lado o objeto real (o seio), por outro lado, existe o agente (a mãe). Assim Lacan, define em um primeiro plano, a mãe como sendo esta outra coisa para além do seio que sacia a fome, e seu valor é reconhecido por sua ausência-presença. Lacan escreve S(M) como o símbolo da frustração. Neste par ausência-presença, a mãe não existe enquanto tal, mas é articulada pelo sujeito criança, no registro do apelo (LACAN, 1956-57, p. 68).

A criança se situa portanto, entre a noção de um agente, que já participa da ordem da simbolicidade, e o par de opostos presença-ausência, a conotação mais menos, que nos dá o primeiro elemento de uma ordem simbólica. Sem dúvida, esse elemento não basta por si só para constitui-la, já que é necessário em seguida, uma série agrupada como tal, mas já há virtualmente na oposição mais e menos, presença e ausência, a origem, o nascimento, a possibilidade, a condição fundamental de uma ordem simbólica (LACAN, 1956-57, p. 68).

Se no nível do apelo a mãe deixa de responder, quando passa a responder de acordo com seus critérios, a mãe sai da estruturação simbólica, agente/objeto real, e torna-se real, o que em termos lacanianos significa tornar-se uma potência. Tal deslocamento produz uma inversão da posição do objeto. Os objetos de satisfação transformam-se em objetos de dom nas palavras de Lacan:

A posição se inverteu – a mãe se tornou real, e o objeto simbólico. O objeto vale como testemunho do dom oriundo da potência materna. O objeto tem, a partir daí, duas ordens de propriedade satisfatória, ele é duas vezes objeto possível de satisfação – como anteriormente, ele satisfaz a uma necessidade, mas também simboliza uma potência favorável (LACAN, 1956-57p. 69).

Neste momento, Lacan nos descreve que lidamos com a onipotência do lado materno, não do lado da criança. A mãe pode dar qualquer coisa. É errado pensarmos a onipotência do lado da criança. Lacan nos diz que o que conta “são as carências, as decepções, que afetam a onipotência materna” (1956-57, p. 70).

Tal aspecto está intimamente relacionado com a incidência do Nome-do-Pai no desejo da mãe, no entanto, neste momento de seu ensino nos traz uma formulação em que a mãe, pelo dom do amor, inicia a criança em um plano simbólico.

Aí está, pois, a criança em presença de algo que ela realizou como potência. O que se situava até então no plano da primeira conotação presença-ausência passa, de súbito, a um outro registro, e torna-se algo que se pode recusar e que detém tudo aquilo que o sujeito pode necessitar. E mesmo que ele não precise disso, a partir do momento em que isso depende dessa potência, isso se torna simbólico (LACAN, 1956-57, p. 70).

Ainda nos termos do *Seminário livro 4*, Lacan enfatiza que em Freud já podemos ler a função paradoxalmente decisiva do falo. Tal objeto é imaginário. Freud, em sua proposição sobre a solução edípica nas meninas pela via da maternidade, nos diz que uma das faltas essenciais da mulher é o falo, o que está estritamente ligado à sua relação com a criança. Lacan (1956-57, p. 71) enfatiza que a satisfação que a mulher, enquanto mãe, pode obter na criança, é porque a criança “atenua, satura, mais ou menos bem sua necessidade de falo”.

No entanto, a imagem do falo para a mãe não é reduzida completamente na criança, algo resta. Lacan aponta que não há harmonia nesta relação, pois de um lado trata-se de uma “saturação imaginária” e de outro “existe sempre para a mãe algo que permanece irreduzível” na relação com a criança real. A criança, como real, simboliza a imagem, assumindo para a mãe a função simbólica das necessidades imaginárias maternas.

Esta operação simbólica que introduz a mãe nesse estado de potência é o que possibilita que na criança se abra a instauração de um objeto intermediário entre mãe e criança, um objeto de dom. Esse momento é correlato a noção da falta na mãe, articulada nos termos da mãe simbólica. Com isso, fundamental para a garantia do lugar reservado à criança junto à mãe e a " a noção de que à mãe falta esse falo, de que ela própria é desejante, não somente de algo além dela própria, porém simplesmente desejante, isto é, afetada em sua potência" (LACAN, 1956-57p. 72) e o reconhecimento através da entrada em jogo da função paterna, que a criança vem descobrir que o que interessa à mãe é o falo. A criança só tem acesso a isso após a simbolização do Nome-do-Pai, sob a condição desta normatização incidir sobre o desejo da mãe.

Nome-do-Pai é a substituição como tal. Sua significação é a de um significante que falta na bateria dos significantes, isto é no campo do Outro (A). Por isso Lacan ao transpor a fórmula da metáfora, para a metáfora do Nome-do-Pai, no lugar de $1/s$, escreve $A/falo$. A metáfora paterna põe um nome no lugar onde a mãe está ausente.

Figura 2 – Fórmula da metáfora paterna

$$\frac{NP}{DM} \square \frac{DM}{X} \rightarrow NP \left(\frac{A}{falo} \right)$$

Num plano, o do imaginário, temos a imagem fálica e, no outro, o do simbólico, temos o significante. “Essa função imaginária do falo, portanto, Freud a desvelou como pivô do processo simbólico que arremata, em ambos os sexos, o questionamento do sexo pelo complexo de castração”.(LACAN, 1958a, p. 561). É enquanto significante da falta, que o falo pode orientar a mãe a acolher a criança na fantasia dos pais e na constituição de suas identificações.

A metáfora paterna é a substituição de um significante por outro. O Nome-do-Pai (NP) substitui o significante do desejo da mãe (DM). Na neurose, a inscrição do significante do Nome-do-Pai barra o gozo da mãe, fazendo com que a criança, que ocupava o lugar de objeto

da fantasia da mãe, adquira uma significação fálica. Ou seja, a criança como falo vem substituir essa incógnita, esse X, esse significado obscuro, que a designava no desejo materno.

Vimos que a operação de falicização da criança conecta a criança real ao valor fálico que ela pode vir a ter para a mãe. No caso de separação entre mãe usuária de crack e o filho, aparentemente engendra-se uma “infalicização”, impedindo o acesso a esta operação que insere a criança na dialética do desejo, a deixando no lugar da criança infeliz. Cabe questionar como a criança cai desta posição privilegiada no Édipo, para assumir na atualidade o lugar de objeto *a*, condensador de gozo.

1.5 A criança como objeto *a*

A criança como objeto *a* da mãe, assume uma posição diferente daquela que tem o falo como mediador. A criança poderá se situar em duas vertentes, a de objeto fálico e a de objeto condensador de gozo.

A ideia de que na contemporaneidade a criança ocupa o lugar de condensador de gozo, de objeto *a*, foi desenvolvida por Éric Laurent (2007). Em seu artigo “As novas inscrições do sofrimento da criança”, postula que as famílias já não mais se organizam conforme a versão freudiana em Totem e Tabu (1913), em torno do ideal e do gozo do Pai. Jaques Lacan já em 1938, em seu artigo “os complexos familiares”, nos advertia sobre o crescimento de um duplo movimento, de um lado o fim do patriarcado; do outro a multiplicação das formas da família conjugal.

Não é mais a família que se organiza, se funda, para dar lugar a criança. Nesta leitura proposta por Laurent (2007, p. 44), “a ênfase é posta sobre a criança capturada não em um ideal, mas no gozo, no seu e no de seus pais”:

A criança é o objeto *a*, vem no lugar de um objeto *a*, e é a partir disso que a família se estrutura. Ela não se assenta na metáfora paterna, que era a face clássica do complexo de Édipo, e sim na maneira como a criança é objeto de gozo da mãe, da família e, para além dela, da civilização. A criança é o “objeto *a* liberado”, produzido (LAURENT, 2007.p. 45).

Para formular estas questões, Éric Laurent se apoia na definição de Lacan da criança como objeto *a* da fantasia materna. Proposta numa carta dirigida a Sra. Jenny Aubry, publicada em *Outros Escritos*, num artigo intitulado “Nota sobre a criança”. Esse pequeno

texto condensa muitas informações. Interessa a leitura do Édipo que nos oferece uma perspectiva lógica, uma montagem, que produz um lugar para o sujeito a partir de dois elementos heterogêneos, o pai e a mãe. Um lugar para a criança é impensável desvinculado do casal parental.

Lacan (1969) inicia falando do fracasso das utopias comunitárias e com isso enfatiza o fracasso da família conjugal e de todas as tentativas de fazê-la mudar. Mais adiante nos lembra que a função de resíduo, exercida e mantida pela família conjugal, evidencia o que é irreduzível na transmissão geracional, ou seja, o desejo. Este irreduzível não se encontra no campo das satisfações das necessidades da vida, convoca, no entanto, “a constituição subjetiva, implicando a relação com o desejo que não seja anônimo” (LACAN, 1969, p. 369).

No contexto dessa determinação desejante em que a família é suporte, Lacan (1969, p. 369) nos apresenta duas definições bem concisas de pai e de mãe. A mãe é definida por seus cuidados, cuidados esses que trazem a marca de um “interesse particularizado, nem que seja por intermédio de suas próprias faltas (*manques*)”. Enquanto o pai, Lacan descreve como “o vetor de uma encarnação da Lei no desejo”.

O que Lacan quer dizer quando coloca a necessidade de um desejo não anônimo para o sucesso de uma transmissão geracional, que porta sempre algo de irreduzível, inassimilável?

Lacan vai da metáfora paterna, onde a orientação é o desejo da mãe e o Nome-do-Pai como envoltura do sintoma da criança, para redefinir a função do pai outorgando-lhe outro lugar onde a distância da função do Nome-do-Pai e do progenitor estão evidentes. Em RSI, na lição de 21 de janeiro de 1975 (1974-75, p. 23), surpreende ao afirmar que o pai apto a cumprir a função paterna será aquele que se orienta a uma mulher. Aquele que faz de uma mulher causa de seu desejo.

Lacan toma o pai como um sujeito desejante. Afirma que não se trata mais de respeito e amor ao pai, como propunha Freud (1913), é preciso que este homem esteja “perversamente” orientado, isto é, feito de uma mulher objeto pequeno “a”. Ao mesmo tempo, esta posição do pai não é simétrica do lado da mulher, pois do que ela se ocupa “são outros objetos pequeno a que são as crianças junto a quem o pai intervém”. Esta é a versão do pai que Lacan chamou de “Pai-versão”. O pai somente tem o direito ao amor e ao respeito se aceita transmitir uma versão – a sua versão – sobre o gozo que alcança com uma mulher.

O desejo do pai atua de maneira normativa, demarcando o gozo materno. O que não impede que a mãe mantenha seu próprio gozo e que tenha implicações sobre seu filho. Resta, do lado do mãe, seu ser mulher e todos os “embrolhos” da maternidade com a feminilidade. A

maternidade é o lugar da castração feminina e paradoxalmente, de acordo com Freud, uma das suas soluções.

O que se passa quando o pai não intervém entre a mãe e a criança?

A título de reflexão, Gustavo Stiglitz (2010, p. 12) comenta que a condição do pai é essa intervenção entre a mãe e a criança, se não o faz, o pai libera as vicissitudes do enlaçamento entre o feminino e a maternidade na mulher que a mãe é. Apresenta que na contemporaneidade famílias podem até se estruturar classicamente na tríade, pai, mãe e filho. No entanto, sofrem de um vazio de autoridade, consequência da instabilidade da função paterna.

Este vazio de autoridade, que podemos traduzir como uma função do pai não encarnada, produz como consequência o fundamento de S_1 – significantes mestres – que não se articulam ao S_2 . O que significa que o S_1 de lalíngua apresenta-se no *falasser* com uma ferocidade superegógica maior do que se esta posição pudesse ser encarnada. Tal argumento Stiglitz (2010) colheu nas orientações de Lacan no texto “complexos familiares” (1938), quando se refere a uma vantagem da família paternalista. A de ser o pai alguém próximo do filho que encarna a autoridade, o que possibilita a realização do que ele chama de “subversão criativa”, a tentativa da criança substituir o pai na comédia edípica. Isto porque a encarnação de uma autoridade é o próprio limite.

Levantamos a hipótese de que o ato do juiz de separação entre a mãe e o filho, vem efetuar no real o que no simbólico não pode se estabelecer. Corroborando com esta formulação Laurent (2012, p.216) nos fala que na atualidade nas sociedades liberais e totalitárias, a criança é um “capital precioso”, submetida a “políticas delirantes”. Por exemplo, a política do filho único na China, demonstra que criança é um capital tão precioso que está ameaçada de infanticídio. Comenta que a criança hoje, se constitui em uma “produção bioética”, normatizada por leis que capturam também o desejo dos pais. Nos diz que neste contexto, o papel da psicanálise é: “tentar tornar menos consistente a paixão mortífera que vem alojar-se nesse objeto precioso, tanto da parte dos que querem crianças para todos, quanto dos que querem crianças para ninguém”(LAURENT, 2012, p.220).

Jacques-Alain Miller (1996), no artigo “A criança entre a mulher e a mãe”, nos apresenta uma importante reflexão que nos permite dialetizar o valor da criança para uma mulher. Ele enfatiza que não é somente a função do pai que, incidindo sobre o desejo materno, condiciona o acesso normativo do sujeito à posição sexuada. É igualmente importante, o fato da mãe não ser “suficientemente boa” quando veicula a autoridade da lei paterna.

Miller acrescenta a necessidade da criança não saturar na mãe a falta em que se apoia o seu desejo. O que significa dizer que a mãe só é “suficientemente boa” se os cuidados que ela dispensa à criança não a desviarem de desejar como mulher, isto é, importa que ela não desista de buscar no encontro com o corpo do homem o significante de seu desejo: o falo. Neste ponto, enfatiza a “condição de não-todo” do objeto criança. A criança não deve ser tudo para a mãe.

O principal argumento trabalhado por Miller (1996, p. 3) é de que a criança divide, no sujeito feminino, a mãe e a mulher. Os avatares desta divisão são fundamentais clinicamente, pois, se o objeto criança não chega a dividir a mãe, ele corre o risco de sucumbir como dejetivo do par genitor, ou se arrisca a ser tomado em uma relação dual com a mãe, “que o alicia com fantasia paterna”. A criança, situada como objeto *a* da fantasia materna, confronta a mulher com esse ponto central ao gozo feminino, ali onde a mulher como *não-toda* fálica precisa extrair um saber sobre seu gozo. Na impossibilidade desta extração, a criança é aliciada, capturada nesta posição de objeto condensador de gozo.

Miller (1996, p. 6) comenta que nega-se a perversão às mulheres, uma vez que a clínica reserva aos homens a possibilidade de encarnar seu desejo em um objeto fetiche. Significa não vermos que do lado das mulheres, a perversão é de certa forma normal, é aquilo que se chama “amor materno”, que pode chegar à fetichização do objeto infantil. No entanto, a criança só é tomada como “fetiche normal” para a mulher, quando não é tudo no desejo da mãe. A posição da criança como fetiche “normal” para a mãe, seria um correlato feminino do que postulou Freud no seu texto sobre o Fetichismo (1927), onde a eleição do objeto fetiche pelo sujeito masculino, constitui uma proteção contra a castração da mãe? A criança seria um objeto que vela a castração materna no melhor dos casos?

Freud (1927, p. 155) nos diz que o objeto fetiche não substitui um objeto qualquer, trata-se de um substituto para um pênis específico e muito especial, importante na primeira infância, mas perdido posteriormente. O que equivale a crença que ele deveria ter sido abandonado, no entanto o objeto fetiche tem a função de protegê-lo. De acordo com Freud, “o fetiche, é um substituto do pênis da mulher (da mãe) em que o menininho outrora acreditou e que – por razões que nos são familiares – não deseja abandonar.” Assim o fetiche permanece como signo do triunfo de ameaça de castração e ao mesmo tempo, uma proteção contra ela.

Lacan (1956-57, p. 84) formula que se o pai não intervém, na falta da relação simbólica, a relação imaginária se torna a regra, e se estabelece um tipo de ligação da criança com a mãe, onde “a partir de um deslocamento imaginário” na parceira materna, a criança, faz no lugar da mãe, a escolha fálica. Esta é a fórmula da perversão fetichista. Neste sentido, a

criança fetichizada, colocada no lugar “anormal” do fetiche, é um correlato da posição de objeto a, condensador de gozo?

Miller nos lembra que no *Seminário livro 4: a relação de objeto*, Lacan trabalhou a posição da criança situando-a em relação ao falo, antes de tomá-lo como significante do desejo. Tal formulação nos convida a ler a equivalência freudiana criança/pênis/falo, em termos de metáfora. A “metáfora infantil”, como nomeou Miller, se inscreve como consequência da “metáfora paterna”, no entanto, Miller (1996, p. 7) nos recorda que esta leitura ameaça extinguir o desejo do falo do lado da mulher e fixar o sujeito numa identificação fálica. É preciso situarmos que esta “metáfora infantil” do falo só é bem-sucedida ao falhar.

O que é preciso dizer é que a metáfora infantil do falo só é bem-sucedida ao falhar. Ela só é bem-sucedida se não fixa o sujeito à identificação fálica e se, ao contrário, lhe dá acesso à significação fálica, na modalidade da castração simbólica, o que torna necessário que seja preservado o não-todo do desejo feminino. O Nome-do-Pai e o respeito pelo Nome-do-Pai não bastam; é preciso, ainda, que seja resguardado o não-todo do desejo feminino e que, portanto, a metáfora infantil não recalque, na mãe, seu ser mulher (MILLER, 1996, p .8).

A condição para que a metáfora infantil, que em termos freudianos seria uma das saídas possíveis do Édipo na mulher, logre êxito é o fato dela não obliterar na mãe seu ser mulher, preservando o *não-todo* do desejo feminino.

Recordando um dos relatos de nossa conversação, na história de Luciana, que perdera o marido, a casa, o trabalho, as filhas mais velhas. O que resta para essa mulher, assim nomeado pela equipe, é o desejo de permanecer com seu bebê. Com isso, o bebê assume o estatuto de único objeto de interesse da mãe. A leitura da equipe, recortada pelo laboratório, nos fornece esse contraste. No contexto trabalhado, não há espaço para o entendimento de que o desejo da mãe está para além da criança, e esta interrogação lógica, é a única possibilidade de dar-lhe um lugar no mundo. Ao desafio de permanecer com o filho, soma-se as vulnerabilidades sociais vivenciadas e o encontro da parceria sintomática da mulher com a droga. Contudo, o que permanece obscuro são as questões relativas ao gozo feminino que a nosso ver, na impossibilidade do sucesso da parceria no amor, encontra na parceria com a droga uma forma de tratar o real do trauma.

O fracasso das condutas institucionais, encontra na falência dos ideais em vigor na contemporaneidade e no recurso ao crack, a equação perfeita para a averbação da separação entre mãe e bebê. O bebê encarna seu justo lugar, o de não pertencer a ninguém.

Nossa pergunta bússola – que lugar para a criança – se desdobra na necessidade de investigar o estatuto do gozo feminino em articulação com esta nova ordem simbólica, que ao encontrar o sintoma à deriva, nos convida a interrogar a incidência do gozo feminino em sua vertente de devastação. Este argumento será nossa trilha no desenvolvimento do segundo capítulo da presente dissertação.

2 MATERNIDADE E FEMININO

Os apontamentos sobre a criança trabalhados no primeiro capítulo nos levam a necessária investigação sobre o que se passa do lado da mãe. Procurando fundamentar nossa pesquisa, nos deteremos sobre o que é uma mãe para a psicanálise, retomando em Freud a concepção da maternidade como resposta ao enigma do desejo na mulher. Posteriormente examinaremos os apontamentos de Lacan sobre o gozo feminino, as fórmulas da sexuação, situando o gozo feminino como o que excede à articulação fálica indo mais além do Édipo.

2.1 A maternidade em Freud é uma resposta ao desejo feminino?

Freud ao se perguntar sobre o enigma da feminilidade nos diz que “de acordo com a sua natureza peculiar, a psicanálise não tenta descrever o que é uma mulher – seria essa uma tarefa tão difícil de cumprir – mas se empenha em indagar como é que uma mulher se forma, como a mulher se desenvolve desde a criança dotada de disposição bissexual” (FREUD, 1933, p. 117).

Após um percurso de 15 anos de estudo, Freud assume a impossibilidade da psicanálise responder o que é a mulher, porém demonstra que podemos averiguar os caminhos de formação da mulher desde a infância, no reconhecimento das disposições inatas da bissexualidade, por onde a mulher se desenvolve. Essa constituição inata coloca para as mulheres a necessidade de se adaptarem ao que é esperado biologicamente e socialmente, ou seja, o estabelecimento de sua “função” de mãe. O que não se dará, ainda acompanhando Freud, “sem luta”. Em comparação com o desenvolvimento sexual dos meninos o que se passa com as meninas revela-se mais complexo e difícil uma vez que, segundo Freud, exige das meninas “duas tarefas extras as quais não há nada de equivalente no desenvolvimento de

um homem” (FREUD, 1933, p. 117). Essas duas tarefas implicam a transferência dos investimentos libidinais da zona erógena clitoriana para a vagina, e a mudança da escolha do objeto de amor, da mãe para o pai.

O encaminhamento do complexo edípico nas meninas, pela ação do complexo de castração encontra três saídas possíveis: i) uma inibição da sexualidade, que levaria à neurose; ii) a modificação do caráter no sentido de um complexo de masculinidade; iii) o caminho da feminilidade, no qual o pai é tomado como objeto de amor, na conclusão do complexo de Édipo feminino (FREUD, 1933, p. 126).

A saída do complexo de castração, pelo acesso à feminilidade, implica a apreensão do pai como objeto amoroso. O abandono do Édipo é condicionado pela impossibilidade de realização de dois desejos – possuir um pênis e um filho – que, de acordo com Freud (1933, p. 199), permanecem investidos no inconsciente. A menina sai do complexo pela desilusão e se depara com a questão, proposta por Freud, de acesso à feminilidade pela via da maternidade.

Freud pensa uma equivalência entre a mãe e a mulher, deixando de fora a constatação de que toda mãe é fálica e que a questão da feminilidade aponta para além da mãe e para além do filho. Veremos adiante como Lacan (1972-73) trabalhou este mais além, incluindo a dimensão de gozo feminino. Freud, no entanto, responde à questão do que é uma mulher afirmando que a mulher é aquela que encontrou, na via da maternidade, uma resposta à castração, um caminho para a feminilidade. É neste sentido que a criança é colocada no lugar ideal de falo, do falo que falta à mãe. Ao mesmo tempo, em sua investigação sobre a relação pré-edípica da menina com sua mãe, Freud percebe a prevalência por um longo tempo do objeto amoroso materno, produzindo em alguns casos um descompasso que se apresenta em todas as relações que a mulher vai estabelecer ao longo da vida.

A resolução para a trama edípica está calcada na entrada do pai como objeto de amor. Toda dificuldade clínica desta troca de objeto pode ser observada no caso da “Jovem homossexual” (1920b), em que Freud descobre que o amor ao pai vem recobrir um amor fundamental ligado à mãe. Recordando o caso: a jovem bela e inteligente, em torno de seus dezoito anos, passa a perseguir uma mulher dez anos mais velha, uma “dama”, como diz Freud, uma prostituta de alta classe. Sua família e, principalmente o pai, reprovam a convivência entre a jovem e a “dama” sob alegação de que esta ligação prejudica a imagem da menina e da família, porém esta mantém sua corte. Um dia, ao cruzar com o olhar de reprovação do pai ao vê-las juntas de braços dados andando na cidade, a jovem homossexual pula um muro e se atira de uma ponte, caindo na linha do trem abaixo. A elaboração teórica extraída deste caso permitiu a Freud reformular a posição defendida até então, de que no

Édipo a menina ama o pai e deseja receber um filho dele. Pois bastou a jovem se decepcionar com o pai para voltar este amor mais antigo à mãe, mesmo que revestido de intensa hostilidade. Sobre esse aspecto, André (2011, p. 194) comenta que este amor pela mãe ganha solidez pois se alimenta do narcisismo, podendo aquele que ama identificar-se com o objeto amado, nivelando a distinção entre a identificação sexuada e a escolha do objeto. O caso da jovem homossexual permitiu a Freud colocar em cena essa fase de fixação da menina com a mãe, até então ignorada, ponto que se articula à noção de devastação, a qual abordaremos ao longo deste capítulo.

Vemos por um lado, na conferência sobre “Feminilidade” (1932), Freud basear sua hipótese de que a questão do feminino passa pelo falo, mesmo que nos momentos finais de sua teorização tenha esbarrado no rochedo da castração como um resto que se localiza além do Édipo e especifica a durabilidade da relação pré-edípica da menina com a mãe. Por outro, observamos o ensino de Lacan abrir a possibilidade de pensarmos em termos de outro gozo.

Como contraponto à elaboração freudiana, Lacan (1969) verifica que o filho não responde à questão do desejo feminino nem define o que é uma mulher. Ao deslocar a ênfase trabalhada pelos pós-freudianos da mãe para a mulher, ele enfatiza que deixamos de fora das análises das crianças, não a maternagem e sim os paradoxos da sexualidade feminina. Tal inversão visa desconstruir o fascínio que recaia sobre a mãe, dando lugar à dimensão do gozo feminino, ou seja, aponta para o exame de como a mulher se relaciona com o significante fálico.

Em “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina” (1958a), Lacan retoma a temática da obscuridade do órgão genital feminino, esclarecendo que deixamos de fora a elucidação sobre o gozo feminino. Haveria então uma divisão do gozo feminino, em uma parte que é a do homem encarnando o falo e outra parte de gozo relativo ao próprio sexo feminino, como aquilo que falta no Outro como significante.

A mediação fálica, segundo Lacan (1958a), *não* drena tudo que se manifesta de pulsional na mulher, incluindo toda a corrente do instinto materno. Lacan nos coloca que a maternidade não é uma via resolutiva para a mulher, e que o desejo do filho, como estabelecido por Freud, só encontra sentido pela via da *fantasia* em uma linha simbólica substituta que desliza do clitóris ao pênis e do pênis ao bebê.

Lacan propõe que a castração é simbólica, uma vez que ela não é efeito somente do desenvolvimento, ela inclui a subjetividade do Outro como lugar de sua lei. (segundo LACAN, 1958a, p. 741). Escreve que a diferença sexual tem sua alteridade radicalizada pela alienação fundamental de todo sujeito, ser falante, ao Outro. O efeito do véu da alienação,

cuja presença do Outro libera o papel sexual, aparece na forma de defesa do sujeito na mascarada feminina.

Em um texto chamado “A imagem Rainha”, Miller (1997a, p. 578) nos diz que, mesmo sob a amarração simbólica que fundamenta o sujeito, existem imagens que sobrevivem ao naufrágio do imaginário. Ele enumera três dessas imagens rainhas: o corpo próprio, o corpo do Outro e o falo.

O corpo próprio é aquele que pertence ao sujeito, encontra seu fundamento na matriz do eu (*moi*) estabelecida por Lacan no estágio do espelho. Podemos também situar aí o narcisismo freudiano. O corpo próprio é o que fornece ao sujeito a ideia de si mesmo como um corpo. O corpo do Outro é onde repousa a castração freudiana, que se oferece à formalização significativa. Em terceiro lugar, o falo – transformado em significante – conserva todas as articulações imaginárias. Nas palavras de Miller: “é do falo que derivam os objetos que merecem, na clínica, serem chamados de objetos fetiche. Aí está na verdade, o que me parece que a psicanálise extrai do mundo das imagens. Três imagens rainhas” (MILLER, 1997a, p. 579).

Cada uma dessas imagens rainhas da psicanálise porta um tipo de “operador especial” em atuação no campo da visão. O corpo próprio relaciona-se com o espelho. O corpo do Outro com o véu da roupa que encobre o nada relativo ao sexo feminino, por último o falo que encontra no enquadre, a moldura, que delimita e isola, tornando as imagens significantes.

Miller acrescenta que essa articulação da imagem com o gozo se dá pela via do olhar. Submetidas às coordenadas de “operadores do visível que tem efeitos significantes” (MILLER, 1997a, p. 579). Quando uma imagem é real, ela tem efeito de significante e se aplica a realizar uma distinção entre o significante mestre e as imagens rainhas: “as imagens rainhas não representam o sujeito mas se coordenam com seu gozo” (MILLER, 1997a, p. 580). Isto ocorre porque todas essas três imagens rainhas são investidas na fantasia e se relacionam com o corpo. Elas são o lugar onde o imaginário fiska o gozo, realizando uma captura significativa de gozo.

Em psicanálise não há fantasia que não se articule à vertente imaginária. É preciso que a representação se articule a uma cena para que consideremos que se trata de uma fantasia. Para ser uma imagem digna do adjetivo rainha, uma imagem da “realeza”, nos diz Miller, ela tem que ter capturado algo da imagem no significante. Nesses casos são imagens que estão sob o “império do olhar”, o olhar não é uma imagem rainha, está mais na vertente do suplemento da imagem, na vertente do objeto *a*, sendo precisamente “a encarnação do objeto *a*” (MILLER, 1997a, p. 587).

A elaboração de Miller sobre as imagens rainhas nos auxilia a pensarmos o lugar da criança. A criança desejada no Édipo é um substituto metafórico da imagem rainha do falo. Por esta razão há a necessidade de que a criança esteja articulada ao desejo materno, e que o desejo materno seja limitado pelo significante fálico em vez de se apresentar como pura potência.

2.2 A mãe lacaniana na metáfora paterna.

Lacan pensou o lugar da mãe em termos estruturais. A mãe é outra coisa além de objeto primitivo. Aparece no *Fort-da*, simbolizada em ausência e presença, como mãe simbólica. Ao apelo da criança a mãe pode não responder, é aí que a mãe se converte em real. Assim a criança toma consciência da existência da mãe. O capricho materno a constitui como potência, potência de amor. Mas neste tempo podemos pensar que, se a mãe pode faltar é no sentido de que se ausenta e não no sentido de que a criança aceita ver a mãe privada de algo. Lacan (1956-57) nos aponta que o fato de que ela se ausente ou que não responda, não testemunha um desejo. A mãe apresenta uma potência que ordena, que exige um nome de amor. Em um sentido essa potência pode ser mortífera porque o que se constata é que seu desejo não se apoia em uma causa para além da criança. Em uma outra direção há algo a ser alcançado nesta mesma potência, posto que a mulher desprovida de falo, ama em sua criança aquilo que ela não tem. No núcleo das identificações da mãe e da criança, a essência é o falo.

Lacan formulou os termos dessa dialética no capítulo IV do seminário sobre a relação de objeto, nos termos da “mãe insaciável”, considerada como a mãe insatisfeita, insaciável, devoradora. A reconhecemos no pequeno Hans (FREUD, 1909), quando este descobre seu pênis e seu órgão se converte na porcaria degradada de sua mãe. A mãe de Hans, não faliciza seu filho. Como Hans pode dar conta de falicizar seu órgão? Como fazer que tenha valor para ele? Como transformá-lo em um objeto de troca, intercambiável, um objeto simbólico digno do dom de amor, se para sua mãe não há valor, uma vez que ela se fixa no objeto real?

Lacan (1969-70, p. 105) disse que o “desejo da mãe é capital” e “não é algo que se possa suportar sem estragos”. A criança não deve ser o suporte do desejo da mãe. É por esta razão que entra em ação o Nome-do-Pai. Muito melhor para a criança que a mãe seja desejante. Melhor também que ela não o deseje pelo que ele é senão mais além dele.

No princípio temos o desejo da mãe. A mãe é articulada como desejo quando se vincula à lei, uma vez que Lacan, no Seminário 6, definiu o desejo como uma demanda que se

distingue por ser submetida à lei. A mãe do desejo é a mãe crocodilo com toda a sua potência, definida por Lacan nos seguintes termos: “O papel da mãe é o desejo da mãe. Digo-lhe coisas simples, estou improvisando devo dizer, há um rolo de pedra, é claro que lá em potência, no nível da bocarra, e isso retém, isso emperra. É o que se chama falo. É um grande crocodilo em cuja boca vocês estão, a mãe é isso” (LACAN, 1969-70, p. 105).

Lacan parece incluir na boca do crocodilo o rolo de pedra. Essa bocarra aberta da mãe crocodilo deve incluir o rolo de pedra que impede que ela se feche, devorando seu filho. Trata-se da mesma lógica que articula a metáfora paterna, ou seja, o desejo da mãe inclui a operação simbólica presidida pelo Nome-do-Pai. Podemos pensar que essa aproximação da mãe com o crocodilo nos diz que, aquela que em potência pode fechar a boca sobre o corpo do filho como puro gozo é barrada pela presença do rolo de pedra como metáfora do falo.

Em um tempo mítico temos a mãe insaciável em pura potência. A mãe primitiva, sem a submissão ao desejo do Outro, envia demandas não reguladas, da ordem do puro capricho. Hans (FREUD, 1909) por exemplo, a um pedido real, responde com um objeto imaginário na construção de sua fobia. Ou seja, a passagem do objeto real para o falo faz parte da simbolização do desejo materno. Significa pensarmos que não há nesta articulação desejo materno sem a função do Nome-do-Pai. Não podemos separar os dois na metáfora, sob o risco dela não operar. O conceito da mãe inclui o objeto imaginário, a saber, o falo, para assim tomar a criança na vertente simbólica do desejo.

Lacan no Seminário 4 chama a resposta da criança à mãe de enganação. A criança acede ao desejo da mãe sob a forma de uma troca de objeto. Uma troca que implica um objeto inexistente. O objeto existente será o objeto imaginário, aquele que a criança oferece à mãe, mas não corresponde ao seu ser. A enganação está dos dois lados, ao colocar a criança na linha de seu interesse, a mãe “engana” a criança sem demonstrar que o que deseja está para além da criança.

No plano da metáfora paterna, o sujeito é localizado no lugar do x, da incógnita. Aí está também o lugar da criança. A metáfora se resolve quando o filho localiza seu lugar, na articulação entre o desejo da mãe (DM) e o Nome-do-Pai. Podemos dizer que na metáfora paterna o sujeito se constitui a partir desta articulação entre desejo e significante.

O desejo está no campo do impossível de dizer, a entrada do significante é o que inaugura a fantasia como efeito de sentido do desejo. A fantasia reúne elementos heterogêneos, com sua construção Lacan tentou absorver “o gozo do eixo imaginário no

registro simbólico, articulando o objeto ao sujeito barrado, e instituindo o falo como significante de gozo” (HORNE, 2000, p. 54).

No terreno dos objetos, Lacan (1957-58, p. 227) considera a dificuldade de se distinguir demanda e necessidade. Pensa a necessidade fundamentalmente relacionada ao significante. Nos diz que a introdução do desejo não se constrói a partir de uma experiência, sendo o significante essencial como intermediário da relação com a realidade (LACAN, 1957-58, p. 231).

O objeto *a* compõe-se de elementos do objeto imaginário, o que se demonstra na linha inferior do grafo do desejo, construído por Lacan no Seminário livro 5: as formações do inconsciente, exercendo sua função sob a condição de estar articulado a uma cadeia significante (LACAN, 1957-58, p. 238).

Sob esse aspecto Bernardino Horne (2000) nos diz que: “O gozo só pode penetrar no simbólico pagando um preço. Do lado do falo, este preço é a castração, do lado do desejo sua alienação ao desejo do Outro”. Lacan (1957-58, p. 234) caracteriza o ser falante como ser de desejo. Na linha intermediária do grafo do desejo há um espaço que situa a fantasia que conjuga o sujeito, o objeto e o desejo. Tal articulação está na base da modalidade de perda nomeada de frustração, por onde a entrada do pai frustra a mãe da criança ao mesmo tempo em que impede que a mãe alicie a criança como falo que lhe falta.

Retomando a questão da metáfora paterna, podemos ler na formulação do discurso do mestre os significantes do Nome-do-Pai e do desejo da mãe em S_1 e S_2 , como pura lógica significante. Aqui há a relação de um significante para outro significante. Não é mais o desejo da mãe e o Nome-do-Pai. A relação que se estabelece entre esses significantes permite a constituição do sujeito do inconsciente: o sujeito dividido. O resto da operação simbólica é o objeto *a*, um resto real que não voltará a ser assimilado pela lógica simbólica.

Na estruturação o discurso do mestre, no nível superior temos S_1 e S_2 , como representantes simbólicos da relação dos sujeitos com a linguagem. No nível inferior situamos a fórmula da fantasia ($\$ \diamond a$) em que as duas barras revelam que ali há uma relação impossível de transpor, um abismo. A relação entre o sujeito e o objeto é impossível. Este impossível, é o que também está na base do entendimento da formulação lacaniana da inexistência da relação sexual.

2.3 O feminino e a lógica fálica: as fórmulas da sexuação.

Freud atesta que na experiência edípica todos os elementos se apresentam para que a menina tenha uma experiência da posição feminina de forma direta e simétrica ao que se passa na posição masculina, porém, curiosamente para o sexo feminino, há a captura da imagem do outro sexo – o masculino – como base da sua identificação. Lacan (1956-57) nos diz que isso só é possível pela regulação da ordem simbólica. O sexo feminino seria o ponto onde no simbólico não encontra representação: “o sexo feminino tem uma característica de ausência, de vazio, de buraco, que faz com que aconteça ser menos desejável que o sexo masculino com que ele tem de provocante fazendo aparecer uma dissimetria essencial” (LACAN, 1956-57, p. 202).

Lacan sustenta essa “dissimetria essencial” no nível simbólico. Esta dissimetria é dependente do significante. A ênfase dada por Lacan, podemos reconhecer nos diferentes significantes que nomeiam o homem e a mulher. Lacan (1957-58, p. 201) afirma que não há simbolização da mulher como tal, esta inexistência deriva do fato “do imaginário fornecer apenas uma ausência ali onde há um símbolo muito prevalente: o falo”.

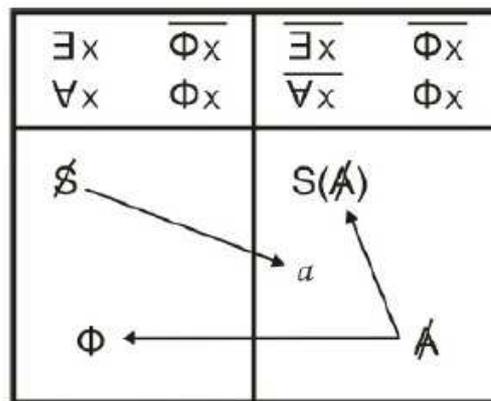
No texto de 1958, “Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina”, Lacan (1958a, p. 742) retoma a problemática feminina de identificação imaginária ao falo afirmando que tal identificação cria obstáculos para que a mulher instaure seu desejo “com o padrão fálico que sustenta a fantasia”. O que a deixa em uma posição de “ou-isto-ou-aquilo”, que prende o sujeito entre a ausência (de representação simbólica) e a pura sensibilidade (de gozo). A consequência desta posição é que “o narcisismo do desejo se agarra imediatamente ao narcisismo do *ego* que é seu protótipo” (LACAN, 1958a, p. 742).

No Seminário 14 sobre a lógica da fantasia, na lição de 22 de fevereiro de 1966, Lacan (1966-67) retoma o problema do falo como “média e extrema razão da divisão harmônica”, aqui o que ele está abordando é o paradigma da “relação sexual que não existe”. A relação entre o significante do homem e o significante da mulher não existe. O que quer dizer que contamos apenas com o significante fálico como “média e razão extrema”. Para Lacan é o falo que possibilita a relação entre os sexos.

Essas duas referências, a construção do discurso do mestre como correlato do Édipo e a abordagem da razão significante como possibilidade para a relação entre homens e mulheres, foram os precursores teóricos da elaboração das fórmulas da sexuação.

As fórmulas da sexuação situam que não existe as posições homem e mulher determinadas pelo sexo anatômico. O sujeito pode ser homem e frequentar o lado da mulher e vice-versa. O gozo conecta-se com o ser falante pelo que ele diz. O lado masculino é marcado pelo universal, todos os homens têm de lidar com a função fálica. O lado mulher, em contraste, é marcado pelo *não todo* fálico. Sobre essa posição da mulher cito Lacan (1972-73, p. 80) “Não é porque ela é não toda na função fálica que ela deixa de estar nela de todo. Ela não está lá não de todo. Ela está lá a toda. Mas há algo a mais”.

Figura 3 – Fórmulas da sexuação (LACAN, 1972-73, p. 105)



Lacan define a mulher como *não-toda* no que se refere ao gozo fálico, sendo o gozo fálico o obstáculo pelo qual o homem não chega a gozar do corpo da mulher, ele goza do gozo do órgão. O gozo sexual é fálico, ou seja, não se relaciona com o Outro a não ser por intermédio do falo. Há uma dissimetria constituinte implicada no impossível da relação sexual, ou seja, o ser sexuado da mulher *não-toda* não passa pelo corpo, mas é resultado de uma exigência lógica na fala.

O que Lacan toma como ponto de partida para estruturar o lado esquerdo da fórmula da sexuação, é a função da exceção paterna trabalhada por Freud (1913) em Totem e Tabu. No primeiro tempo do mito, o pai da horda, que goza de todas as mulheres, não está limitado em seu gozo, não está castrado. No entanto, ao acessar todas as mulheres, impede que os filhos possam gozar delas. Significa que, para todos os filhos (x) há um limite para o gozo, são todos castrados. No segundo tempo do mito, no assassinato do pai, incorporação totêmica, retroativamente pela culpa, se instala a lei da proibição do incesto, que favorece o estabelecimento do conjunto de todos os homens, na medida em que o lugar da exceção fica vazio. O lugar do pai morto como exceção funda esse lugar vazio de gozo, um S_1 que permite

montar o conjunto. A ordem simbólica se sustenta no Nome-do-Pai como esse significante excepcional.

No seminário 20 (1972-73) Lacan busca dar conta da diferença lógica entre as formas de gozo do lado do homem e do lado da mulher. No mito da horda, a mulher não está como sujeito, aparece como objeto. Do lado esquerdo (masculino) ele aborda o gozo fálico, o gozo do macho, ao qual o significante fálico fornece seu escopo. Por isso o $\$$ (S barrado) e falo estão do mesmo lado da fórmula.

Tomando o mito da horda como referência para pensarmos o lado direito das fórmulas da sexuação encontramos que ali as mulheres estão indiferenciadas, não há nenhuma mulher em posição de exceção de gozo, nenhuma mulher que se diferencie, se destaque. Não existe, na sexualidade feminina, nenhuma instância como a exceção paterna. Do lado feminino não há o Um que funda a exceção, por essa razão Lacan afirma que as mulheres não formam conjunto. O mito de Dom Juan é uma maneira de ilustrar esse gozo feminino, na medida em que ele as toma uma a uma.

Do lado direito da fórmula Lacan situa o \mathcal{A} , essa barra vertical se diferencia da barra horizontal que é o falo, razão da consciência. A barra vertical barra a mulher que não existe, não existe o conjunto das mulheres. A mulher se divide em seu gozo, no acesso ao gozo fálico. Mas há o Outro gozo, que relaciona-se ao significante que falta no simbólico que é o significante “La” mulher. Esse significante que falta dá a possibilidade de uma mulher gozar de uma ausência.

O gozo feminino se situa, no quadro das fórmulas da sexuação, do lado direito, em que Lacan coloca o S (\mathcal{A}), onde no feminino o simbólico tem uma abertura, da qual emerge o gozo feminino e a dimensão do amor. A ausência de representação simbólica do feminino, é um correlato freudiano para a ausência de representação do falo no inconsciente. Significa que o gozo do lado direito da fórmula da sexuação não se enquadra totalmente nas medidas fáticas, coordenadas para o gozo masculino. Caldas (2012) nos diz que situamos o feminino para além dos limites definidos pelo significante, nos apresenta a seguinte definição de gozo feminino:

Uma forma lacaniana de tratar o feminino é situá-lo além dos limites definidos pelo significante. O feminino o ultrapassa e não se define: garganta de Irma, umbigo do sonho, continente negro, ato tresloucado de Medeia, furo no saber, gozo infinito. No avesso de todas as medidas, ele não se define, mas se manifesta fundamentalmente como gozo (CALDAS, 2012, p. 8)

Lacan (1972-73) diz que esse gozo feminino é um gozo com o vazio, porque o coloca em relação ao significante da falta, um vazio no simbólico. No entanto, se estamos no campo

do gozo, trata-se de um vazio cheio, algo que só pode ser demonstrado em uma perspectiva topológica. Uma vez que a dimensão do vazio está no campo do simbólico, e a dimensão do gozo (cheio), no campo do real. Lacan nos demonstra esta complexidade ao comentar a questão da frigidez, muito mais suportável do lado das mulheres, porque ali há a experiência de um gozo do qual a mulher nada sabe. Não há palavras para nomear esse gozo do lado feminino, é um gozo impossível de ser captado no simbólico. No panorama do simbólico trata-se de um gozo vazio. Essa complexidade relaciona-se com o impossível de dizer tudo. A palavra tenta contornar o gozo, dar-lhe um limite pela via do sentido, mas não pode dizê-lo todo. Outra forma de apreendermos essa complexidade implicada no gozo feminino, são os testemunhos dos místicos, que vivenciam uma experiência de um gozo sobre o qual não podem dizer coisa alguma, senão por meio da poesia.

Ainda no Seminário 20, Lacan recorre à experiência mística para dar conta do estatuto do gozo feminino. A foto que ilustra a capa do livro é a famosa imagem da estátua de Santa Tereza d'Ávila de Bernini, demonstrando um estado de êxtase, que torna evidente que há um gozo no corpo.

O feminino é insuportável para as neuroses. Freud desenvolve esse argumento em *Psicologia das massas e Análise do Eu* (1921) ao estudar a conformação das grandes massas como o exército e a igreja, dizendo tratar-se de instituições com formações homossexuais. Uma homossexualidade masculina – que se sustenta em uma ordem fálica, que rechaça e oprime o feminino. As estruturas da formação social e da formação da neurose são homossexuais.

O homem se vale da tela da fantasia, articulada ao gozo fálico, para não se angustiar frente a alteridade que o feminino representa. Uma mulher, por mais que tenha fundamentado sua fantasia, vivencia esta alteridade no corpo. Essa dimensão do corpo feminino não recoberta pela fantasia manifesta-se sob a forma de angústia. Lacan em *O seminário, livro 10: A angústia* (1962-63, p. 360) toma a expressão de Kierkegaard: “uma mulher é mais angustiada que o homem”, para dizer que o filósofo tinha alguma coisa de Tirésias, que sabia algo do feminino. A mulher se angustia mais do que o homem, porque não pode escapar de seu feminino corporal.

O que excede a ordem fálica é vivenciado como angústia. Miller (1996) aborda algo semelhante no texto “A mulher entre a criança e a mãe”, ele nos diz que o protótipo da mãe angustiada é aquela que deseja mal como mulher. Aquela que substitui suas demandas de mulher pelas lamúrias de uma mãe em relação ao filho, a mesma que aloja a criança como

objeto condensador de gozo. Uma fórmula paradoxalmente equivocada da mulher tratar o feminino e alojar a criança.

As conversações apresentadas anteriormente, lemos que a angústia se manifesta no momento da decisão de separação da criança – na entrega à adoção no caso de Luciana e na decisão de perda da guarda no caso de Fernanda. No contato com a ausência da criança, no enfrentamento da tomada de decisões necessárias, surge o recurso à droga como forma de apaziguar esta angústia.

2.4 Efeitos do feminino mais além de Édipo

Até o momento vimos que a maternidade não recobre todas as manifestações pulsionais da mulher. Ao examinarmos o que é uma mãe, encontramos no interior de seu conceito a mulher articulada ao significante fálico, por exemplo, quando toma a criança como objeto de investimentos e cuidados. Comentamos também a dificuldade estrutural em recobrir a ausência de significante fálico no inconsciente feminino. Tal aspecto nos remete à investigação do estatuto do gozo feminino e sua estrutura e diferenciação em relação ao gozo fálico. Questionamos se as saídas possíveis para o não recobrimento fálico, relacionam-se com uma certa dificuldade de articulação sintomática presente nos casos de toxicomania.

As mães-no-crack vivenciam com a impossibilidade de cuidados dos filhos, o extremo da hipótese que trabalhamos aqui. Parecem denunciar no recurso à droga a degradação do Nome-do-Pai em vigor na contemporaneidade. A separação entre a mãe e a criança nos dois relatos trabalhados é uma decisão do juiz. Ao constatarmos que o recurso ao crack estava presente antes do nascimento das crianças, somos levados a interrogar a tensão existente entre o gozo tóxico e o gozo feminino, tensão que não encontra uma via de acesso ao desejo pela maternidade. Interrogando o gozo feminino buscamos compreender porque, nesses casos, o desejo aparentemente não se articula e o gozo feminino encontra sua vertente devastadora, fixando o destino das mães e das crianças num horizonte de separação.

Ao comentar a dificuldade da mulher esgotar seu gozo em uma referência fálica, Guimarães (2014, p. 30), nos diz que o feminino se localiza na falha do simbólico, no ponto onde não é possível formular um dizer sobre a identidade feminina. Por esta razão, ocorre na estrutura neurótica das mulheres, um esforço espontâneo para produzir uma suplência a esta ausência de simbolização.

Tal suplência foi definida por Lacan (1958c) pelo termo de mascarada, no texto “A significação do falo” quando indica que as relações entre os sexos serão submetidas à função do falo, girarão nos termos da dialética do *ser* e do *ter* o falo. Ao se reportarem ao significante fálico, este tem o efeito de, por um lado “dar realidade ao sujeito”, e por outro “irrealizar as relações a serem significadas”. O homem elege um parecer que pela via do semblante substitui o ter. Do lado da mulher, “ela mascara sua falta no outro” (LACAN, 1958c , p. 701). A mascarada feminina convoca um recurso imaginário associado à significação fálica, no entanto, para acessá-lo a mulher precisa recusar uma parcela de sua feminilidade.

Por mais paradoxal que possa parecer essa formulação, dizemos que é para ser o falo, isto é, o significante do desejo do Outro, que a mulher vai rejeitar uma parcela essencial da feminilidade, nomeadamente todos os seus atributos na mascarada. É pelo que ela não é que ela pretende ser desejada, ao mesmo tempo em que amada (LACAN, 1958c).

Ao não encontrar lugar no desejo do Outro, a mulher pode recorrer a droga como uma suplência à significação fálica? Uma suplência à relação sexual que não existe? Ao não trilhar a construção do desejo pela via da castração, predomina o registro da frustração que congela o objeto perdido em objeto real. Nos parece que a criança é capturada nesta configuração, ficando de fora da dialética do desejo. Tomando o objeto droga, como o mais intercambiável, no sentido de que ele pode ser qualquer um. Compreendendo que no momento do consumo do objeto droga, há uma fixação do circuito pulsional e o retorno desta pulsão para o corpo próprio. Trata-se de uma modalidade de gozo que produz seu mais-de-gozar em um curto-circuito patrocinado pela lógica de mercado que vigora na atualidade.

2.5 A degradação da função paterna na atualidade

Lacan, no Seminário 20, nos indicou que devemos abordar os sujeitos a partir do seu modo de gozo, do seu modo de gozo enquanto sexuado. Os filhos das parcerias sexuadas entre homens e mulheres jamais poderiam construir suas estruturas subjetivas sem os efeitos de gozo que advém desta relação entre os gozos. Devemos considerar em nossa pesquisa que os efeitos do gozo feminino sempre estarão presentes na subjetividade dos sujeitos, mesmo daqueles em que houve a incidência do Nome-do-Pai. Isso porque sempre haverá um remanescente da fantasia da mãe. O Nome-do-Pai não pode capturar, drenar tudo no desejo da mãe. Restam sempre os resíduos da mãe como mulher. A verdade do sintoma estruturado no

casal parental, não recobre o silêncio do gozo materno. Neste sentido, Guimarães (2014, p. 72) nos diz que “quanto menos operativa for a função paterna, quanto mais deficiente, em declínio, tal como caracterizamos o contexto subjetivo de nossa época, tanto mais a fantasia da mãe marcará seus efeitos sob a estruturação dos sujeitos”.

Por exemplo, como já mencionamos, a mulher que deseja mal é a mãe angustiada, daquelas que tomam a criança como um condensador de gozo. É o que está posto na formulação da criança como objeto *a*. A atual posição da criança como objeto *a* da mãe, da família e da sociedade, como formulou Éric Laurent, se institui como o núcleo de gozo que engendra a estrutura das neuroses contemporâneas.

Observamos na clínica da toxicomania amarrações sintomáticas que fazem uso de um gozo no real do corpo em decorrência de uma degradação do simbólico. Nas chamadas neuroses contemporâneas, incluindo a toxicomania, que relações podemos estabelecer entre o declínio da função paterna e gozo feminino?

A partir do que conhecemos como “clínica estrutural”, em que se pressupõe que as amarrações estruturais do sujeito adulto estão completas, questionamos se todas as operações lógicas de efetuação da estrutura encontram-se firmemente estabelecidas. A hipótese da psicose ordinária formulada por Miller (2006), que inspira os comentários de Guimarães (2014), é a de que sob essa perspectiva da clínica estrutural há neuroses mal formadas, mal estruturadas.

A hipótese da psicose ordinária formulada por Miller (2012a) tem como consequência teórica a necessidade de refinarmos o diagnóstico diferencial entre psicose e neurose. A partir da pesquisa de todos os pequenos indícios. Miller enumera certos critérios para a afirmação de um diagnóstico de uma neurose. É preciso localizar no sujeito uma relação com o Nome-do-Pai, encontrar algumas provas da existência do menos *phi*, ou seja, da relação do sujeito com a castração, com a impotência e com a impossibilidade. Nas neuroses deve haver também uma nítida diferenciação entre o Eu e o Isso, entre o significante e a pulsão, e o traçado firme do supereu. Assim, de acordo com Miller “se não há tudo isso, e mais ainda, quando há outros sinais, não é uma neurose” (MILLER, 2012a, p.417).

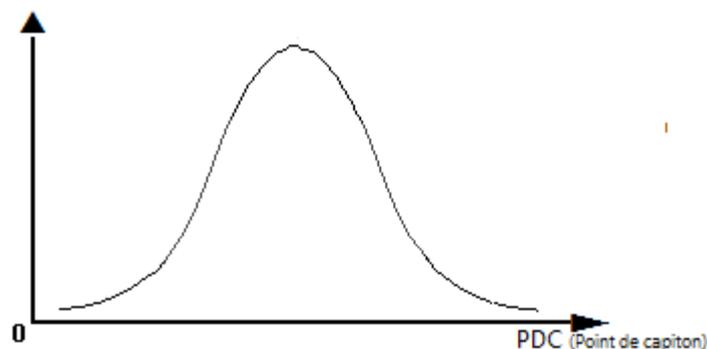
Em um texto chamado “o efeito do retorno à psicose ordinária” Miller, ao comentar os determinantes de uma neurose, aponta que esta inversão da abordagem do objeto para o exame do sujeito coloca em primeiro plano o sujeito e seus determinantes psíquicos (MILLER, 2012a, p. 243). Implica uma investigação na “desordem no sentimento da vida” (MILLER, 2012a, p. 412), examinando a relação do sujeito em uma “tripla externalidade”: externalidade social, externalidade subjetiva e externalidade corporal.

Miller aborda que a externalidade social pode ser problematizada a partir da identificação do sujeito com uma função social. Onde por exemplo, na psicose ordinária há uma relação negativa do sujeito com sua identificação social. A externalidade corporal diz respeito ao Outro corporal, ou seja, ao corpo como Outro para o sujeito. Na psicose ordinária, a relação com o corpo é marcada por um infinito na falha na relação com o corpo. Enquanto na histeria esta falha é limitada pela neurose, pelo *menos phi*. Para as psicoses ordinárias, na externalidade subjetiva, a identificação não é simbólica, mas real, porque ultrapassa a metáfora. “De qualquer forma sempre seremos super ou sub identificados, na medida em que a identificação obedece à curva de Gauss, não há a justa medida” (MILLER, 2012a, p. 275).

A partir da elaboração do autor, será que a hipótese da baixa operatividade do Nome-do-Pai, aplicada no diagnóstico diferencial entre psicose e neurose pode ser aplicada aos casos das mães-no-crack?

Para tentar responder a esta questão vamos recorrer à “curva de Gauss”, proposta por Miller na “Conversação sobre a psicose ordinária” (2006, p. 202-203) como modelo gráfico da “clínica continuísta”. Miller utilizou esse gráfico para introduzir uma série de gradações nos modos de amarração das estruturas clínicas, que justificam a diferenciação da “clínica continuísta” no contexto das psicoses e suas diferentes amarrações possíveis, fundamentando o conceito de “psicoses ordinárias”. O que não significa que exista a continuidade entre a neurose e a psicose, uma vez que na psicose temos a não inscrição do Nome-do-Pai. Enquanto que nas neuroses, o pai e a referência ao falo estão sempre presentes, ainda que de modo pouco operativo.

Figura 4 – Curva de Gauss como modelo gráfico da clínica continuísta



Utilizando o modelo proposto por Miller temos no lado extremo esquerdo do gráfico, o Nome-do-Pai pouco consistente, tendendo a zero. Essa curva é assintônica, o que significa

que nunca chega ao ponto zero, o nos faz ler que algum rastro do pai é encontrado nas estruturas nomeadas pela autora como “neuróticos psicotizados”, ou seja, sujeitos não psicóticos que apresentam sintomatologias fenomenologicamente psicóticas, o que se confunde equivocadamente com o diagnóstico de “psicose ordinária”. Nesta mesma área de baixa operatividade da função paterna encontram-se também os sujeitos diagnosticados com o termo “debilidade neurótica”, cujas estruturas apresentam o Nome-do-Pai quase nulo, onde sustenta-se a hipótese de que a operação de alienação não foi efetivamente operada.

Seguindo a linha do vetor do gráfico para a direita, estamos no terreno onde não se pode precisar a consistência do Nome-do-Pai. Esta é a zona proposta para os “sintomas contemporâneos”, ou para as chamadas “neuroses atuais”, onde observamos a função paterna operando de modo escasso. Esta zona se localiza no trecho central da curva, indicando que na clínica esses casos são mais frequentes que os outros dois tipificados. Guimarães (2014, p. 93) nos diz que neste trecho central também se localiza toda uma amarração sintomática, em modos de gozos relativos aos transtornos alimentares e as toxicomanias. As condições estruturais destes sujeitos são pontuadas em diferentes referências do ensino de Lacan, articuladas aos seguintes aspectos da teoria:

Para falar das razões pelas quais não se pode afirmar que a operatividade do Nome-do-Pai ainda não é consistente; dizemos que foi efetivada a operação de alienação e que a operação de separação não foi efetuada, ou que a dimensão da demanda ainda não foi articulada a dimensão do desejo, ou que a extração do objeto “a”, ainda não resultou no seu uso fantasmático, ou ainda que a significação fálica ainda não fundou os lastros para o aparelhamento do gozo na sexuação do sujeito – formulações que extraem seus fundamentos teóricos dos tempos lógicos da efetuação da estrutura subjetiva, proposta por Lacan em diferentes momentos de seu ensino (GUIMARÃES, 2014, p. 93).

Ao examinarmos o que se passa no complexo de Édipo do lado das mulheres, a partir de uma perspectiva lacaniana, podemos nos perguntar se as mães-no-crack estariam sob a égide de uma posição de objeto-dejeto de suas mães, sujeitadas aos caprichos desta demanda, impossibilitadas de articular o desejo, sem anteparo simbólico às exigências da demanda. O que talvez tenha implicações nas dificuldades de amarração denunciada pela precariedade do Outro social e no recurso ao gozo tóxico.

Na leitura da gradação continuísta proposta por Miller (2006) e comentada por Guimarães (2014) encontramos a referência de que no campo das neuroses, alguns sujeitos se localizam como objeto-dejeto, outros estão mais próximos de um revestimento do Eu ideal, outros ainda, contam com uma identificação simbólica mais consistente, amarradas a um S_1 , relativas ao Ideal do Outro $I(A)$, que assegura uma posição fálica mais efetiva.

A partir dessas considerações inspiradas pelo ensino de Jacques-Alain Miller, Guimarães nos apresenta esses sujeitos vestidos de distintas sintomatologias buscando efetuar uma separação à alienação ao Outro, através da atuação e do *acting-out*. Buscando com o uso do tóxico produzir uma fenda, um corte, como um modo de reduzir a consistência do Outro, quase absoluto. Neste contexto, o recurso ao crack presente nos relatos das conversações, poderia ser considerado como uma tentativa de estruturação, uma saída pelo consumo da substância tóxica busca extinguir no próprio corpo os efeitos desta falha lógica estrutural. Tal questionamento nos remete ao que comenta Guimarães (2014, p. 82) ao afirmar que, nesses casos de “neuroses atuais”, o sujeito não encontra uma pergunta acerca do desejo do Outro. O pai encontra-se deficiente, “manco”, pouco operativo na estrutura, com isso há a escassez dos recursos simbólicos. Não há assim contornos simbólicos para a falta do Outro, o sujeito é capturado neste vazio de sentido, justamente porque não há bordas, limites, contornos simbólicos que localizem o desejo. Nesses casos trata-se de uma baixa operatividade do Nome-do-Pai quando se verifica uma predominância da mãe, na estrutura subjetiva, uma vez que a função paterna encontra-se em declínio.

Na *teoria do parceiro*, Miller (1997b), aponta uma disjunção constituinte ao conceito de sintoma. Há nele uma parte variável, concernente a inscrição no campo do outro e uma parte constante relacionada ao apego pulsional. Essa disjunção é a disjunção entre as pulsões do lado do corpo próprio e o Outro sexual (do outro). O que significa que há algo do gozo que se afasta do campo do Outro. “Tal disjunção entre as pulsões e o Outro é a não relação sexual como tal”. Por isso a necessidade da construção do objeto *a*, uma vez que ele é “ao mesmo tempo o que a pulsão necessita em sua condição auto-erótica e também o que se deve buscar no Outro” (MILLER, 1997b, p. 180). O fundamento da relação com o Outro é a consistência “lógico-topológica” do objeto *a*.

Quando o semblante social não basta, quando os sintomas como modos de gozar oferecidos pela cultura não bastam, então, em seus interstícios, há lugar para os sintomas individuais. Estes, porém, não têm uma essência diferente da essência dos sintomas sociais. Em ambos os casos, os sintomas são aparelhos para envolver e situar o mais-de-gozar, isto é, o sintoma é o que aparelha o mais-de-gozar (MILLER, 1997b, p. 182)

Miller (1997b, p. 185) concebera anteriormente o sintoma como “bi-composto” com uma parte que é o “núcleo de gozo” do corpo próprio e outra, “seu envelope formal”, dependente do campo do Outro. No entanto, reformula tal concepção, uma vez que ao reexaminar o circuito pulsional e sua materialidade no objeto *a*, conclui que o arco de gozo

necessariamente passa pelo Outro. Neste sentido afirma que social ou individual, o sintoma é um recurso para saber o que fazer com o outro sexo, já que a relação entre os sexos, não obedece à programação pulsional. O fundamento das parcerias dos sujeitos, o fundamento de todo casal, é o sintoma.

É neste ponto de sua teorização que Miller (1997-98) no curso o “Parceiro-Sintoma” inaugura a expressão que dá nome ao curso e faz uma leitura da lógica da sexuação a partir da lógica do gozo. Ele propõe que essas fórmulas, esses dois lados, sejam estruturas significantes do corpo, e faz uma diferença entre gozo sexual masculino e gozo sexual feminino a partir do corpo. A lógica do todo e da exceção é aplicada por ele ao corpo do homem. Assim, no homem o gozo corporal se constitui como um conjunto fechado na medida em que, no seu corpo, ele conta com o falo como exceção ao conjunto dos órgãos corporais. O falo é pois tomado como um órgão que se destaca da imagem do corpo, que se eleva ao estatuto de significante. Miller explica a estrutura do gozo masculino a partir dessa lógica: o gozo sexual está condensado, localizado no órgão e encontra seu limite na detumescência do órgão.

Por outro lado, no corpo feminino não existe nenhum órgão que cumpra a função de exceção ao corpo. Não há um x que se possa extrair, pois não encontramos a função de exceção que fecha o conjunto. O corpo feminino em seu gozo é um conjunto aberto que porta um ilimitado. A consequência, nos diz Miller, é que no plano sexual temos a deslocalização do gozo.

Tal perspectiva permite abordar o problema das toxicomanias. Miller (1997b, p. 170) nos diz que a toxicomania é um anti-amor, pois prescinde do parceiro sexual dedicando-se ao parceiro (a) sexuado do mais-de-gozar. Isto porque a toxicomania surge em uma época onde há a preferência do objeto *a*, em detrimento do Ideal, argumento formulado nesses termos:

Se nos interessamos hoje pela toxicomania, que existe desde sempre, é porque ela traduz maravilhosamente a solidão de cada um com seu parceiro-mais-de-gozar. A toxicomania pertence ao liberalismo, à época em que nos lixamos para os ideais, em que não nos ocupamos de construir o Outro, em que os valores ideais do Outro empalidecem, desagregam-se frente a globalização de que ninguém está a cargo, enfim, uma globalização que prescinde do ideal (MILLER, 1997b, p. 170).

Ao comentar o estatuto atual do sintoma, Miller (1997b), nos diz que a toxicomania encontra-se na trilha da dimensão autística do sintoma, isso porque, na toxicomania verificamos um modo de gozo no qual se goza a sós. Ela consiste “em um modo-de-gozar que aparentemente prescinde do outro, que existiria para que se dispense o Outro” (MILLER,

1997b, p. 172). Neste sentido o gozo toxicômano é o emblema do autismo contemporâneo do gozo.

O fato constatado do valor do objeto a ser maior do que do Ideal (I), na atualidade, foi descrito por Miller com um pequeno matema: $I < a$. O ideal somente entra em vigor, quando o circuito de modo do gozo passa pelo Outro social. Lacan em diversos momentos fundamentou a questão de que hoje o modo de gozo, situa-se no mais-de-gozar. O que significa que não mais se organiza pelas vias do Ideal, “sendo sua forma contemporânea funcionalmente atraída por seu status autístico” (MILLER, 1997b, p. 173). Uma das consequências deste funcionamento do gozo na atualidade condensado na fórmula do mais-de-gozar, é que encontramos “dificuldade de forçar o sintoma em seu status autístico, a se reconhecer como significado do Outro”.

O gozo toxicômano patológico tem como critério essencial, postulado por Lacan (1975), a constatação de que a droga é o que permite romper o casamento com o “pequeno-pipi”, ou seja, àquele em que a droga é preferida à relação sexual, ao ponto de este gozo ter valor para o sujeito, tanto que ele o prefere a tudo. Trata-se de um gozo que o que está em causa vai além do amor à vida.

Miller (1997b, p. 175) comenta a necessidade de distinguir as drogas e seus efeitos na relação com o Outro. Comenta que no gozo da maconha o sujeito não necessariamente rompe com o social, ao contrário com frequência ela é uma forma de adesão ao social, um “adjuvante à relação sexual”. Trata-se de uma droga que aparentemente não se inscreve nessa dinâmica de excesso própria do gozo toxicômano patológico. Ao contrário, a heroína está na vertente da separação, pois conduz ao estado de dejetos. Já a cocaína, Miller (1997b, p. 176) a pensa, na vertente da alienação.

Seguindo a orientação proposta de que existem drogas que possuem um efeito separador em relação aos significantes do Outro, e outras, em que a inscrição no Outro é “facilitada”, pela aderência a droga, em que vertente poderíamos inserir o crack?

Acreditamos que o uso do crack, nodal para a decisão de separação entre a mãe e a criança, compreende um tipo de gozo patológico que, na mesma vertente da heroína, uma droga do excesso, separa o sujeito do Outro social. Comumente, leva os sujeitos ao máximo da degradação do corpo, os aproximando da posição de dejetos.

Constatamos nas Mães-no-crack uma parceria de outra ordem que não se serve da fantasia. O circuito que vai do corpo próprio ao Outro se curta circuita pela incidência do gozo autístico, própria ao patológico do gozo tóxico. Trata-se de uma parceria cínica, contra o amor, onde o mais-de-gozar não é extraído da relação com o Outro, com o parceiro-sintoma.

Os sujeitos se tornam parceiros precisamente pela mediação do falo, é isto que Miller condensa, com a expressão “parceiro-falo”, recolhida da elaboração de Lacan em “A significação do falo” (1958c, p. 692), termo que traduz a face positiva da castração, que faz do Outro meio-de-gozo.

Na verdade, o parceiro meio de gozo é o que aparece na fantasia. A teoria da fantasia sustenta que o parceiro essencial é o parceiro fantasístico, este que é escrito por Lacan em sua fórmula da fantasia no lugar do objeto *a*. O status essencial do parceiro no nível do gozo é de ser o objeto *a* da fantasia (MILLER, 1997b, p. 193).

Miller também nos diz que o imperativo superegóico – Goza – se encarna no sujeito feminino, o que foi assinalado por Freud quando este enfatiza o privilégio que a mulher dá aos interesses eróticos. No entanto, esse imperativo cai como uma luva na formulação feminina do “Goza, mas só comigo”, própria do enamoramento feminino. Como vimos nas fórmulas da sexualização, a mulher é sempre um objeto *a* para um homem, neste sentido, ela não é mais do que parceiro-sintoma. Do lado da mulher, verificamos duas possíveis direções, uma seta se dirige ao falo, e a outra se dirige ao $S(\mathcal{A})$ onde vemos que o sujeito feminino se dirige ao falo, mas por sua condição de não-toda, oferece a oportunidade do homem encontrar sob a rubrica do gozo feminino a inconsistência inscrita no \mathcal{A} . Miller explica a problemática nos seguintes termos:

O parceiro como pessoa é o invólucro formal do núcleo de gozo, enquanto que para a mulher, se o homem se aloja em $S(\mathcal{A})$, não é somente um sintoma circunscrito, porque esse lugar implica o ilimitado. É um lugar não cerceado, um lugar que não há limite. Dito de outra forma, a devastação comporta o ilimitado do sintoma. Em um determinado sentido, para cada sexo, o parceiro é o parceiro-sintoma, mas para a mulher, em particular um homem pode ter a função de parceiro-devastação (MILLER, 1997b, p. 197).

Constatada a estrutura do gozo feminino, somada à verificação da posição em que a criança encontra-se na atualidade, de objeto condensador de gozo, da família, da sociedade e da mãe, combinado a referência de que na toxicomania estamos diante de um gozo que é fora do sexual, não articulado como um sintoma, aventamos que o recurso à droga, nesses casos das mães-no-crack, pode ser pensado como uma modalidade de devastação, uma forma de tratar o ilimitado do gozo feminino no corpo próprio. Objetivando esclarecer este argumento no próximo item investigaremos o conceito de devastação.

2.6 Devastação uma saída fora do sintoma

Em “Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação da relação com a mãe”, Marie-Hélène Brousse (2003) nos apresenta não só um histórico conceitual da devastação como também trabalha a hipótese dessa devastação aparecer como um problema transferencial na análise de um sujeito feminino. A autora demonstra que a devastação é uma zona, um lugar, onde os semblantes vacilam, o que coloca para a clínica inúmeros questionamentos.

Brousse nos apresenta um histórico do termo devastação localizando primeiro as referências no final da obra de Freud nos textos de 1930 e 1932. Em termos freudianos a devastação vincula-se ao *Penisneid*, tomado por Freud como o limite da análise dos sujeitos femininos (BROUSSE, 2003, p. 58). No momento da fase fálica, a constatação por parte da menina de que seu órgão estaria “escondido” assim como o de sua mãe, a insere na trilha da inveja do pênis, o que não se dá sem desdobramentos. Uma primeira consequência é a instauração de uma “marca”, uma “ferida narcísica”, que vigora na relação que a mulher mantém com seu corpo feminino. A segunda é um sentimento de “inveja” que, de acordo com Freud, encontra-se na base da fantasia desenvolvida em “Uma criança é espancada” (1919). A terceira consequência diz respeito a relação da menina com a mãe, considerada a culpada por ela ter vindo ao mundo pouco aparelhada. Neste ponto Freud localiza o ódio a respeito da mãe.

Brousse lê que a devastação em Freud está relacionada ao destino do falo na menina. O x do desejo da mãe, qualquer que seja a estrutura do sujeito feminino, qualquer que tenham sido as contingências da história do sujeito ou seu sintoma, o x do desejo da mãe aparece na clínica com o valor da morte. “Não há limite para o fetichismo materno: chamo assim a relação com o falo materno construído por esses sujeitos, que não têm alternativa senão encarná-los ou tentar arrancá-lo” (BROUSSE, 2003, p. 63). É o que se constata nos casos de devastação em que a função paterna demonstra-se incapaz de apaziguamento, o pai manifestando-se como a serviço do capricho materno e não como agente de sua privação.

A criança ingressa na estrutura significante pelo avesso da passagem da mulher na dialética social como objeto. Daí a dedução de Lacan: ou a criança abandona esses objetos fazendo-se ela própria objeto de troca, ou guarda esses objetos, para além de seu valor de troca. O falo barra portanto a satisfação de ser o objeto exclusivo do desejo da mãe. Formação do ideal do eu de um lado, gozo constituindo o objeto da mãe do outro (BROUSSE, 2003, p. 60).

Nesta perspectiva, o que é a devastação? Brousse (2003) nos responde que consiste em ser o fetiche materno, em que a mãe permanece como “Outro incólume” à troca fálica e à lei simbólica, um fetiche sempre superficial. “Outra resposta consiste em arrancar da mãe o que, de todo modo, não encontrará na troca que não existe, e não arrancando antes, converte-se em dejetos”. Em todos os casos, a devastação se relaciona com a troca fálica impossível (BROUSSE, 2003, p. 60). Algo na mãe que escapou à lei simbólica e não a fez objeto na estrutura das trocas. O efeito disso é que para o sujeito, a mãe tende a permanecer como Outro real, Outro do gozo, o que produz as tentativas de retomar essa “fusão impossível” ou aparece sob a forma da perseguição. Nessa perspectiva, Lacan compreende que a devastação provém de uma falha que afetou a fala.

A devastação situa-se no campo da relação entre sujeito e a mãe, o dito campo que inclui o Outro da linguagem e a relação da fala. Esse campo, chamado por Lacan de “desejo da mãe”, a ser entendido segundo as duas modalidades do genitivo em francês, comporta uma zona obscura não saturada pelo Nome-do-Pai, e como tal sem limite definido (BROUSSE, 2003, p. 61).

Tal argumento parece aproximar a devastação da toxicomania, uma vez que essa passagem ilustra que a devastação não se reduz à relação dual com a mãe. Com Lacan, situamos a relação mãe e filho em termos simbólicos. A autora nos traz como primeira hipótese que “a devastação deve-se à maneira particular com que a linguagem despontou em um sujeito. Toca portanto nos confins da marcação simbólica”. O que se demonstra na forma do “insulto” e emerge sob a forma de rejeição, onde a fala do Outro materno está marcada por uma experiência de gozo, isto é, pela marcação do corpo por um significante. A emergência do insulto relaciona-se com uma crença inabalável em um Outro onipotente, não castrado, de uma mãe que não foi submetida à castração, e oferece ao filho duas saídas mortais: ou a rejeição ou a reintegração de seu produto.

Brousse recorre à noção de arrebatamento trabalhada por Miller e Laurent. Arrebatado pode ter duas vertentes, de um lado remete a roubo, de um outro remete a “um ser arrebatado”, extraviado de si mesmo. Evoca a experiência do gozo místico que a escultura de Santa Tereza feita por Bernini demonstra. É um outro gozo que está em jogo. Miller formula que o arrebatamento está ligado ao corpo, mais precisamente ao fato de ter um corpo, o que pode ser extraviado. O arrebatamento afeta o registro do ter e do ser. Descritos na dialética do segundo tempo do Édipo.

A referência ao arrebatamento é interessante para pensarmos a relação da mulher com o gozo tóxico. Uma vez que Brousse define o arrebatamento como uma “forma de perda corporal não simbolizável pelo significante fálico, uma não redução das imagens cativantes à imagem central do corpo, uma não-inscrição do corpo no desejo do Outro” (BROUSSE, 2003, p. 65)

Esse não-lugar no Outro é o resultado do não apaziguamento da função paterna no desejo da mãe. O que é visado é a obtenção deste lugar em curto-circuito pelo amor, sem passar pelo pai da promessa, sem entrar na dialética do dom do amor, apontada por Lacan como “dar o que não se tem”.

Brousse nos diz que as únicas vias de acesso a este “Outro incólume” não-falicizado são a loucura ou a destruição odiosa, esta última nos parece aplicar-se aos casos de toxicomania, uma vez que o arrebatamento do corpo, pelo gozo tóxico, mobiliza o insaciável do amor no lugar do desejo. O sujeito permanece preso, fascinado por um gozo feminino que não extrai sua consistência do falo. A devastação comporta uma modalidade fálica de reivindicação articulada ao desejo da mãe e uma outra face, não-toda fálica que se deve ao arrebatamento do corpo, que se relaciona à dificuldade de simbolizar o gozo feminino. Na devastação há um sem limite que se veicula à particularidade da sexuação feminina não-toda fálica.

Para concluir podemos resumir as seguintes modalidades de devastação: 1) a devastação relaciona-se com o modo como a linguagem incidiu no sujeito, com o Outro primordial; 2) a devastação situa-se na relação de uma satisfação direta com a mãe que não vivenciou a castração em termos de troca simbólica; 3) a devastação é a consequência do arrebatamento determinado pela ausência do significante na mulher, vislumbrado pelo contato com o que, na mãe, não se reduziu ao desejo e ao significante fálico. Implica um real fora do corpo do sexo, “uma parte do gozo não redutível ao significante”. Por fim, situamos que a devastação é o ponto em que o semblante, portanto o sintoma, fracassam.

Na relação da devastação – uma vez que é uma relação, e penso inclusive numa relação substitutiva à relação sexual que não há – o sujeito é despossuído de seu lugar. Esse lugar que não existe, mas pode ser declinado como fala, o sujeito sendo então reduzido ao silêncio; como corpo, e o sujeito não passa de um “corpo em excesso”, ou uma carne desfalicizada que é um buraco-negro; como errância, fenômeno de despersonalização, de automutilação. Essas modalidades são provavelmente determinadas pela maneira como a linguagem deixou marca na experiência sexual traumática (BROUSSE, 2003, p. 65).

Nas conversações apresentadas vemos a manifestação de uma errância, produto de uma amarração precária ao Outro social. Observamos que essa errância soma-se ao uso do crack como uma tentativa de fazer suplência à relação sexual que não existe. Sabemos que o uso de drogas pode ocorrer em diferentes estruturas clínicas, mas que sua incidência pode estar relacionada com a baixa operatividade do Nome-do-Pai em vigor na contemporaneidade. A ausência da parceria amorosa, presente nos dois casos, curiosamente denunciam uma não amarração ao parceiro-sintoma da mulher, uma dificuldade de articular o desejo, que ao encontrar a oferta do gozo no tóxico, exclui a possibilidade de simbolização pela via do sintoma, reduzido o sujeito ao silêncio mortífero das pulsões. Por fim, verificada a separação entre mãe e filho, e a dificuldade de se produzir uma saída singularizada para cada caso que contemple a criança no desejo materno, resta à mulher e conseqüentemente à criança o encontro com um gozo feminino intoxicado. No próximo item, examinaremos as referências psicanalíticas sobre o uso de drogas em Freud e Lacan, objetivando fundamentar esta argumentação.

3 A TOXICOMANIA COMO DEVASTAÇÃO: A DROGA ENTRE A MÃE E A CRIANÇA

Neste capítulo nos dedicaremos à investigação sobre o uso de drogas na clínica psicanalítica. Em um primeiro momento, examinaremos os apontamentos freudianos na investigação sobre a toxicidade da libido que resiste a ação imposta pela cultura. Posteriormente, apresentaremos a hipótese lacaniana sobre a droga, sua tese de que a droga é o que permite o rompimento com o gozo fálico, o que encaminha a formulação que a toxicomania não é um sintoma a ser interpretado. A partir das produções de estudiosos da clínica da toxicomania, examinaremos a natureza do gozo tóxico buscando fundamentar o argumento de que, no tocante ao uso de drogas, estamos diante de um ato que para além da lógica fálica do sintoma, pode se apresentar como uma vertente de devastação. Por último examinaremos a proposição de que na contemporaneidade estamos diante de um “laço social intoxicado”. Esperamos a partir dessas pontuações teóricas recolher argumentos que nos auxiliem na compreensão do lugar que a droga pode assumir entre a criança e a mãe.

3.1 O uso de drogas e a toxicidade da pulsão em Freud

Nosso objetivo é localizar na pesquisa freudiana menções a respeito do uso do tóxico. Sua investigação construiu a hipótese de que o uso de narcóticos substituiu a satisfação sexual. Inicialmente situamos as referências de Freud, ao uso de álcool e outras drogas, nas correspondências a Fliess e no texto “A sexualidade na etiologia da neurose” (1898). Destacaremos a relação apresentada por Freud entre as substâncias que resistem ao metabolismo sexual e à formação neurótica nos textos sobre as neuroses de angústia. Mais adiante abordaremos as discussões sobre a relação entre a civilização e a satisfação pulsional, apresentada no artigo “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” (1908b) e sua distinção em relação ao que Freud propõe no “Mal-estar da civilização” (1930), recortando nesse trajeto que a pulsão é, em si mesma, tóxica ao sujeito.

Freud situou a gênese das neuroses a partir da teoria da base química da sexualidade. No “Rascunho D” (1894b) localiza, nos processos sexuais masculinos e femininos, uma constância, a excitação, devida a presença de fatores sexuais nocivos etiológicamente

operantes. Na “carta 18” (FREUD, 1894c, p. 234), ao investigar a etiologia das neuroses, está convencido da existência de critérios gerais relacionados com alterações na excitação sexual. A hipótese freudiana se desenha na crença de que a excitação sexual produz uma quantidade de “afeto sexual” que pode se tornar nociva.

Freud está convencido de que a angústia observada nos pacientes neuróticos tinha relação com a sexualidade. No “Rascunho E” (1984a), sua primeira hipótese é a de que o *coitus interruptus*, praticado nas mulheres, conduz à neurose de angústia. Esta observação aproxima a neurose de angústia da histeria, no entanto, Freud se corrige ao constatar que a neurose de angústia afeta diferentes mulheres e não somente aquelas que apresentam problemas na realização do coito. A partir desta constatação, acredita que a origem da neurose de angústia não deve ser localizada na esfera psíquica, deve se relacionar com algum *fator físico* presente na sexualidade.

Ao se indagar qual seria este *fator físico* comum constata que o elemento comum é a abstinência sexual. Aborda a questão como uma acumulação física da excitação, na qual a neurose de angústia é nomeada como uma “neurose de represamento”, semelhante ao que se passa na histeria. Com essa descoberta, Freud situa a origem da angústia: “a angústia surge por transformação a partir da tensão sexual acumulada” (FREUD, 1894a, p. 237).

Na análise do mecanismo normal de excitação, Freud constata a necessidade de um determinado limiar de tensão entrar em contato com determinados grupos de ideias na busca de solução para a baixa da excitação percebida internamente pelo organismo. Pela primeira vez Freud emprega o termo *libido* para explicar esse mecanismo: “Assim, a tensão sexual física acima de certo nível desperta a *libido* psíquica, que então induz ao coito” (FREUD, 1894a, p. 238).

A hipótese de Freud é que a não consumação do coito produz um aumento na tensão “físico-psíquica” e, com isso, o afeto sexual aumenta desmedidamente. Nas neuroses de angústia há o aumento da tensão física que atinge o limiar que desperta o afeto psíquico, no entanto, esta conexão psíquica é insuficiente para descarregar a tensão acumulada. A consequência disto é a impossibilidade de se formar o que Freud denomina de “afeto sexual”, uma vez que “falta algo” nos fatores psíquicos. “Por conseguinte, a tensão física, não sendo psiquicamente ligada, é transformada em angústia” (FREUD, 1894a, p. 238). O interessante é que Freud observa que a angústia passa a ser um substituto do desejo sexual, uma vez que os pacientes relatam que após começarem os sintomas de angústia não mais sentiram desejo sexual.

Em 1895, na busca de destacar do quadro das neurastenias uma categoria clínica que abrangesse todos os fenômenos observados, Freud propõe o termo neurose de angústia (*Ansgstneurose*). Sustenta que, para os casos em que a neurose de angústia aparenta ser adquirida, a etiologia revela perturbações e influências da vida sexual como fatores atuantes (FREUD, 1895a, p. 101). Atribui ao abandono da satisfação sexual com a prática da masturbação a causa da neurose de angústia nos casos não tipificados.

Ao explicar o mecanismo presente na formação da neurose de angústia, Freud descreve que este acúmulo de excitação é de origem somática sexual, acompanhada de uma deflação na esfera psíquica e no conseqüente emprego anormal dessa excitação. Por emprego anormal entende-se a não eliminação da tensão libidinal, através de uma ação específica ou adequada, como Freud trabalhou nos Rascunhos E e G, anteriormente à elaboração do Projeto. Nas palavras de Freud:

A neurastenia surge sempre que a descarga adequada (a ação adequada) é substituída por uma menos adequada – por exemplo, quando o coito normal, praticado nas condições mais favoráveis, é substituído pela masturbação ou pela emissão espontânea. A neurose de angústia, por outro lado, é produto de todos os fatores que impedem a excitação sexual somática de ser psiquicamente elaborada (FREUD, 1895a, p. 110).

A concepção desenvolvida por Freud descreve os sintomas de neurose de angústia como sendo substitutos da ação específica, não concluída, omitida após a excitação sexual. Observa pontos em comum entre a histeria e a neurose de angústia e os distingue afirmando que para a histeria a não elaboração psíquica da excitação somática converge para um conflito psíquico, enquanto que, na neurose de angústia, esta não elaboração desloca-se produzindo sintomas que se assemelham à excitação sexual somática.

No texto “Obsessões e Fobias”, Freud observa a ausência de um mecanismo psíquico específico da neurose de angústia, atribuindo sua causalidade à “acumulação de tensão sexual produzida pela abstinência ou pela excitação sexual não consumada” (FREUD, 1895b, p. 85).

Concluiu afirmando que na neurose de angústia se constata o mecanismo de conversão semelhante à histeria, no entanto, assinala que na histeria o que se verifica é que a excitação psíquica toma um caminho errado, enquanto que na angústia o desvio se dá na tensão física, que combinada com a evitação da descarga psíquica, produzindo acumulação dos estímulos endógenos produtores dos sintomas de falta de ar e palpitação, por exemplo.

A tese de que o represamento da libido sexual está na base da etiologia das neuroses de angústia encaminha para a questão do uso de narcóticos como um substituto da satisfação

sexual para os casos em que a libido apresenta uma fixação. Na “carta 55” Freud (1897a, p. 288), ao relatar os sintomas apresentados por um paciente que tinha ataques graves de dipsomania, relaciona o início da sintomatologia com a fixação das atividades no sistema sexual oral. “A dipsomania surgiu através da intensificação – ou melhor, através da *substituição* do impulso sexual correlato por esse impulso para a bebida”. Menciona ainda que tal comportamento libidinal explicaria também a compulsão ao jogo, presente neste caso.

Em 22 de dezembro de 1897, Freud relaciona pela primeira vez o consumo de uma substância tóxica (a bebida) como um substituto do impulso sexual. Assinala a dificuldade de tratamento de pacientes que fazem uso de drogas como um recurso diante da insatisfação da pulsão sexual. Em outros termos, defende que as adições surgem na vida adulta como um substituto da masturbação: “comecei a compreender que a masturbação é o grande hábito, o *vício primário*, e que é somente como sucedâneo e substituto dela que outros vícios – álcool, morfina, tabaco, etc. – adquirem existência” (1897b, p. 323).

Mais adiante, em 1898, sustenta novamente a distinção entre neurastenias e neuroses de angústia. Afirma que para todos os casos de neuroses encontramos em sua etiologia o fator sexual. Nas neuroses o sexual tem relação com o infantil, enquanto que nas neurastenias, o fator sexual é contemporâneo, decorre de um estado de excitação adquirido em função de um excesso de masturbação. Na neurose de angústia as influências sexuais têm um fator comum, a satisfação incompleta. Em ambos os mecanismos, identificamos um *quantum* de excesso libidinal, que não passa pela elaboração psíquica, permanecendo ativa no organismo.

Neste contexto, surge uma importante indicação freudiana acerca do tratamento do vício. Freud (1898) enumera como uma das tarefas terapêuticas do médico que se orienta pela etiologia proposta às neuroses “arrancar o paciente do hábito da masturbação”, e que tal tarefa depende de apoio institucional e cuidados médicos, uma vez que o paciente sozinho, “entregue a si mesmo”, sempre que algo o perturba, retorna ao hábito da satisfação pela masturbação. Isto acontece porque, uma vez abertos os caminhos da necessidade sexual, esta não pode mais ser silenciada, apenas deslocada para outros caminhos. A hipótese freudiana é de que a cura da neurose é resultante da retomada da vida sexual normal, sem que o indivíduo busque a satisfação auto-erótica obtida através do hábito da masturbação, retomando o contato com o outro sexo. Cito Freud:

O “hábito” é uma simples palavra, sem nenhum valor explicativo. Nem todos os que têm oportunidade de tomar morfina, cocaína, hidrato de clorar, etc. por algum tempo adquirem essa forma de “vício”. A pesquisa mais minuciosa geralmente mostra que esses narcóticos visam a servir – direta ou indiretamente – de substitutos da falta de satisfação sexual; e sempre que a vida sexual normal não pode ser mais

restabelecida, podemos contar, com certeza com uma recaída do paciente (FREUD, 1898, p. 262).

Nesta passagem observamos que Freud atribuiu aos narcóticos a possibilidade de serem substitutos da satisfação sexual. Esta possibilidade estaria na base do “vício”. Freud coloca o consumo de substância tóxica como um substituto da satisfação alcançada no ato masturbatório. Esta passagem está na “carta 79”, comentada por Fábian Naparstek (2008), em “A tese freudiana sobre a droga”, define a masturbação como a adição primordial. Todas as outras seriam adições secundárias, em relação a esta primeira. Há o reconhecimento da substituição desta adição (masturbação) por essas outras adições (tabaco, álcool, cocaína, morfina).

Em “Os três ensaios sobre a teoria da sexualidade” (1905) Freud descortina as características essenciais das manifestações das pulsões sexuais infantis. A libido atua apoiando-se em “funções somáticas vitais”, em desconhecimento do objeto sexual, cujo alvo está sob o domínio de uma “zona erógena” específica à qual a libido se vinculou. No autoerotismo a libido não está dirigida a outra pessoa, satisfaz-se no próprio corpo.

Freud esclarece que as atividades sexuais se apoiam nas funções que servem à preservação da vida, relaciona a satisfação da zona erógena da boca com a satisfação obtida na alimentação. A criança se serve de uma parte do próprio corpo no sugar. Do reforço, da rememoração desta zona de prazer, decorre a eleição de uma segunda zona erógena inferior. As crianças cuja zona labial é reforçada “serão ávidos apreciadores do beijo, tenderão a beijos perversos ou, se forem homens, terão um poderoso motivo para beber, ou fumar” (FREUD, 1905, p. 171-172).

Esta indicação de Freud de que o recurso à droga recupera, restitui algo do pulsional, nos possibilita a defesa de que o uso de drogas substitui a satisfação autoerótica obtida na masturbação. Em termos lacanianos podemos afirmar que se trata da busca de um rompimento com o gozo fálico. Ao colocar a masturbação como a adição primordial, Freud a aparelha em íntima relação com o autoerotismo.

A relação entre masturbação e autoerotismo é mais uma vez abordada no texto, “Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade” (1908a). Nele Freud destaca que no período do autoerotismo, o ato masturbatório propriamente dito está amarrado à fantasia inconsciente sexual. A obtenção deste prazer dar-se-ia em dois tempos, o primeiro de evocação desta fantasia e o segundo de realização do ato mesclado, contudo, com “uma ideia plena de desejo pertencente à esfera do amor objetal”.

Tal argumento é desenvolvido por Freud no texto “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna” (1908b), onde a supressão das pulsões é uma exigência da sociedade moderna que provoca o surgimento de fenômenos substitutivos: “a vida urbana torna-se cada vez mais sofisticada e intranquila. Os nervos exaustos buscam refúgio em maiores estímulos e em prazeres intensos, caindo em ainda maior exaustão” (FREUD, 1908b, p. 171).

Freud aborda que a condição para a civilização é a supressão das pulsões sexuais. Sua influência prejudicial à civilização reduz-se à repressão nociva da vida sexual dos povos civilizados, através da moral sexual ‘civilizada’ que os rege. O que culminaria no estabelecimento das doenças nervosas divididas em dois grupos: as “neuroses propriamente ditas” e as psiconeuroses (FREUD, 1908b, p.173).

Para as “neuroses propriamente ditas”, sobre as quais já fizemos alguns apontamentos, Freud relaciona a existência dos sintomas, seja na esfera somática ou psíquica, sob o efeito de uma “natureza tóxica”, semelhante aos “fenômenos que acompanham o excesso ou a escassez de certos tóxicos nervosos” (FREUD, 1908b, p. 172). Não há correspondente hereditário e o fator etiológico sexual pode ser deduzido do quadro clínico. Por outro lado, descreve as psiconeuroses submetidas à influência de fatores hereditários e na dificuldade de localizar uma causa transparente. No entanto, pontua que o método analítico permite indicar que esses sintomas são *psicogênicos*, ou seja, são produzidos pela ação do recalque nos “complexos ideativos inconscientes” (FREUD, 1908b, p. 173). Nomeia este tipo de neurose como “neuroses psicogênicas” e as demais como “neuroses tóxicas”.

O que seria essa *toxicidade*, que Freud menciona como atuante nas neuroses propriamente ditas? Ao longo do texto indica tratar-se de uma parcela da pulsão sexual não recalçada, ou seja, um substrato pulsional não regulado pela via da fantasia devido a sua capacidade de deslocamento. Não é possível extingui-la por completo e sua ação no psiquismo permanece. A pulsão sexual pode ainda se deslocar, e neste caso, sob a égide da *sublimação*, se empresta a feitos extraordinários para a cultura. No entanto, Freud nos alerta que esta mesma pulsão sexual exige “uma certa quantidade de satisfação direta” (FREUD, 1908b, p. 174), podendo ainda se fixar. Desta fixação decorre o desenvolvimento da neurose. A menção a uma parcela da pulsão que exige satisfação direta no próprio corpo, nos parece ser o paradigma do “tratamento” pulsional que o toxicômano realiza com a intoxicação.

Fabián Naparstek, em 2011, no Scilicet sobre a adição, destaca que Freud não hesita em chamar esse núcleo sintomático pulsional como revestido por uma natureza tóxica. Existe uma toxicidade no próprio núcleo do sintoma. Na opinião do autor, “hoje em dia há o enfrentamento desta toxicidade pulsional sem passar pelo sentido que faria do sintoma uma

formação do inconsciente” (NAPARSTEK, 2011, p. 19). No grupo das neuroses atuais descritas por Freud como: ataques de pânico, depressões, angústias inespecíficas e as adições, há a constatação de que nos sintomas existe uma perda do sentido. A consequência desta perda é que esses sintomas se apresentam diretamente com sua cara tóxica. O que dá lastro de sentido ao sintoma é o Nome-do-Pai. Na época atual, diante da queda desse significante, os sintomas se apresentam em sua vertente tóxica. Concluindo sua exposição, Naparstek nos diz que o potencial tóxico “não está nem na substância, nem no sujeito, mas no sintoma”(NAPARSTEK, 2011, p. 20).

Tal perspectiva, segundo Santiago (2001), se explica em Freud na investigação sobre as neuroses de angústia onde “a figura do tóxico é utilizada para determinar a ausência de toda a derivação de origem psíquica” (SANTIAGO, 2001, p. 83).

Essa lógica da intoxicação ou do tóxico, no núcleo da neurose, deve ser tomada por uma antífrase. O retorno maciço do *pharmakon* nos textos freudianos visa à apreensão da fonte sexual tóxica da neurose”. Esta intensão pauta-se no “esforço de definir o real sexual” empregado por Freud. Jesús Santiago (2001, P. 83) aborda a referência de 1905, quando Freud propõe que as glândulas genitais secretam substâncias químicas específicas que, ao cair na corrente sanguínea, carregam o sistema nervoso central de tensão sexual, da mesma maneira que no corpo entram em ação toxinas estranhas, que transformam estimulação tóxica em estimulação orgânica específica.

Nesta perspectiva, Freud (1908b) concebe a neurose como o escape das pulsões sexuais diante das exigências culturais. O recalque que se origina através da internalização da moral civilizada é fadado ao fracasso. Os sintomas surgem como uma satisfação substitutiva da pulsão sexual parcialmente recalçada. Freud considera produto da “educação” a passagem do autoerotismo ao amor objetal. Daí decorre uma necessária supressão das pulsões para que a pulsão sexual evolua aos fins esperados por nossa civilização. Para um determinado grupo de pessoas, essa passagem não se realiza completamente.

A querela freudiana das vicissitudes pulsionais foi também comentada por Fabián Naparstek (2008, p. 35). Sobre a fusão entre fantasia e autoerotismo no texto freudiano de 1908, Naparstek parte da concepção da inscrição do falo em dois momentos distintos. O primeiro momento é mítico, chamado pelo autor de “tempo zero” de puro autoerotismo, e o segundo decorre da fixação da pulsão sexual em uma zona genital específica, revisitada com o auxílio da fantasia inconsciente (tempo 1).

Tempo zero	Tempo 1
Puro autoerotismo	Masturbação como solda

O autor destaca que este exemplo freudiano aparece em Lacan quando ele diz que “o significante toca o corpo”. A excitação do órgão não se reduz à manipulação, podendo ser obtida somente com o pensar. Com Freud podemos aferir que o puro autoerotismo é este momento prévio, anterior ao momento em que, pela atuação da fantasia, o significante toca o corpo. Freud pensa as adições no lugar da substituição deste tempo zero, do puro autoerotismo. Uma substituição que não encontra sentido, pois não recorre à palavra, não se articula às fantasias inconscientes. Trata-se de uma substituição que parece não seguir o caminho do sintoma, uma vez que, em termos freudianos, o sintoma possui um sentido a ser interpretado e implica, em um segundo tempo, numa transmutação sob a toxicidade própria ao autoerotismo.

Tempo zero	Tempo 1	Tempo 2
Puro autoerotismo	Masturbação como solda	Sintoma

Naparstek (2011, p. 37) entende que em Freud, sintoma e masturbação são respostas estruturalmente diferentes. Esta diferença localiza-se na distinção da sintomatologia presente nas “neuroses atuais”, causadas por uma “gênese tóxica” que nos sintomas somáticos não encontra correspondentes psíquicos passíveis de interpretação, das que estão presentes na formação das “psiconeuroses”, onde Freud pensa o sintoma como “uma conciliação entre pulsões opostas”, ou ainda, substitutos da satisfação sexual (FREUD, 1912, p. 267).

Em “O estado neurótico comum”, Freud (1916, p. 388) esclarece a atuação da “libido tóxica” na causa dos sintomas das neuroses atuais. Ao diferenciar a sintomatologia presente no grupo das chamadas “neuroses de transferência” ou psiconeuroses daquela presente nas neuroses atuais – classificação que abarca as neuroses de angústia, as neurastenias e as

hipocondrias – aponta que ambas são produtos de satisfações substitutivas. No entanto, as primeiras possuem um sentido, enquanto que as do segundo grupo “não têm nenhum sentido, nenhum significado psíquico”, são manifestações no corpo. Nas palavras de Freud: “se, nos sintomas das psiconeuroses, nos familiarizamos com a manifestação de distúrbios na atuação *psíquica* da função sexual, não nos surpreenderemos ao encontrar nas neuroses atuais as consequências *somáticas* diretas dos distúrbios sexuais” (FREUD, 1916, p. 388).

A psicanálise visa à supressão do sintoma pela via da interpretação, no entanto, Freud está diante de um grupo de patologias cuja sintomatologia, encarnada no corpo, se mostra resistente ao método analítico, de tal modo que fica evidente “uma inconfundível semelhança com os estados patológicos que surgem da influência crônica de substâncias tóxicas externas e de uma suspensão brusca da mesma – as intoxicações e situações de abstinência” (FREUD, 1916, p. 388).

Freud aproxima a sintomatologia das neuroses atuais do estado de intoxicação inerente a libido. O sintoma freudiano é aquele passível de interpretação, o que implica uma necessária transformação em sintoma desta toxicidade pulsional, presente no autoerotismo. Em um segundo tempo, o sintoma, pela atuação da fantasia, encontra expressão na palavra. Em contrapartida, Naparstek (2008, p. 37) diz que os sintomas atuais – podemos incluir aqui as toxicomanias – conservam uma relação direta com a satisfação autoerótica sem tramitação significativa.

A tentativa de extrair um substrato material para a libido é fruto de um ideal cientificista, que encontrou seu ponto final a partir da formulação do conceito de pulsão de morte. Com isto rompe-se o dualismo pulsional e instaura-se uma lógica que separa o sujeito do inconsciente e o ordenamento biológico. Neste ponto, Santiago (2001, p. 95) entende que “a toxidade da droga torna-se objeto de uma interrogação no plano da economia libidinal do sujeito”.

A partir de 1920, com a reformulação da teoria pulsional e a introdução do conceito de pulsão de morte, Freud em “Além do princípio do prazer” (FREUD, 1920a) situa a organização pulsional dependente da fantasia, ou seja, dependente da articulação significativa. Localiza a “libido tóxica” no funcionamento da pulsão de morte, em seu movimento de retorno, de repetição, quando está em ação “uma produção de prazer de outro tipo” (FREUD, 1920a, p. 27).

Ao retomar a discussão sobre a regulação das pulsões no texto “O mal-estar na civilização” (FREUD, 1930), ele localiza o consumo de drogas como uma resposta à decepção com a cultura, ou, como sugere Santiago (2001, p. 95), “um exemplo capital da

maneira como o ser falante tem o privilégio de revelar o sentido mortífero da libido daí, sua relação com a sexualidade”.

Há uma diferença na posição adotada por Freud no texto “Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa” (1908b) e dos demais trabalhos anteriormente, para o texto de 1930 “O mal-estar na civilização”. Esta diferença a reconhecemos na mudança da teoria pulsional freudiana, que antes entendia o uso de drogas como uma forma de recuperar a satisfação pulsional, de maneira a atender as exigências de um supereu guloso e exigente, e depois concebe o uso de drogas como um recurso que ameniza as exigências de gozo do supereu. Nos casos de toxicomania observamos a atuação do supereu sob a forma de um paradoxo, (SILLITTI, 1998) ele não só se apresenta como aquela instância vigilante em relação às leis morais, como também comparece mais severo e mais exigente.

Freud (1930) ao abordar a questão da felicidade e do sofrimento, distingue três fontes de sofrimento: nosso corpo próprio, as forças destruidoras do mundo externo, e a ameaça que a relação com o outro (semelhante) pode representar, sendo esta última mais penosa do que qualquer outra. Assim, a possibilidade da felicidade humana é restringida por sua constituição. A vida na cultura impõe ao sujeito uma série de dificuldades e exigências. Nesse contexto, a tarefa de evitar o sofrimento torna-se princeps na busca de obtenção de prazer. Freud (1930, p. 85) diz que dentre os métodos mais eficazes para evitar o sofrimento, destacam-se aqueles que atuam diretamente sobre o “próprio organismo”, “sendo o mais grosseiro” e o “mais eficaz”, o método químico: a intoxicação.

Inclui o consumo de substâncias psicoativas, porém destaca a atuação de substâncias químicas produzidas no corpo, indutoras de estados de intoxicação, sem o consumo de substâncias intoxicantes, como nos estados de mania. Freud lamenta o descarte científico do estudo “do lado tóxico dos processos mentais” (FREUD, 1930, p. 86), na seguinte passagem:

Os serviços prestados pelos veículos intoxicantes na luta pela felicidade e no afastamento da desgraça é tão altamente apreciado como um benefício, que tanto indivíduos quanto povos lhe concederam um lugar permanente na economia de sua libido. Devemos a tais veículos não só a produção imediata de prazer, mas também um grau altamente desejado de independência do mundo externo, pois sabe-se que, com o auxílio deste ‘amortecedor de preocupações’, é possível em qualquer ocasião afastar-se da pressão da realidade e encontrar refúgio em um mundo próprio, com melhores condições de sensibilidade (FREUD, 1930, p. 86).

O potencial danoso do uso de tóxicos reside nesta eficácia em evitar o sofrimento produzido pela cultura, uma vez que ele se empresta a tamponar a impossibilidade de realização total do princípio do prazer. Jésus Santiago (2001, p. 103) entende que o homem

procura gerenciar a dor existencial através de uma “tópica de sedativos” oferecidos pela civilização. São “as construções substitutivas” onde se enquadram os grandes divertimentos, a religião e também o recurso à droga.

Comparativamente à arte e à religião, o recurso ao tóxico configura um método eficaz, químico, que age diretamente no corpo, destinado a tratar o mal-estar na civilização (SANTIAGO, 2001, p. 104). No entanto, esta técnica no corpo, não evita o retorno, sobre o corpo, de um “efeito sobre-excedente nocivo e perigoso”, uma vez que de acordo com Freud (1930, p. 85) “uma satisfação irrestrita de todas as necessidades apresenta-se como o método mais tentador de conduzir nossas vidas; isso, porém, significa colocar o *gozo* antes da cautela, acarretando logo, seu próprio castigo”. Em outros termos, o que está em jogo nisto que resiste à satisfação, nos remete ao funcionamento da pulsão de morte, pois se inscreve em uma lógica do impossível de satisfazer, inerente à relação do homem e sua constituição frente as exigências da civilização.

Para Santiago (2001), a satisfação que se obtém da tentativa desesperada de evitar o sofrimento, carrega em si a nocividade da pulsão de morte, considerando que no circuito da satisfação pulsional há um conteúdo mortífero, silencioso e destrutivo. A tese freudiana da satisfação pulsional porta em si um paradoxo. De um lado o êxito da satisfação implica essa interdição, de outro, isto não se dá sem a presença de um gozo. Com isso pontuamos uma relação antinômica entre satisfação e gozo, onde o termo ‘mais, ainda’ – que dá título ao seminário que Lacan dedica ao gozo – acentua o caráter ilimitado do gozo, em que a satisfação só se instaura por sua ação limitadora. Santiago afirma que o tratamento do mal-estar do desejo, pelo método químico, abarca uma técnica de limitação da felicidade suprema e inacessível, em que a dimensão do gozo ilimitado é parte fundamental.

Outra importante referência de Freud sobre a relação existente entre a satisfação tóxica e a satisfação sexual remete à satisfação obtida na masturbação, em que há a exigência de um extrato da fantasia, mesmo que fundamentado unicamente no imaginário, enquanto que a satisfação obtida com o recurso ao tóxico prescinde do Outro, não passa pela fantasia (SANTIAGO, 2001, p. 111).

No artigo “A tendência universal à depreciação na esfera do amor” (1912, p. 171), Freud apresenta o que ele considera um modelo de casamento feliz, a saber, a relação do sujeito com o vinho. Indaga se há diferença nesta relação do bebedor com a garrafa, com a relação ao objeto de amor. O que pode o vinho oferecer ao sujeito, que ele não encontra no objeto do amor?

O objeto de amor, segundo Santiago (2001, p. 112), encarna o caráter de labilidade sexual da pulsão, em consequência da incapacidade de fornecer uma satisfação completa em relação às exigências da civilização. A impossibilidade de satisfação de toda escolha objetal repousa no fato de que o investimento pulsional está fadado aos objetos substitutivos, uma vez que o objeto originário, em termos freudianos, está para sempre perdido: “quando o objeto originário de uma moção de desejo perdeu-se em consequência de um recalque, ele é frequentemente representado por uma série infinita de objetos substitutivos, não sendo nenhum deles plenamente suficientes” (FREUD, 1912, p. 171).

Nestes casos em que a mãe usuária de drogas, não insere o filho na dialética fálica, na vertente do desejo, indagamos se o produto tóxico – o crack – fecha todas as portas de possibilidades de troca que oferece a série dos objetos substitutivos uma vez que o cerne da intoxicação, da satisfação tóxica, consiste em prescindir do Outro, do Outro sexual, do sintoma.

Apresentamos até o momento que a toxicomania engendra um tratamento direto da pulsão no corpo, em termos freudianos a adição substitui a masturbação, emperrando a tramitação significativa e silenciando o sintoma que na atualidade aparece desarticulado do sentido, evidenciando sua vertente tóxica para o sujeito. A tese lacaniana sobre a droga, objeto de nossa investigação no próximo item, é uma tese de ruptura com o gozo fálico. Que consequências a ruptura com o gozo fálico pode ter para as mães-no-crack?

3.2 A tese lacaniana sobre a droga

Vimos no segundo capítulo que a mãe, em termos lacanianos, constitui-se sob a égide da insaciabilidade. A mãe insaciável é uma fera potencialmente devoradora de seu filho. Esta potência se justifica pela equivalência entre falo e criança na fantasia materna. O que explicamos pelo fato da maternidade ser uma das vicissitudes da sexualidade feminina, relacionada com o modo como a mulher vivenciou a castração, como se relacionou com sua falta fálica. A ação da função paterna, a entrada do Nome-do-Pai, é o que possibilita uma certa acomodação do gozo fálico. A acomodação ao gozo fálico não é fixa, vimos que esta amarração se desenha a partir de diferentes modulações e que isto impacta a relação da mãe com a criança. Nesta mesma linha, examinaremos as referências de Lacan e pesquisadores da

clínica da toxicomania, sobre o uso de drogas, objetivando compreender o que o sujeito pode experimentar no uso do tóxico.

Lacan nos apresenta a toxicomania como uma possibilidade de romper o casamento com o falo. Na sessão de abertura das jornadas de estudos dos cartéis, na escola freudiana em Paris, Lacan (1975) formula o uso de drogas como “única forma de romper o matrimônio do corpo com o faz-pipi”. Trata-se de uma indicação preciosa para interrogarmos o lugar que a droga ocupa na economia libidinal do sujeito, pois Lacan compreende que no uso da droga há a possibilidade de burlar a saída fálica. Sobre esse ponto, Santiago tece o seguinte comentário:

No centro da consideração lacaniana sobre a droga, encontra-se esse impasse do casamento com o falo. Com efeito, o que suscita não é tanto o Outro do significante, mas o Outro do sexo. O recurso imperioso ao produto só é um pretexto para fazer prevalecer a vontade de infidelidade do toxicômano diante dessa acomodação necessária ao gozo fálico, que o incomoda, de modo especial, na medida em que não crê que este possa agir, separando o corpo do gozo (SANTIAGO, 2001, p. 190).

O casamento com o falo, compreende este momento chamado por Freud de “onanismo como solda”, o momento em que o órgão real ganha estatuto de objeto imaginário, no momento em que o significante toca o corpo. A fidelidade ao produto é correlata a infidelidade ao “parceiro-sintoma”, tem se aí a recusa do Outro significante, onde o recurso ao objeto tóxico garante uma fuga, um desligamento do gozo fálico. A toxicomania oferece essa possibilidade de ruptura. Laurent (1995, p. 16) comenta que a tese lacaniana sobre a droga é uma tese de ruptura, e não de formação de compromisso como no sintoma freudiano.

A expressão “rompimento com o gozo fálico” é utilizada por Lacan (1958a) para explicar a constituição na psicose. Mas o que vigora na psicose é a forclusão do Nome-do-Pai, sua não inscrição. Laurent (1958a, p. 19) comenta que, no entanto, essa indicação de Lacan nos permite extrair duas consequências imediatas. A primeira é de que há rompimento com o gozo fálico fora das psicoses. A segunda é a de que essa ruptura representa o rompimento com as particularidades da fantasia, com aquilo que supõe um objeto de gozo ao mesmo tempo em que inclui a castração. Essa constatação nos permite afirmar que os toxicômanos não são perversos, pois a perversão supõe um uso preciso da fantasia, enquanto a toxicomania promove o acesso a um gozo, sem passar pela fantasia. Trata-se de um curto-circuito, uma satisfação direta da pulsão no corpo próprio, sem o enfrentamento do enigma do desejo do Outro.

Sobre essa particularidade estrutural verificada na toxicomania, Dunker (2002, p. 131) nos diz que há uma suspensão, ou um fracasso localizado do Nome-do-Pai, ele amplia a noção

de forclusão, originalmente relacionada com a psicose. A função do significante é justamente inscrever o falo no campo do Outro. Se essa operação não se realiza plenamente, “uma parte do corpo, ou uma forma específica do objeto perde sua investidura fálica” (DUNKER, 2002, p. 131). Trata-se de um grupo psicopatológico que segundo o autor, apresenta uma “degradação do gozo fálico, a partir da colusão do falo ao objeto”.

Jésus Santiago (2014, p. 40) nos apresenta a leitura de William Burroughs, cuja tese sobre os fenômenos toxicômanos buscam indexar essas experiências através da elaboração de uma “álgebra do querer” articulada ao aspecto deletério do gozo. Na opinião de Burroughs, o uso toxicômano da droga porta um paradoxo onde o “quantitativo é precisamente mensurável: quanto mais se usa, menos se tem e, corolariamente, quanto mais se tem, mais se usa” (SANTIAGO, 2014, p. 41). Santiago recolhe desta elaboração da “equação da droga” uma tentativa de abordar a relação com o gozo.

De forma distinta ao que verificamos no pensamento freudiano, onde o objeto tóxico substitui a satisfação sexual, Santiago (2014, p. 42) vê nas ideias de Burroughs um afastamento desta substituição da satisfação sexual pela satisfação obtida pela droga, o que implicaria a suposição de que “a droga é um objeto parcial”. Sustenta a tese de que “a solução toxicomaníaca é mais um meio do sujeito apartar-se do mal-estar da sexualidade”. Assim, o apego à droga deriva do fato desta ter a capacidade de “curto-circuitar o apetite sexual”. Nas palavras do autor:

Essa operação de curto-circuito, efetuada pela droga no apetite sexual, faz com que a toxicomania torne-se o grande paradigma dos novos sintomas, visto que a prática da droga, nesse caso, evidencie o lado autístico do sintoma, no sentido de que ele é um modo de gozar pelo qual se tenta prescindir do Outro. Se digo “tenta-se”, é porque, se o toxicômano goza a sós, a despeito do parceiro-droga, isso não quer dizer que ele despreze o acesso ao Outro, ainda que seja na forma de um atalho ou, mesmo, de uma recusa” (SANTIAGO, 2014, p. 44).

O desatrelamento ao falo, proporcionado pela operação toxicômano, tem como uma das consequências imediatas, no campo da vida amorosa, a substituição do parceiro pela droga. O objeto droga, sob a égide do mais-de-gozar, funciona em uma lógica que não aceita intervalo, nem substituições. A satisfação é obtida através do acesso direto ao consumo da substância, transformada em um objeto de “necessidade imperiosa”, funcionando em um circuito que vai do produto ao consumidor e se encerra em si mesmo.

Devemos considerar que essa satisfação obtida com o uso do tóxico não constitui um sintoma analítico, uma vez que “em termos conceituais, o sintoma guarda uma relação íntima com a divisão subjetiva” (SANTIAGO, 2001, p. 191) divisão que aparece no momento em

que o sujeito se vê confrontado com o Outro sexo. Paradoxalmente, o consumo do tóxico é um ato que dificulta a instauração do sintoma analítico, porta em si a “tentativa artificial de suspensão da função fálica”, que contorna a castração e exclui a negatividade fornecida pelo significante fálico.

Mauricio Tarrab, em 1998, formula o termo “operação toxicômana” para mostrar o que se passa na experiência com o uso de drogas. Segundo o autor, trata-se de uma “recusa ao Outro” que não se reduz à combinatória significativa, configurando uma “eleição contra a castração, contra a divisão do sujeito e contra o inconsciente” (TARRAB, 1998, p. 149). O uso de drogas configura uma experiência vazia, onde a castração recebe um tratamento positivado pela intoxicação do corpo. No uso da droga, pontual ou extenso, circunscrito ou generalizado, ocasional ou permanente, o que está em jogo na “operação toxicômana” é a realização de uma experiência em que a cada vez que se usa a droga, obtém-se um ganho de gozo contra a castração. O autor resume assim seus apontamentos:

Uma experiência em que se trata a castração não como uma ficção mas como o real, com a positividade do gozo tóxico em sua dimensão de experiência. A cada vez, a cada ingestão, a cada pico. E é com a positividade de gozo que a experiência vazia da droga trata o vazio central do sujeito, isto é, esse incurável que com a droga trata de ser abundante, às custas do próprio sujeito (TARRAB, 1998, p. 151).

Com Tarrab compreendemos que a toxicomania não é uma estrutura clínica, mas uma operação sobre a estrutura, já que independente da estrutura clínica o sujeito pode ser usuário de droga. Tal orientação é o que permite situar a especificidade da estrutura na experiência com a droga. Na clínica, ao acolhermos a necessidade de tratar os efeitos da intoxicação no corpo, o que é importante; necessitamos cindir a dimensão estrutural que a droga oculta. Significa considerarmos, no plano das gestantes que fazem uso de droga, os determinantes simbólicos que as constituem e a maneira como elas podem demonstrar uma relação problemática com o gozo.

Na história de Fernanda, após a perda do companheiro e sob o efeito do crack, ela passa ao ato, arquitetando a vingança que culmina com o assassinato do policial que matou seu companheiro. Luciana por sua vez, mesmo sabendo da necessidade de manter a abstinência e do risco que o uso da droga traria na perda da guarda de seus filhos, sucumbe a reincidência, perdendo a guarda das filhas e o abrigo. Ambas nos apresentam uma desregulação em relação ao gozo fálico ao não conseguirem atender aos ideais de boa conduta, abstinência e não violência. Laurent (2013, p.36), ao ser questionado sobre a relação existente entre o consumo de crack e a violência, nos fala que o crack tem um efeito de

liberação, de excitação e “quanto mais se difunde uma droga assim, mais se constata que existe certa relação entre a circulação da droga e a passagem ao ato.”

As coordenadas do gozo apontam a raiz do problema para o qual a droga “oferece” uma solução. Tarrab (LAURENT, 2013, p. 152) indica que o ato de intoxicar-se precisa ser examinado nas determinações do sujeito, não significa que a relação do sujeito com a intoxicação não seja importante, porém, ela se esclarece na relação do sujeito com seus modos de gozos.

Ao colocarmos a ênfase no sujeito e não na droga, somos levados a considerar a função da droga na economia libidinal do sujeito. Sobre esse ponto, Inem (1999, p. 142) nos diz que “na neurose o consumo de drogas tende a anular a função fálica, e o sujeito se faz parceiro exclusivo de um objeto ou prática que permite a obtenção de um gozo que não passa pelo corpo do Outro em sua vertente sexual”. Na psicose, não há a problemática da divisão do sujeito e a angústia frente ao Outro sexual, uma vez que devido a forclusão do Nome-do-Pai, o sujeito possui uma relação diferente com a castração. Nestes casos, não há o traço de identificação paterna, em seu lugar a droga pode se ofertar como uma nomeação precisa, como um gozo no real.

O que a modalidade de gozo da toxicomania demonstra? Demonstra que os toxicômanos se contentam em tomar o corpo a partir do mais-de-gozar obtido no recurso à droga, como uma solução para a questão do desejo. Miller nos diz que o recurso a um ato, a um “certo fazer”, suspende a incidência da castração. Configura “um fazer apoiado em uma identificação que, contrariamente àquela do sintoma, não se encontra nunca recolocado em causa pelo gozo que propicia” (MILLER, 2012, p. 124). No ato com a droga, o corpo torna-se idêntico ao desejo.

Observamos nos dois relatos abordados em nossa conversação no laboratório, que o uso do crack foi determinante para a decisão de separação entre a criança e a mãe. Constatamos também um silêncio sobre esse ponto. Há a informação de quando o uso da droga se iniciou e há a constatação de reincidência. Mas não há, no atendimento à gestante, a possibilidade de recolher elementos de sua experiência com a droga.

Tarrab (1998, p. 154) aborda que a operação toxicômana é inversa à operação analítica, cuja única demanda legítima feita ao sujeito é a de que ele fale, de que ele do ato passe ao dizer. Por ser uma operação fora do discurso, a positividade da ingestão da droga esvazia a significação, que é a “significação do falo” formulada por Lacan, que no sujeito “alivia o indeterminante do desejo”, e “o defende contra a infinita metonímia da perda do objeto”. O silêncio precisa ser combatido com a oferta da escuta, no entanto, Tarrab (1998)

nos lembra que a intoxicação não se interpreta, mas para a psicanálise nos é permitido manejá-la no discurso que emerge para além da intoxicação. Dar voz ao sujeito, acolher suas histórias, significa buscar esse “para além” nos sintomas, nos sonhos, na transferência (com a instituição e com o analista). Em suma, o que devemos fazer emergir é a relação com o inconsciente, produzindo “a significação de uma falta de saber como causa do padecimento”, padecimento que droga se oferta a amenizar.

O gozo tóxico, portanto, é paradigmático da ruptura com o gozo fálico, como nos falou Lacan. O sujeito toxicômano é leal a seu gozo, e sua parceria não é com o Outro do significante, com o seu “parceiro-sintoma”. No lugar estrutural do gozo perdido, no lugar da ausência da relação sexual, não vem o falo como o mediador das relações entre homens e mulheres, e sim o objeto droga. O autor propõe que “a operação toxicômana põe no lugar do corpo, a substância, a substância do corpo perdido”, produzindo uma unificação que rechaça ao mesmo tempo, “o campo do Outro, e o sentido do gozo fálico e o objeto a”. O gozo no corpo se sobrepõe ao gozo no objeto “a”.

Podemos supor que o uso do crack, para essas mulheres engendra uma operação que não permite nenhuma metáfora ou substituição configurando em uma impossibilidade de colocar o filho na série dos objetos no campo do desejo.

Christian Dunker (2002) formula um fator quantitativo que nos auxilia na compreensão do que se passa no que ele nomeia como uma patologia assintomática, quando se refere às toxicomanias. Enumera três formas distintas de distribuição do gozo a partir da localização, da cifra do gozo pelo significante fálico, indicando três formas diferentes de distribuição do gozo. A primeira refere-se aos sintomas de hipocondria e anorexia, onde constata-se o isolamento do objeto em uma região específica do corpo, que passa a ser sobrevalorizada falicamente. A segunda observa-se nos casos dos sintomas de depressão e angústia, os objetos identificam-se entre si, de forma que nenhum adquire inscrição privilegiada e todos se tornam mutuamente intercambiáveis, possuindo valor de troca mas nenhum valor de uso. Por último, o autor localiza nas adições e nas formações psicossomáticas, onde o objeto é separado de sua inscrição fálica, de forma que seu valor de troca é substituído pelo valor de uso (DUNKER, 2002, p. 132).

Se, para Lacan, a droga rompe o casamento com o gozo fálico, o que podemos dizer sobre as mulheres cujo gozo é *não-todo* fálico? Que aproximações podemos fazer entre a experiência do tóxico e as mães-no-crack? Verificaremos ao longo do próximo item, sobre a hipótese de que nesses casos das mães-no-crack a toxicomania pode ser lida como uma modalidade de devastação.

Podemos afirmar que as mulheres se apresentam mais ou menos articuladas ao falo e a referência do amor ao pai. Assim, a clínica da gradação, no qual o falo e o Nome-do-Pai, embasam a estrutura neurótica, nos ensina que os toxicômanos podem se articular ao gozo fálico e se desarticular, depende das coordenadas de suas parcerias subjetivas e da parceria com a droga escolhida. Temos ainda casos, em que a figura paterna é eclipsada pela devastação materna.

Nos dois relatos abordados, podemos pensar que para essas mulheres o problema com o crack, é antes de tudo uma dificuldade na esfera do amor. Dificuldade que resulta na busca ao tóxico como uma forma de tratar o mal-estar inerente ao mau encontro experimentado em sua parceria sintomática.

3.3 Toxicomania e gozo feminino: uma relação para além do sintoma

Retomaremos aqui alguns apontamentos trabalhados no segundo capítulo. Abordamos a devastação como um arrebatamento no corpo. Apresentando-se no sujeito feminino como uma parte do desejo materno, não recoberto pelo significante fálico. A devastação, neste sentido se relaciona ao *não-todo* feminino. Alguns teóricos da clínica da toxicomania utilizam a referência à devastação para pensar o uso de drogas pelos sujeitos. Consideramos, seguindo a argumentação de Miller (1998b), Naparstek (2014), Tarrab (2012) e Salamone (2014) que o uso de drogas, o amor, o gozo e o desejo assumem distintas posições nos sujeitos e diferem em relação ao ponto de vista masculino e feminino.

Partimos da proposição de que a toxicomania não é um sintoma. Verificaremos, seguindo as orientações de Mauricio Tarrab (2012) e Luis Dario Salamone (2012), que a toxicomania para alguns sujeitos pode ser uma aflição pior que um sintoma. Os apontamentos de Miller em o “parceiro-sintoma”, a “teoria do parceiro” e “o osso de uma análise” situa a diferença entre o lugar do sintoma para o homem e o lugar do sintoma para a mulher.

Retomando o que discutimos sobre a “teoria do parceiro”, Miller (1997b) formulou o gozo tóxico como a possibilidade de ascender ao gozo, sem passar pelo Outro. O parceiro do sujeito não é o seu sintoma, é a droga que vem fazer parceria. Em relação ao homem, Miller nos mostra que, por experimentar um modo de gozo localizado, ele tem no falo um parceiro. Já a mulher, não-toda inscrita na lógica fálica, experimenta duas possibilidades: uma pela via do amor ao homem, que possibilita que ela se conecte a este Outro gozo, como outra de si. Ou encontrar um “parceiro-devastação”, que atualiza o resto não simbolizado do desejo materno na relação de amor.

Miller trabalha novamente esta argumentação no seminário “o osso de uma análise”, a partir da substituição do termo sujeito por *falasser*, uma vez que o sujeito é sempre mortificado pelo significante, e o *falasser*, nos termos de Lacan, inclui o sujeito mais o corpo, ou seja, o sujeito e a substância gozante. O termo *falasser* reivindica a relação com o parceiro-sintoma, modificando o estatuto do Outro que não é mais um “corpo mortificado”, mas um corpo representado sempre por um corpo vivo, isto é sexuado. Implica que “no nível sexual, não há, justamente, relação significante necessária entre Um e Outro” (MILLER, 1998b, p. 103). Miller formula que a relação no nível sexual, passa pelo gozo do corpo e pelo gozo d'alíngua, passa pelo sintoma.

O termo “parceiro-sintoma” cunhado por Miller (1998b, p. 104) significa que “a relação do parceiro supõe que o Outro torne-se sintoma do *falasser*, isto é torne-se seu meio de gozo”. A questão do parceiro-sintoma impõe uma reformulação no conceito de Outro. Aqui ele passa a ser definido como meio de gozo. Miller nos diz que isso se dá sob duas formas: a primeira toma o Outro como representado pelo corpo, a segunda como lugar do significante. A entrada do corpo neste campo não anula o Outro como significante, apenas destaca o que Lacan aborda, “que o significante é, ele próprio, um meio de gozo” (1998b, p. 106).

Essa introdução do “parceiro-sintoma” permite questionarmos como o Outro se torna o meio de gozo? Como resposta Miller (1998b, p. 107) nos dá a seguinte fórmula: “o gozo se produz no corpo do Um através do corpo do Outro”. Miller se utiliza das fórmulas da sexuação para nos apresentar as estruturas significantes do corpo.

Do lado masculino, Miller (1998b, p. 108) aponta que “para todo x” há o gozo fálico como auto-erótico, produzindo-se *fora-do-corpo* como ponto de exceção. Essa estrutura determina que o “parceiro-sintoma” do homem é o objeto pequeno *a*. Do lado feminino, o gozo, em função do *não-todo*, não está localizado *fora-do-corpo*, mas sim no corpo. Mesmo que esse corpo não faça todo, tal posição manifesta que é o próprio corpo feminino que, no gozo, é “outrificado”. O parceiro-sintoma do lado feminino é o Outro barrado.

A justificativa para estas afirmações reside no fato de que do lado masculino o *objeto a* conserva a forma significante, tanto que é possível articulá-lo nos discursos. Do lado feminino, o parceiro toma a forma do *não-todo*. Miller nos descreve os parceiros-sintomas do homem e da mulher da seguinte maneira:

O parceiro-sintoma do homem tem a forma fetiche, enquanto que o parceiro-sintoma da *falasser* feminino tem a forma erotomaniaca. Isso se vê no passe: os homens, de início, têm de resolver a questão da fantasia, da forma fetiche que as suas fantasias

impõem ao parceiro, enquanto que o *falasser* feminino, na análise tem, em primeiro lugar, de resolver a questão do amor, e é isso a erotomania (MILLER, 1998b, p. 110).

Para o homem, o gozo tem sempre algo de limitado, de localizado. Do lado feminino, Miller nos diz que, em função do aspecto ilimitado do gozo próprio ao *não-todo* feminino, o que se impõe ao parceiro é a demanda de amor, que comporta em si mesma uma visada ao infinito. “É uma demanda que incide sobre o ser do parceiro, e é isso que desnuda sua forma erotomaníaca – que o Outro me ame” (MILLER, 1998b, p. 111).

No que diz respeito ao parceiro do *falasser* feminino, Miller formula dois axiomas: o primeiro é que para amar é preciso falar. O segundo é que para gozar é preciso amar. O que seria uma exigência do lado feminino. Essa demanda de amor, em seu caráter feminino, é o que retorna para o *falasser* feminino na forma de devastação. Cito Miller:

Com efeito, podemos dizer que, em função da estrutura do Não-todo, o parceiro-sintoma da mulher torna-se o parceiro-devastação. A devastação é a outra face do amor, é o retorno da demanda de amor, o que quer dizer que é como o sintoma, exceto que tem um índice de infinito (MILLER, 1998b, p. 115).

Miller diferencia o sintoma do lado masculino, do sintoma do lado feminino. Do lado masculino, pela articulação de seu modo de gozo, o sintoma tem algo de localizável, de contabilizável. Enquanto o sintoma do lado feminino, por ser marcado pela estrutura do *não-todo*, toma a forma da devastação. Mas o que seria essa forma de devastação? Miller assim nos esclarece: “falamos de devastação quando há uma pilhagem que se estende a tudo, que não termina, que não conhece limites, e é em função dessa estrutura que um homem pode ser o parceiro-devastação de uma mulher, para o melhor e para o pior” (1998b, p. 115).

Esta definição milleriana nos auxilia na defesa do argumento de que a toxicomania se localiza no modo do sintoma do lado feminino, pois porta em seu funcionamento sob a égide do mais-de-gozar, uma pilhagem que não encontra limite no consumo do objeto droga.

Salamone (2014, p. 59) dedica-se a problematizar a questão de se o uso de drogas seria um sintoma ou uma devastação. Parte da definição dada por Lacan no Seminário 23, na aula de 17 de fevereiro de 1976, onde ele afirma que o sintoma é o sexo ao qual não se pertence, ou seja, uma mulher. Se uma mulher, neste sentido, é o sintoma para o homem, devemos procurar outro nome para o que é um homem para uma mulher. Podemos ler a devastação como uma relação não mediada pelo significante.

Jacques-Alain Miller (2003, p. 19) definiu a devastação como a outra face do amor, do lado feminino, das fórmulas da sexuação, nos localizou na forma de amor eteromaníaca, um

amor sem limite, insaciável, em que o que se busca é a certeza de ser amada. A aposta é que do silêncio mortífero alimentado pela pulsão de morte, a mulher possa passar ao dizer e assim extrair um significante do campo do Outro que nomeie seu gozo pela palavra de amor.

Mauricio Tarrab (2012) em um texto intitulado “Algo pior que um sintoma”, seguindo a referência de Lacan sobre o que é o sintoma para o homem e para a mulher, em relação ao uso de drogas, nos apresenta a seguinte posição: “para o toxicômano homem, a droga não é para ele um sintoma; a droga é para ele uma devastação e deveria conseguir para si um sintoma, quer dizer, fazer de uma mulher seu sintoma” (TARRAB, 2012, sp.) No tocante às mulheres, é necessário encontrar um outro nome para seu sintoma, e em relação ao uso de drogas, ele nos diz o seguinte; “Para o toxicômano mulher, a droga é também uma devastação, como pode ser um homem ou uma mãe, e uma análise deveria lhe permitir que um significante do Outro tome o relevo do gozo pela via do amor”.

Ao falar da função da droga para homens e mulheres, Naparstek (2014, p. 143), coloca a droga como uma devastação para ambos, porém o homem tem como recurso fazer de uma mulher seu sintoma, o que se deve ao gozo estruturalmente fetiche, regulado, limitado pelo falo. Já para as mulheres, por ser não-toda inscrita na lógica fálica, a droga pode ser uma devastação como são a mãe ou um homem. Uma vez que, o gozo não-todo fálico, se dirige ao Outro, do qual a mulher espera em sua erotomania estrutural, um signo de amor.

Na história de Fernanda, que cumpriu pena pela participação no assassinato do policial que matou seu marido. O feito é relatado a equipe em detalhes. Contou que entrou na casa pelo basculante, abriu a porta para o comparsa, surpreenderam o policial dormindo. Relata que o torturaram antes de matá-lo, e que foi ela quem deu o primeiro tiro. Diz que com a morte do marido perdeu tudo, que não temia mais nada. Devastada por essa perda, ela arquiteta a vingança e a executa. Vai presa, perde a convivência com as filhas que, na ausência do parceiro amoroso, parecem perder importância. Em liberdade condicional, conhece um novo parceiro, pai do bebê, que ela teve e que também perdeu. A narração dos atos cometidos mobiliza a equipe e assusta as demais pacientes da enfermaria. Curiosamente, a retomada do uso de crack, intenso na adolescência época que cometeu o crime, não ganha o mesmo relevo. Fernanda encontrou em suas parcerias amorosas o acesso à droga, realiza um circuito que permanece ativo mesmo na ausência do homem que a apresentou a droga.

Salamone (2012) escreveu um artigo intitulado “El lazo cuando la droga es el parceiro”, nos diz que, quando a droga é o parceiro, o laço com o Outro por vezes pode se interromper. Não é o que verificamos na história de Fernanda? O uso de drogas faz parte da parceria amorosa, mas rompe o laço com o Outro social.

Salamone alude a um argumento de Freud de que algo no nível da pulsão não alcança a satisfação plena, e que o matrimônio com a substância tóxica falha. É nesta abertura do insucesso do matrimônio do corpo com a substância tóxica que o analista pode intervir. Retoma o argumento de Miller (1998b) de que há duas formas de promover o acesso ao Outro. Uma através do gozo que se dirige ao objeto pequeno “a” e culmina na relação com o próprio corpo. A outra através do acesso ao gozo por meio da palavra de amor. O amor como uma saída que abre as portas para a dimensão da falta. Um amor que não seja viabilizado ou obliterado pela intoxicação.

Diferentemente do que se estabelece nas parcerias amorosas, onde a “falta-a-ser”, encontra nas formas de amar masculina (fetichista) e feminina (erotomaníaca) uma tentativa de contornar o impossível da relação sexual. O termo “parceiro-droga” coloca a droga no lugar do parceiro, através da eleição deste artifício na droga, que “se apresenta sob o invólucro do objeto da demanda, mascarando o sujeito do desejo” (SANTIAGO, 2014, p. 45). Desse modo a intoxicação opera um curto-circuito na função sexual, que descortina um “insuportável do Outro sexo”, revelando “seus impasses com aquilo que lhe foi transmitido da lei fálica”, tudo isso culminando na exclusão da função do desejo como tal.

Uma dificuldade no estabelecimento da parceria pela via do amor, talvez seja o que autoriza Fernanda a concretizar sua vingança sob a fixidez de uma perda de amor devastadora, a nosso ver, anterior ao estabelecimento de sua parceria com a droga.

Para Ferreira (2014, p. 169) os impasses do feminino diante da ausência de um referente único, que orientaria os campos do amor, do desejo e do gozo, criam uma tendência a múltiplas formas de gozar, mais próximas da lógica do feminino. O sujeito se encontra às voltas com suas dificuldades em lidar com o real, seja nas parcerias amorosas, na maternidade ou no amor. Dentre essas experiências, destacam-se as adições e seus efeitos devastadores, tanto para o homem quanto para a mulher.

Se tomamos a referência apreendida no exame das fórmulas da sexuação de Lacan, sabemos que o gozo *não-todo* regulado pelo falo, tem uma direção para o infinito, este infinito que aparece na fantasia de ser a única amada de que nos falava Miller em “o osso de uma análise” (1998b). Carolina Rovere (2011, p. 115) nos mostra que no lugar da mulher vemos dois gozos articulados em um mesmo movimento. Há uma seta que parte do \mathcal{A} ao gozo fálico (Φ) e outra que vai do \mathcal{A} para o gozo Outro. Demonstra que no gozo feminino há esse ilimitado que se dirige ao $S(\mathcal{A})$, mas há também essa parte que se dirige ao falo. Há necessidade de um “saber fazer com o gozo feminino”, que é a possibilidade de articular o

ilimitado ao limitado, se não se consegue este equilíbrio, há a possibilidade de só vigorar o registro do ilimitado da pulsão de morte.

O gozo feminino é um obstáculo para ambos os sexos. Ernesto Sinatra (2010) em um artigo intitulado “o amor tóxico”, nos convida a pensar no homem a dificuldade em relação ao gozo feminino, localizada na angústia de castração, que no homem convoca a tomar uma mulher como causa de seu desejo. Do lado da mulher, o obstáculo com o gozo fálico configura a necessidade de, pela via do amor, essa mulher encontrar no homem um conector que a faça Outra para si. A leitura de Sinatra é que esta divisão estrutural do sujeito, aparece como uma defesa contra o gozo feminino. Assim ele formula a questão:

A defesa contra o gozo feminino atua em ambos os sexos e as drogas em seu forte impulso autoerótico desliga o sujeito do parceiro evitando assim a aposta sexual. Também é verdade que com o uso de certas drogas pareceria alcançar uma sensação estática, que poderia se identificar com o gozo feminino. Assim, o uso de certas drogas seria tanto a recusa do gozo feminino, quanto um alibi para ter acesso a ele, sem passar pelo homem como conector: orgasmos autoeróticos com a droga como parceiro (SINATRA, 2010, p. 132).

Porque algumas mulheres buscam na droga acesso a esse Outro gozo, não limitado, dito suplementar? Como vimos no segundo capítulo, ao examinarmos as saídas do complexo de Édipo nas meninas, todas as três saídas colocadas por Freud, são saídas fálicas. O complexo de masculinidade, a retirada da sexualidade e a saída pela maternidade na via da equação pênis-filho, estão ordenadas em relação ao *penisneid* como resposta à castração. As soluções freudianas, incluindo a maternidade, estão todas relacionadas ao lado esquerdo das fórmulas da sexuação. Isto fez com que Lacan tenha se perguntado se há um gozo propriamente feminino. Não regulado pela lei do pai, não regulado pelo gozo fálico, para além do falo. Fleischer nos diz que “a relação da mulher com a função fálica é contingente. O que do lado-homem aponta para a interdição do gozo fálico, do lado-mulher não funciona” (FLEISCHER, 1993, p. 83).

O gozo propriamente feminino está do outro lado das fórmulas da sexuação. Do lado direito, Fleischer aponta que há uma diferença entre o outro gozo (suplementar) e a posição feminina. A posição feminina é a de ser objeto da fantasia de um homem. Implica a relação com o hétero (homem) para realizar-se como sintoma. O gozo feminino e o gozo místico só são possíveis pela via do amor, um pela via do amor ao pai, outro pela via do amor a Deus. No gozo tóxico há um núcleo de gozo não regulado pelo sintoma. Há na experiência toxicômana a segregação do Outro, que para Lacan é sempre segregação do Outro feminino, pois o feminino, o hétero introduz a questão da diferença na cultura, o Outro, é sempre o Outro sexo.

Nos casos abordados em nossa conversação, verificamos que o balizamento pelo gozo fálico está ausente. A toxicomania pode ser compreendida como uma solução que exclui a dimensão do sentido. A intoxicação no corpo promove um gozo que prescinde do Outro sexo, que não passa pelo sintoma elidido a partir da castração. A dificuldade que ambas apresentam em tomar os filhos como objeto de cuidados, demonstra que o laço com a criança é impossibilitado pela relação da mulher com o parceiro-droga. A parceria com a droga no âmbito da assistência materno-infantil, não é admitida. O uso de drogas por gestantes parece denunciar a fragilidade dos ideais familiares em vigor nos dias de hoje. O objeto tóxico satura a falta em que o desejo se apoia, a consequência disto é que a maternidade não pode operar enquanto matriz organizadora do gozo feminino. Não há deslizamento entre a mãe e a mulher, entre o gozo fálico e o gozo Outro. No amor a mulher não encontra a via do desejo, temos a presença de um gozo sem parceria e a manutenção de um laço social intoxicado. Apontamentos que nos endereçam a nossa próxima discussão.

3.4 O discurso do capitalista e o laço social intoxicado

Nossa proposta de discussão sobre “o laço social intoxicado” tem início nas referências de Antonio Beneti (2014b, p. 27), onde formula que no mundo contemporâneo, observamos a primazia do mais de gozar sobre os ideais na cultura, produzindo como consequência um laço social intoxicado.

Outra maneira de pensar a relação do sujeito com o tóxico são, a partir das elaborações de Lacan em 1969 no *Seminário 17: o avesso da psicanálise*, as quatro modalidades de discurso ou laços sociais: do Mestre, da Histórica, do Universitário e do Analista.

Figura 5 – Os quatro discursos (LACAN, 1969-70)

Discurso do Mestre	Discurso Universitário
$\frac{S_1}{S} \rightarrow \frac{S_2}{a}$	$\frac{S_2}{S_1} \rightarrow \frac{a}{S}$
Discurso da Histórica	Discurso Analista
$\frac{S}{a} \rightarrow \frac{S_1}{S_2}$	$\frac{a}{S_2} \rightarrow \frac{S}{S_1}$

Lacan formalizou a estrutura discursiva em matemas, colocando em cada discurso quatro lugares que começam pelo que ele chama agente e se dirige ao Outro. Compreende que a divisão subjetiva pode ser apreendida nesta relação da linguagem com o gozo, onde o sujeito, ao se encontrar com o Outro, sofre uma perda de gozo para sustentar o discurso, o laço social. Esses quatro lugares são ocupados por quatro elementos da álgebra lacaniana: S_1 , S_2 , $\$$ (S barrado) e a . Os quatro discursos são configurações significantes pensados por Lacan como formas de problematizar os discursos.

Os discursos nada mais são do que a articulação significativa, o aparelho, cuja mera presença, o status existente, domina e governa tudo o que eventualmente pode surgir de palavras. São discursos sem palavras, que vêm em seguida alojar-se nele (LACAN, 1969-70, p. 158). A formalização dos discursos respeita uma distribuição espacial que se dá em dois níveis: quanto às posições e quanto aos termos. As posições são permanentes, os termos, os elementos são variáveis:

Figura 6 – Posições dos discursos de Lacan

$$\begin{array}{ccc} \text{agente} & \xrightarrow{\text{outro}} & \\ \text{verdade} & // & \text{produção} \end{array}$$

O *agente* organiza a produção discursiva, domina o laço social ao dar o "tom" ao discurso e possibilitar que haja alteridade. O *Outro* é aquele a quem o discurso se dirige, precisa do agente para se constituir. A *produção* é o efeito do discurso, é aquilo que resta. A *verdade* sustenta o discurso, mas é acessível apenas pelo "semi-dito". A verdade não pode ser toda dita, havendo uma interdição (//) entre a produção e a verdade.

Neste sentido Beneti (2014a) formula que há um agente tóxico em cada discurso, a toxicidade de cada discurso depende da posição de excesso do agente no lugar do sujeito. Segundo Beneti há na contemporaneidade dois discursos que se revelam mais intoxicantes: o discurso Universitário e o discurso do Mestre. Na contemporaneidade verificamos uma modificação no estatuto do mestre antigo, o senhor passa a ser o mercado. No discurso do Mestre, o agente tóxico é o S_1 , uma nomeação, por exemplo, sou toxicômano. No discurso Universitário, o tóxico pode ser o S_2 , um saber reduzido ao conhecimento. A elaboração dos

discursos trabalham a relação do sujeito com o Outro. Assim, o tóxico localiza-se sempre no andar superior do lado do sujeito, enquanto agente.

Beneti (2014a) propõe que é possível pensarmos o lugar e a direção do tratamento do toxicômano nos quatro discursos, uma vez que os discursos são modalidades de laço entre o sujeito e o Outro. Laço sustentado no axioma laciano: “o inconsciente tem a estrutura da linguagem”. Esses três discursos veiculam uma nomeação vinda do campo do Outro. “Mães-no-crack”, por exemplo, é uma nomeação construída na investigação do laboratório do CIEN, ela agrupa as mulheres gestantes que fizeram uso ou abuso do crack na gestação e apresentaram o fato para a assistência na época do nascimento do bebê. No entanto, trata-se de uma nomeação que precisa ser recortada a partir do exame da história de vida de cada mulher.

Se nos utilizarmos do discurso histórico para pensarmos a relação do sujeito com a droga, encontramos um sujeito carente de amor, identificado, por exemplo, com salvar o parceiro toxicômano do consumo mortífero das drogas. A parceria entre uma histórica e um toxicômano demonstra como ela, na demanda de amor, procura uma posição de salvação heroica, sacrificial. Busca na fantasia construir um grande homem e, identificada inicialmente a uma posição de resto, tenta ser uma grande mulher. Essa referência, formulada por Antonio Beneti, nos auxilia a pensar o que está por trás do discurso amoroso das instituições, que exigem determinados passos a serem dados pelo sujeito na busca do abandono do vício em nome de uma vida saudável regrada pelo amor.

No discurso Universitário, o sujeito do inconsciente está no lugar da produção, enquanto o sujeito dividido aparece barrado, excluído da fala. Esse discurso apresenta-se como um saber enquanto conhecimento científico sobre as propriedades químicas das drogas e suas consequências malélicas para o sujeito, enquadrado como um corpo biológico. Beneti (2014b) denuncia o potencial tóxico presente neste discurso a partir do ideal terapêutico da abstinência, ou redução de danos pela via do consumo de drogas menos danosas. Tal referência nos auxilia na compreensão dos discursos das políticas públicas oficiais para o tratamento do toxicômano, onde o saber sobre a droga exclui o sujeito e o aliena como um objeto de gozo do saber científico.

No discurso do Mestre encontramos uma palavra de ordem no comando, inscrita sob a rubrica de um ideal terapêutico de bem-estar, muitas vezes sustentado por um discurso religioso, pela prescrição de um certo número de passos a serem seguidos, ou pela laborterapia (a cura pelo trabalho). Uma modalidade de discurso que sustenta um significante

fálico “supostamente regrador do gozo”. Beneti (2014b) aponta que neste discurso, o discurso do Mestre, o S_1 é o tóxico.

O autor argumenta que o único discurso desintoxicante para os outros três é o discurso do Analista, onde o lugar do agente/sujeito é ocupado pelo objeto a, por um semblante, um lugar causado pelo desejo, vazio por excelência. No discurso do Analista, afirmamos que “o toxicômano não existe”. O tratamento propõe uma desidentificação com seu ser de toxicômano, para dar lugar à sua divisão subjetiva e ao gozo da palavra. O discurso do analista nos permite desfazer a amarração tóxica e segregativa do sujeito.

Em *Televisão* (1974, p. 530), Lacan nos fala que o discurso Analítico não pode ser sustentado por um só. Esse discurso promete introduzir o novo. A novidade vem com a palavra, é ela que devemos tomar na transferência, no reconhecimento de que aquilo que aparece como “sujeito suposto saber” é o sujeito do inconsciente, o núcleo da relação transferencial.

A questão da toxicomania no contemporâneo permite a formalização de que somos todos toxicômanos, sob a égide de uma patologia do consumo, onde o mal estar do desejo é tratado pela solução da intoxicação. Uma toxicomania generalizada. A droga como um produto da ciência se agrega a lógica do mercado, onde o sujeito existe no laço social com a etiqueta “sou toxicômano”. No encontro com as mães-no-crack, verificamos que o uso da droga engendra uma roupagem subjetiva que retira dela seu direito de ser mãe, mesmo quando ela assim deseja.

Beneti e colaboradores (2008, p. 145) argumentam que o toxicômano não é feliz. O autor parte da constatação de que, no mundo contemporâneo, o mal estar do sujeito vem sendo tratado quimicamente como uma resposta à fragilidade e precariedade da função paterna enquanto moderadora de gozo. Soma-se a isso a ausência de ideais reguladores. No cerne desta formulação encontra-se o potencial do discurso da ciência como motor do discurso do capitalista que, ao ofertar os objetos, cria a necessidade e a promessa de bem-estar fabricando um sujeito “mecanizado”, escravizado por um deus único, que a droga representa. Beneti formula a questão da seguinte maneira:

O que é surpreendente no discurso ciência, partidário do discurso do capitalista, é perceber como ele tem se tornado cada vez mais um discurso religioso, pois na medida em que avança, que se torna mestre, soberano no saber sobre o corpo, sobre o prazer e a dor, sobre a vida e a morte, na medida em que ele pretende saber sobre o real, torna-se mítico. Ao tornar-se mítico, apresenta-se retrógrado, reacionário, escravo de um gozo que não admite a impotência ou a castração. É assim que se torna religioso, pois é partidário de um deus único: a droga. Assim a exclusão da dimensão do real e da fantasia transforma os sujeitos em indivíduos mecanizados,

em máquinas de gozo a serviço da ciência aliado ao discurso capitalista (BENETI et al., 2008, p. 150).

Dario Galante (2009, p. 51) compreende que na atualidade o sujeito contemporâneo é um “sujeito pleno de objetos mas apartado do gozo fálico”. O autor define que a relação do sujeito com o outro não está regulada, o que aparece é um puro imperativo de gozo. No entanto, nos diz que em nossa sociedade atual a toxicidade não se limita à relação com a droga, uma vez que a psicanálise compreende, pelo caráter diversificado da pulsão, que qualquer objeto pode ser usado maniacamente. Tal argumento se aproxima do que nos apresentou Antonio Beneti, e culmina na formulação de que *“una función tóxica puede ser desempeñada por una entidad cualquiera cada vez que queda obturada de un modo particular la relación estructural del sujeto com la castración”* (GALANTE, 2009, p. 52).

Galante (2009, p. 52) propõe que a condição para que um objeto possa ser consumido maniacamente é sua fugacidade. Se o objeto perdura, se não se esgota rapidamente, não pode repetir-se constantemente no mesmo processo. A mesma lógica se aplica ao laço social, na toxicomania verificamos que o que se busca na parceria com o outro não é o encontro, mas a satisfação. O sujeito demanda um outro para ser consumido. O princípio que inaugura os sujeitos como consumidores busca homogeneizar os gozos. O discurso do capitalista “promete o impossível mediante uma armadilha promovendo a existência do objeto” (GALANTE, 2009, p. 53).

O filósofo e psicanalista Dany-Robert Dufour formulou algo semelhante em seu livro “A arte de reduzir as cabeças” (2005, p. 200) ao abordar que o espírito do capitalismo em sua vertente “neoliberal” persegue um ideal de fluidez, de circulação e de renovação impossível de se reconciliar com os valores que vigoravam sob a égide do mestre antigo. O adjetivo “liberal” designa a condição de um homem liberado de toda ligação e valores.

Para Dufour (2005, p. 76), o mercado em tempos neoliberais recolhe sua ascensão de uma conjuntura ideal em razão de diversos fatores: a relativização da soberania do Estado-nação, a promoção da livre circulação de mercadorias; a escalada simultânea do discurso democrático e do utilitarismo que coloca a mercadoria como algo necessário e indispensável à satisfação pulsional dos sujeitos. O mercado se constitui como um novo grande mestre. O autor descreve assim uma junção entre a economia de mercado e a economia pulsional. Na narrativa da promoção da mercadoria, cada desejo deve encontrar seu objeto, tudo deve necessariamente encontrar uma resposta na “solução da mercadoria”, que apresenta a garantia da felicidade no consumo dos objetos, oferece uma felicidade instantânea a ser realizada aqui e agora. O efeito desta combinatória é que o mercado, em sua infinita diversidade, busca

singularizar o produto para que ele aparentemente atenda às necessidades individuais. O curioso é que esta dinâmica produz uma “ilusão de singularidade” que proporciona, com efeito, uma “gestão eficaz das massas” (GALANTE, 2009, p. 71), uma forma de homogeneizar os modos de gozo.

Essa funcionalização do desejo que almeja apaziguar-se no objeto, todavia, pelo funcionamento da pulsão, só pode encontrar como retorno “o não era isso”. Soma-se o poder da intoxicação do objeto droga e o que se produz é um retorno superegóico no goze, mais, mais e mais. O objeto droga acarreta um rebaixamento do desejo na necessidade. No entanto, a falta que suscita o desejo persiste e o sujeito é reconduzido a demandar. Dufour esclarece que “A decepção causada pelo recebimento do objeto é a mais segura mola propulsora do poder da narrativa das mercadorias” (GALANTE, 2009, p. 77).

A homogeneização dos modos de gozo, sustentada pelos *gadgets* fabricados pelo discurso da Ciência, trás consequências políticas no tratamento da toxicomania. A ênfase no objeto droga leva a nomeações generalizadas para os sujeitos. O título da presente dissertação *Mães-no-crack: que lugar para a criança*, em forma de questão objetiva problematizar essa junção significativa que exclui as singularidades dos sujeitos.

O pressuposto de que a droga faz o toxicômano, de que o consumo do crack faz do sujeito um “cracudo”, afirma que todos que consomem crack são iguais. O resultado, nos diz Beneti (2014b, p. 30), é o surgimento de uma “homogeneização nominativa” que regula uma “clínica segregativa”, cuja única bandeira de tratamento é a abstinência do consumo. Buscamos combater esse discurso quando nos preocupamos em recolher as singularidades das mães-no-crack, dando-lhes nome e situando mais ou menos suas histórias no encontro com a droga e com a maternidade.

A exclusão da subjetividade inconsciente está presente no interior da clínica segregativa. Beneti (2014b, p. 31) formulou que esta clínica se apoia no discurso da segregação, em que verificamos o sujeito do inconsciente apartado em sua relação com o mais-de-gozar. “É o discurso do mestre amputado no lugar da verdade, transformando-se num discurso segregativo de três termos apenas: $S_1 - S_2 / a$ ”.

A única forma de combater os efeitos desta política segregativa é introduzir o sujeito, o sujeito do inconsciente. A psicanálise introduz o sujeito, suas singularidades, as particularidades de suas desordens na vida e os detalhes de suas estruturas clínicas. Preocupa-se em ofertar a palavra para que ele possa nos falar o que ele quer com o consumo da droga.

Dizer da sua relação com esse objeto eleito e não tentar explicar o porquê deste ou daquele uso, medido, comedido ou desmedido.

A decisão de separação da mãe usuária de crack de seu filho, calcada unicamente na constatação do uso do crack, não acolhe o desejo pela criança e as dificuldades vivenciadas por essas mulheres na sustentação deste desejo. A separação apresenta-se como uma ação que engessa a busca por soluções singulares. Por um lado, resulta na institucionalização da criança. Por outro, não possibilita que a problemática do recurso à droga possa ser subjetivada. O discurso jurídico tem sua atuação limitada pelo saber que reforça a política de direitos para todos a qualquer preço. Sobrevive reforçando uma política de segregação que mantém em aberto a pergunta: que lugar para a criança?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mães-no-crack é um significante que nomeia e reúne em torno de si uma equipe interdisciplinar em uma experiência que oferece a oportunidade de se dialetizar a prática. No trabalho do dispositivo de conversação foi preciso acolher novas vozes, novos ditos que nos trouxeram temas que se apresentaram na assistência materno-infantil. Vieram à tona os temas do uso de crack por gestantes, da loucura feminina, da precariedade do Outro social e da violência. O saber analítico procurou acolher o que nos foi apresentado como fracasso, como limite de trabalho para a equipe.

Observamos que a separação entre a mãe e a criança é um limite para as duas vertentes, uma do lado da assistência e outra no campo jurídico. O fracasso interessa à psicanálise, ele não é o limite de trabalho, senão motor de alguma possibilidade de instaurar, localizar os pontos de furo no saber. O CIEN oferece um espaço extrainstitucional e interdisciplinar fundamental para recolher quais são esses limites e possibilidades.

A presente dissertação se utiliza deste significante no título para colocar uma provocação. Se juntamos “mãe” e “crack”, temos “mãe-crack”, separado da criança. Logo, uma pergunta se impõe: que lugar para a criança?

O binômio “mãe-crack” em si não aloja a criança. O discurso jurídico parece se apropriar destes significantes como indissociáveis, além de pautar suas decisões em um instrumental de Lei que, embora supostamente priorize o melhor interesse da criança, a aparta da convivência com sua mãe quando constata o uso de drogas. Que furo o dispositivo analítico pode produzir neste modo de abordar o uso de drogas por gestantes?

Observamos que o problema é a ênfase colocada na droga. Os avatares da maternidade, os embrulhos da sexualidade feminina, a toxicidade própria da pulsão no sujeito, seu modo de gozo, seu “parceiro-sintoma”, toda essa discussão, cara à psicanálise é excluída quando o agente do discurso é a droga. Esta amarração, que ao enfatizar a droga, ao se fixar no crack, exclui a possibilidade de implicar o sujeito em suas parcerias sintomáticas. Ao mesmo tempo que, não favorece que a experiência com a droga possa ser subjetivada pois desresponsabiliza o sujeito.

Optamos por trazer dois relatos, duas histórias colhidas no dispositivo da conversação. Não se trata de casos clínicos, portanto não nos preocupamos com questões diagnósticas. O dispositivo funcionava através de encontros com a equipe da assistência. Os relatos são fragmentos de nossas conversas, apresentando elementos das histórias de duas mães:

Fernanda e Luciana, trazendo elementos para pensar a relação com a criança e o crack. Ambas apresentam uma desregulação ao gozo fálico, ao não conseguirem atender aos ideais de boa conduta, não violência e abstinência.

Fernanda iniciou o uso de drogas na adolescência, presidiária em liberdade condicional, não possui vínculos familiares e apresenta-se sem documento de registro civil. A instituição tenta contornar todos esses antecedentes, preocupada em favorecer a permanência da criança com a mãe. No entanto, na presença do juiz, Fernanda é convencida que a entrega do filho para adoção, era um ato de amor. Trata-se de um ato de amor, se a decisão é fruto de uma elaboração em que a mãe acolhe o bebê, mas decide não ficar com ele. A proposta de encaminhamento para adoção é a primeira senão o único recurso oferecido no âmbito jurídico.

Verificamos que a “política de adoção”, respaldada pelo discurso de proteção à criança, é um exemplo da dicotomia entre a ação do Estado e a realidade dos sujeitos assistidos. Há neste contexto um desvio do direito fundamental da criança de ser criada no seio de uma família. No caso de Fernanda, este desvio se repete geracionalmente.

No outro relato trazemos fragmentos da história de Luciana. Nove vezes gestante, mãe de outras três filhas adolescentes, é impactada pela denúncia da filha mais velha que diz conviver com um pai abusador. O fato chega ao comando do tráfico local que, funcionando como lei, executa seu marido e a expulsa da comunidade em que vivia. Luciana perde o marido, a casa onde morava, a guarda das filhas mais velhas. Acolhida pela maternidade, que cuidava da bebê nascida com graves complicações de saúde, Luciana é encaminhada para abrigo, perde porém o direito ao abrigo, e a guarda do bebê, ao reincidir no uso da droga. Ambas apresentam uma desregulação ao gozo fálico, ao não conseguirem atender aos ideais de boa conduta, não violência e abstinência.

O limite do saber do lado da equipe aparece quando relatam desconhecer como ou quando a droga entra na vida dessas mulheres. Ao não conseguirem compreender, no caso de Luciana, descrita como uma mãe amorosa, como as desventuras vão se sucedendo e ela perde tudo. O limite aparece nomeado pela equipe como “devastação”. Surpreende o uso deste termo pertencente ao saber analítico, para nomear uma impossibilidade.

A existência de uma crença dos profissionais de que, pela maternagem, a mulher possa repensar suas escolhas sintomáticas, como se a criança fosse a saída. Do lado da equipe, a criança tem uma posição privilegiada, desejada, funcionando na lógica da equivalência falófilho. Esta crença, por não encontrar sustentação do lado da mãe, deixa a criança à deriva. Aqui localizamos a pergunta o que se passa em relação à criança nessa mudança de estatuto de objeto privilegiado, precioso, para a posição de objeto dejetivo.

Este questionamento foi trabalhado ao longo do primeiro capítulo, na investigação dos lugares reservados à criança no desejo materno. A existência e a sobrevivência da criança está atrelada a sua condição de objeto. No entanto, ela precisa, mesmo nos casos em que é desejada e acolhida, encontrar seu lugar na constelação familiar, lugar referenciado ao falo e a fantasia. A operação do Nome-do-Pai e a conclusão do Édipo são maneiras de pensar a inscrição da criança em uma operação de “falicização”, que a conecte ao valor fálico via castração materna. Uma saída própria da neurose. Verificamos, a partir das contribuições de Lacan, Miller e Laurent, que a criança pode também assumir a vertente de objeto condensador de gozo, capturada no lugar do falo que falta à mãe, por exemplo, se operação do Nome-do-pai, é mal sucedida. Constatamos que as famílias, não mais se organizam em torno do amor ao pai. O declínio da função paterna traz consequências para as configurações das famílias na atualidade, uma delas, é que agora a família se funda em torno da criança, que assume um lugar privilegiado, idealizado e normatizado por “leis bioéticas”. O curioso é que esta condição de objeto precioso, paradoxalmente, aloja a criança no lugar de objeto-dejeto, excluindo-a da esfera do desejo, como no caso dos “filhos-do-crack”.

Ao constatarmos que o recurso ao crack estava presente antes do nascimento das crianças, somos levados a interrogar a tensão existente entre o gozo tóxico e o gozo feminino, tensão que não encontra acesso ao desejo pela via da maternidade. Esta argumentação é abordada ao longo do segundo capítulo, no qual nos preocupamos em esclarecer o que é uma mãe para a psicanálise, partindo de Freud e sua concepção de que a maternidade é uma saída do complexo de Édipo para a mulher. Perguntamos se esta via funciona para as mães-no-crack, uma vez que o desejo aparentemente não se articula para dar um lugar ao filho diante da gravidez do gozo no tóxico.

Como contraponto à elaboração freudiana, a leitura de Lacan nos permite verificar que o filho não responde à questão do desejo na mulher, uma vez que, a mediação fálica não abarca todo o pulsional na mulher, incluindo toda a corrente do instinto materno. Esta desconstrução lacaniana permite elucidar a dimensão do gozo feminino e relaciona-se com o modo como a mulher vivenciou a castração. A mulher não esgota seu gozo em uma referência fálica, a maternidade não recobre todas as manifestações pulsionais na mulher. Consideramos também que os efeitos do gozo feminino sempre estarão presentes na subjetividade dos sujeitos, mesmo daqueles em que houve a incidência do Nome-do-Pai. Isso porque sempre haverá um remanescente da fantasia da mãe. O Nome-do-Pai não pode capturar, drenar tudo no desejo da mãe, restam sempre os resíduos da mãe como mulher. Neste ponto nos perguntamos se o uso de drogas, pode ser uma tentativa de suplência à significação fálica?

Verificamos que na estrutura neurótica há um esforço, descrito por Lacan nos termos da mascarada feminina, para produzir uma suplência na ausência de simbolização própria ao feminino. As mães-no-crack denunciam, no recurso à droga, a degradação do Nome-do-Pai em vigor na contemporaneidade. A entrada do Nome-do-Pai possibilita uma certa acomodação do gozo fálico. A acomodação ao gozo fálico não é fixa, constatamos a partir do exame da elaboração lacaniana que a toxicomania é uma forma de burlar a solução fálica e a partir da curva de Gauss, extraída da elaboração de Miller sobre as psicoses ordinárias, que a amarração ao gozo fálico apresenta diferentes modulações.

Fundamental para pensarmos a relação da mulher com o gozo tóxico, foi a referência ao arrebatamento presente na devastação. Definimos o arrebatamento como uma “forma de perda corporal não simbolizável pelo significante fálico, uma não redução das imagens cativantes à imagem central do corpo, uma não-inscrição do corpo no desejo do Outro”. Esse não-lugar no Outro é o resultado do não apaziguamento da função paterna no desejo da mãe. Observamos que as únicas vias de acesso a este “Outro incólume” não-falicizado são a loucura ou a destruição odiosa. Esta última nos parece aplicar-se aos casos de toxicomania, uma vez que o arrebatamento do corpo, pelo gozo tóxico, mobiliza o insaciável do amor no lugar do desejo. O sujeito permanece preso, fascinado por um gozo feminino que não extrai sua consistência do falo. A devastação comporta uma modalidade fálica de reivindicação articulada ao desejo da mãe e uma outra face, não-toda fálica, que se deve ao arrebatamento do corpo e relaciona-se à dificuldade de simbolizar o gozo feminino. Na devastação há um sem limite que se veicula à particularidade da sexuação feminina não-toda fálica. Implica um real fora do corpo do sexo, uma parte do gozo não redutível ao significante.

Constatada a estrutura do gozo feminino, somada à verificação da posição em que a criança encontra-se na atualidade, de objeto condensador de gozo, combinada à referência de que na toxicomania estamos diante de um gozo que é fora do sexual, não articulado como um sintoma, aventamos que o recurso à droga, nesses casos das mães-no-crack, pode ser pensado como uma modalidade de devastação, uma forma de tratar o ilimitado do gozo feminino no corpo próprio.

Nas conversações apresentadas vemos a manifestação de uma errância, produto de uma amarração precária ao Outro social. Essa errância soma-se ao uso do crack como uma tentativa de fazer suplência à relação sexual que não existe. Sabemos que o uso de drogas pode ocorrer em diferentes estruturas clínicas, mas que sua incidência está relacionada com a baixa operatividade do Nome-do-Pai em vigor na contemporaneidade. A ausência da parceria amorosa, presente nos dois casos, curiosamente denunciam uma não amarração ao “parceiro-

sintoma” da mulher, uma dificuldade de articular o desejo que, ao encontrar a oferta do gozo no tóxico, exclui a possibilidade de simbolização pela via do sintoma. O sujeito fica reduzido ao silêncio mortífero das pulsões. Verificada a separação entre mãe e filho e a dificuldade de se produzir uma saída singularizada para cada caso, saída que contemple a criança no desejo materno, resta à mulher, e conseqüentemente à criança, o encontro com um gozo feminino intoxicado.

Desta investigação extraímos algumas considerações. Podemos supor que o uso do crack, para essas mulheres engendra uma operação que não permite nenhuma metáfora ou substituição, configurando uma impossibilidade de colocar o filho na série dos objetos no campo do desejo. Podemos afirmar que as mulheres se apresentam mais ou menos articuladas ao falo e a referência do amor ao pai. A clínica da gradação, no qual o falo e o Nome-do-Pai embasam a estrutura neurótica, nos ensina que os toxicômanos podem se articular ao gozo fálico ou se desarticular, o que depende das coordenadas de sua estrutura subjetiva e da parceria com a droga escolhida.

Nos dois relatos abordados, podemos pensar que para essas mulheres o problema com o crack é, antes de tudo, uma dificuldade na esfera do amor. Dificuldade que resulta na busca ao tóxico como uma forma de tratar o mal-estar inerente ao mal encontro experimentado em sua parceria sintomática.

Trazendo argumentos para pensarmos o lugar que a droga pode assumir entre a criança e a mãe, no capítulo três nos dedicamos à investigação sobre o uso de drogas na clínica psicanalítica. Examinamos os apontamentos freudianos na investigação sobre a toxicidade da libido que resiste à ação imposta pela cultura. A hipótese lacaniana sobre a droga, sua tese de que a droga é o que permite o rompimento com o gozo fálico o que sustenta a formulação de que a toxicomania não é um sintoma a ser interpretado. A partir das produções de estudiosos da clínica da toxicomania, no tocante ao uso de drogas pelos sujeitos, verificamos que a natureza do gozo tóxico e na operação toxicômana, nos coloca diante de um ato, que para além da lógica fálica do sintoma, pode se apresentar como uma vertente de devastação.

O gozo tóxico é paradigmático da ruptura com o gozo fálico. O sujeito toxicômano é leal a seu gozo e sua parceria não é com o Outro do significante, com o seu “parceiro-sintoma”. No lugar estrutural do gozo perdido, no lugar da ausência da relação sexual, não vem o falo como o mediador das relações entre homens e mulheres, e sim o objeto droga. A operação toxicômana põe no lugar do corpo, a substância, sobrepondo o objeto ao sujeito. Produz uma unificação que rechaça, ao mesmo tempo, o campo do Outro, o sentido do gozo fálico e o objeto a.

Levantamos a questão se o uso de drogas apresenta-se como uma defesa contra o gozo feminino, uma defesa que resulta na colocação da droga no lugar do parceiro e conseqüentemente no lugar da criança. Consideramos que na experiência toxicômana temos a presença de um gozo ilimitado, localizado no lado direito das fórmulas da sexuação, orientado não pelas coordenadas fálicas, pelas vias do ideal, mas obturado, congelado em um horizonte de devastação.

Por fim, ao examinarmos a proposição de que na contemporaneidade estamos diante de um “laço social intoxicado”, encontramos argumentos para a constatação de que o discurso jurídico tem sua atuação limitada pelo saber que reforça a política de direitos para todos, a qualquer preço. Esse discurso, sobrevive reforçando uma política de segregação que impacta os sujeitos nas gerações futuras.

Para a pergunta que lugar a criança pode receber ao nascer de uma mãe usuária de droga, a resposta não é construída somente a partir das coordenadas históricas da relação da mulher com a droga. Pensamos que acolher as histórias dessas mulheres, escutar como se desenham suas escolhas amorosas e verificar seu grau de implicação com o Outro social são contribuições importantes para o encaminhamento das decisões no nível da assistência e no campo jurídico.

Nossa aposta é de que a psicanálise, o psicanalista, seu saber sobre o inconsciente, sua escuta e sua *práxis* possam se enraizar no mundo através de vários dispositivos como o que nos oferece o CIEN, dispositivos que possibilitem a construção de um lugar no qual a fixidez do gozo possa ser combatida com a fluidez da palavra.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, SERGE (1986) *O que quer uma mulher?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2011.
- AGAMBEM, GIORGIO (2006) O que é um dispositivo? In: _____. *O amigo & O que é um dispositivo?* Chapecó: Ed. Argos, 2014.
- AYRES, Ligia; CARDOSO, Ana Paula; PEREIRA, Livia. O abrigo e as redes de proteção para a infância e Juventude. *Fractal: Revista de Psicologia*. v. 21 n. 1. Jan/2009.
- BARROSO, SUZANA FALEIRO . A criança, de Freud a Lacan: do ideal ao objeto. *Almanaque On-line do Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais*, n.7 2, 2007.
- BENETI, ANTONIO (2014a). *O laço social intoxicado*. CETTAS, Centro de Estudos e Tratamento das Toxicomanias, do Alcoolismo e dos Novos Sintomas. Postado em: 2 de setembro de 2014. Disponível em: <<http://cetta.psc.br/index.php/o-laco-social-intoxicado/>>. Acesso em: 15.03.2015.
- _____. (2014b) A toxicomania não é mais o que era. In: MEZÊNCIO, MÁRCIA.; ROSA, MÁRCIA; FARIA, MARIA WILMA. (Orgs.). *O tratamento possível das toxicomanias com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2014.
- BENETI, A.; ALKMIM, W.; GROSSI, L.; BENETI, A.R.; FARIA, M.W. O toxicômano não é feliz. In: BENETI, A. (Org.). *Felicidade e sintoma: ensaios para uma psicanálise no séc.XXI*. Salvador, BA: Currupio, 2008.
- BLEGER, DUDY. Édipo. In: ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE PSICANÁLISE. *Scillicet: a ordem simbólica no século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2011.
- BROUSSE, MARIE-HÉLÈNE. (2003) Uma dificuldade na análise das mulheres: a devastação na relação com a mãe. In: MILLER, JACQUES-ALAIN (org.). *Ornicar?: 1. De Jacques Lacan a Lewis Carroll*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.
- CALDAS, HELOISA. Uma versão do feminino na contemporaneidade. In: CALDAS, Heloisa; MURTA, Alberto; MURTA, Claudia (orgs.). *O feminino que acontece no corpo: a prática da psicanálise nos confins do simbólico*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.
- DUNKER, C. *O cálculo neurótico do gozo*. São Paulo: Ed. Escuta, 2002.
- FREUD, Sigmund. 1894a. Rascunho E – como se origina a angústia. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. I 2006.
- _____. 1894b. Rascunho D: sobre a etiologia e a teoria das principais neuroses. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. I 2006.

FREUD, Sigmund. 1894c. Documentos dirigidos à Fliess: Carta 18. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. I 2006.

_____. 1895a [1894]. Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada “Neurose de Angústia”. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. III, 2006.

_____. (1895b [1894]) Obsessões e Fobias. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. III, 2006.

_____. (1895c) Rascunho G: melancolia. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. III, 2006.

_____. (1897a) Documentos dirigidos à Fliess: Carta 55. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. I, 2006.

_____. (1897b) Documentos dirigidos à Fliess: Carta 79. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. I, 2006.

_____. (1898) A sexualidade na Etiologia da Neurose. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. III, 2006.

_____. (1905) Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. III, 2006.

_____. (1908a) Fantasias históricas e sua relação com a bissexualidade. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. IX, 2006.

_____. (1908b) Moral sexual ‘civilizada’ e doença nervosa moderna. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. IX, 2006.

_____. (1909) Pequeno Hans – Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. X, 2006.

_____. (1912) *A tendência universal a depreciação na esfera do Amor*. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XI, 2006.

_____. (1913) Totem e tabu. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIII, 2006.

_____. (1914). Sobre o narcisismo: uma introdução. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIV, 2006.

_____. (1916-1917) Conferência XXIV: O estado neurótico comum. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XVI, 2006.

FREUD, Sigmund. (1920a) Além do princípio do prazer. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XVIII, 2006.

_____. (1920b) A psicogênese de um caso de homossexualismo numa mulher vol XVIII. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIV, 2006.

_____. (1921) A psicologia de grupo e análise do ego. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XVIII, 2006.

_____. (1923) Organização genital infantil. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIX, 2006.

_____. (1923-25) O Ego e o Id e outros trabalhos. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIX, 2006.

_____. (1924) A dissolução do complexo de Édipo. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIX, 2006.

_____. (1925) Algumas consequências psíquicas da distinção anatômica entre os sexos. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIX, 2006.

_____. (1927) O fetichismo. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XXI, 2006.

_____. (1930) Mal-estar na civilização. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XXI, 2006.

_____. (1933 [1932]) Conferência XXXIII – Feminilidade. In: _____. *Obras Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora, v. XIV, 2006.

FERREIRA, ANDRÉA. *Droga e Devastação*. In: MEZÊNCIO, Márcia; ROSA, Márcia; FARIA, Maria Wilma. (Orgs.). *O tratamento possível das toxicomanias com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2014.

FLEISCHER, Deborah. El goce místico y el del “toxicómano”. In: _____. *Sujeto, Goce y Modernidad – los fundamentos de la clínica*. Buenos Aires: Atuel-TyA, 1993.

GALANTE, Dario. Lazosocialintoxicado. In: SALAMONE, Luis Dario. *Pharmakon 11: El lazo social intoxicado*. 1. ed. Buenos Aires: Grama ediciones, 2009. c.11, 208 p.

GUIMARÃES, Leda *Gozos da mulher – da devastação à vivificação*. Petrópolis: Ed. KBR. 2014.

HORNE, Bernardino. A função da fantasia. In: _____. *O circuito do desejo na vida e na análise*. Rio de Janeiro: Contracapa livraria. 2000.

INEM, Clara Lúcia. A spaltung do Sujeito e o fenômeno toxicômano. In: ALBERTI, Sonia. *Autismo e Esquizofrenia na clínica da Esquize*. Belo Horizonte: Marca D'água Livraria e Editora, 1999.

LACADÉE, Philippe. Vinheta prática o que é? *Cien-digital*. n. 2, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/arquivo4.html>>.

LACAN, Jacques. (1938) Os complexos familiares na formação do indivíduo. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

_____. (1956-57) *O Seminário, livro 4: a relação de objeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1995.

_____. (1957-58) *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

_____. (1958a) Diretrizes para um congresso sobre a sexualidade feminina. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

_____. (1958b) De uma questão preliminar a todo tratamento possível da psicose. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1958c) *A significação do falo*. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1958-59) *O Seminário Livro 6: o desejo e sua interpretação*. Inédito.

_____. (1959-1960) *O Seminário Livro 7: a ética da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1960) Subversão do Sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1962-63) *O Seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

_____. (1964) *O Seminário Livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1988.

_____. (1965-66). A ciência e a verdade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

_____. (1966) *O Seminário, livro 14: A lógica da fantasia*. Inédito.

_____. (1967). Da psicanálise e suas relações com a realidade. In: _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998.

LACAN, Jacques. (1969-1970) *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. (1972-73) *O Seminário Livro 20: mais, ainda*. Rio de Janeiro: Editora Jorge Zahar Ed., 2008.

_____. (1974) Televisão. In: _____. *Outros Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. (1974-75) R.S.I. O seminário. Circulação interna.

_____. (1975) *Sessão de encerramento da Jornada de Cartéis da Escola Freudiana de Paris, 13/04/1975*. Documentos para uma Escola, Revista Letra Freudiana, circulação interna.

LAURENT, ERIC. Tres observaciones sobre la toxicomania. In: _____. *Sujeto, Goce y modernidade II – los fundamentos de la clínica*. Buenos Aires: Atuel-Tya, 1995.

_____. As novas inscrições do sofrimento da criança. In: _____. *A sociedade do sintoma – a psicanálise hoje*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2007.

_____. *A psicanálise e a escolha das mulheres*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

_____. Psicanálise e violência sobre as manifestações da pulsão de morte – entrevista com Eric Laurent. In: MACHADO; DEREZENSKY (Orgs.). *A violência sintoma social da época*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2013.

MAIA, Ana Martha. Toxicomania – um gozo cínico? In: BENTES, Lenita; FABIÃO, Ronaldo (Orgs.). *O brilho da infelicidade*. Kalimeros – EBP-Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

MILLER, Jacques-Alain. (1995). Para uma investigación sobre el goce auto-erótico. In: _____. *Sujeto, Goce y modernidade I*. Buenos Aires: Atuel-Tya. 1995.

_____. (1996) A criança entre a mulher e a mãe. *Opção Lacaniana online nova série Ano 5, n. 15, novembro 2014, ISSN 2177-2673*.

_____. (1997a) A imagem rainha. In: _____. *Lacan Elucidado – palestras no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997. pg.575-595.

_____. (1997b) A teoria do parceiro. In: EBP (orgs.). *Os circuitos do desejo na vida e na análise*. EBP-RJ. Rio de Janeiro: Ed. Contracapa. 2000, pg.153-154.

_____. (1997-98) *El partenaire-síntoma*. Buenos Aires: Paidós, 2008.

_____. (1998a) La singularidad del síntoma (1998). In: *Conferências porteñas: tomo III Desde Lacan – 1ª edição*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

MILLER, Jacques-Alain. (1998b) O osso de uma análise. VIII Encontro brasileiro do campo freudiano e II Congresso da Escola Brasileira de Psicanálise (EBP). Número especial de agente – Revista da EBP-Bahia. Salvador, BA: Biblioteca Agente, 17 a 21 de abril de 1998.

_____. (2003) Uma partilha sexual. *Revista dos institutos brasileiros de psicanálise do campo freudiano*. O sexo e seus furos, n.1 (abr.2002). Belo Horizonte: Instituto de Psicanálise e Saúde Mental de Minas Gerais, 2003. ISSN: 1678-5541

_____. (2006) La psicosis ordinaria: la convención de Antibes. Buenos Aires: Paidós, 2006.

_____. (2012a) Efeito do retorno à psicose ordinária. In: _____. *A psicose Ordinária. A convenção de Antibes*. EBP. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2012.

_____. (2012b) Os seis paradigmas do Gozo. *Opção Lacaniana on-line*. Ano 3, n.7, março 2012.

MILLER, Judith. O que é o CIEN? In: Cien digital n. 2 de Dezembro de 2007. disponível em: <http://www.institutopsicanalise-mg.com.br/ciendigital/arquivo4.html>.

NAPARSTEK, F. (2008) La Tesis freudiana sobre la adicción. In: _____. *Introducción a la clínica com toxicomanias y alcoholismo*. Buenos Aires: Grama Ed., 2008. p. 29-37.

_____. Adicção. In: Associação Mundial de Psicanálise. *Scillicet: a ordem simbólica no século XXI*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2011.

_____. De homens e mulheres. In: MEZÊNCIO, Márcia; ROSA, Márcia; FARIA, Maria Wilma. (Orgs.). *O tratamento possível das toxicomanias com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2014.

REGNAULT, François. O Nome-do-Pai. In: FINK, Bruce; JAANUS, Maire (orgs.). *Para ler o seminário 11 de Lacan: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

ROSA, Márcia. Psicopatologia e psicanálise: o corpo e suas parcerias (a)sexuadas. *Opção lacaniana online* nova série Ano 5, n.15, novembro 2014, ISSN 2177-2673.

ROVERE, Carolina. *Caras del goce feminino*. Buenos Aires: Ed. Letra viva, 2011.

SALAMONE, Luis Dario. El lazo cuando la droga es el partenaire. In: _____. *Alcohol, tabaco y outros vicios*. Buenos Aires: Grama Ediciones, 2012. 192 p.

_____. *El silencio de las drogas*. Olivos: Grama Ediciones, 2014.

SANTIAGO, Jesús. *A Droga do Toxicômano – uma parceria cínica na era da ciência*. Campo freudiano no Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

SANTIAGO, Jesús. A droga de William Burroughs: um curto circuito na função sexual. In: MEZÊNCIO, Márcia; ROSA, Márcia; FARIA, Maria Wilma. (Orgs.). *O tratamento possível das toxicomanias com Lacan*. Belo Horizonte: Scriptum Livros, 2014.

SILLITTI, Daniel. Clínica do Supereu e as Toxicomanias. In: BENTES, Lenita; FABIÃO, Ronaldo (Orgs.). *O brilho da infelicidade*. Kalimeros – EBP-Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

SINATRA, Ernesto. *O amor tóxico*. In: Arteira – Revista de Psicanálise. EBP-RJ. Seção Santa Catarina, n.3, 2010, p.132.

SORIA DAFUNCHIO, Nieves. *Seminários: Clínica da Sexuação, Salvador, BA; Inibição, Sintoma e Angústia: uma clínica nodal das neuroses, Recife, PE*. Salvador, BA: EBP, 2013.

STIGLITZ, Gustavo. El niño em nuestro malestar. II encontro do Núcleos da Nova Rede CEREDA no Brasil. São paulo, 18 novembro 2010.

TARRAB, Mauricio. Uma experiência vazia. *O brilho da infelicidade*. Kalimeros. Escola Brasileira de Psicanálise. Rio de Janeiro, 1998.

_____. La substancia, el cuerpo y el goce toxicomaniaco. In: SILLIT, Daniel; SINATRA, Ernesto; TARRAB, Mauricio (Orgs.). *Más allá de las drogas – estudios psiconalíticos*. Buenos Aires: Editora Plural, 2000.

_____. *Algo peor que un sintoma*. XXI Encontro del campo freudiano. Postado em: 04/06/2012. Disponível em: <<http://www.antroposmoderno.com>>. Acesso em: 20/03/2015.

ZALCBERG, Malvine. *A relação mãe e filha*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.